



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNRH

1. Dados Gerais

Data: 25 de agosto de 2020

Horário: 14h30 às 18h

Local: Videoconferência *Microsoft Teams*

Objetivo: 44ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

2. Pauta

1. Abertura.

2. Proposta de Resolução que "Prorroga o prazo da delegação de competência à Fundação Agências das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções inerentes à Agência de Águas das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, até 31 de dezembro de 2035", encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC. Processo nº 59000.031636/2019-64

3. Proposta de Moção que "Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho", encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC. Processo nº 59000.014606/2020-27

4. Proposta de Moção que "Apresenta considerações e recomendações quanto ao Projeto de Lei n. 550, de 2019, aprovado pela Câmara dos Deputados, visando subsidiar o Senado Federal e a Presidência da República na tomada de decisão referente às alterações na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB", encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB. Processo nº 59000.012465/2020-16

5. Definição da composição e presidência da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CPE/CNRH, em atendimento à Resolução CNRH 158/2014.

6. Apreçar a proposta de emenda à Resolução CNRH nº 213, deliberada na 42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que aprovou a prorrogação, por um ano, do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema, conforme Parecer n. 00444/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU. Processo Sei nº 59000.007489/2020-45

7. Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho que tratou da suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e do custeio das entidades delegatárias no exercício 2020.

8. Informe sobre a construção de pautas estratégicas para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

9. Assuntos Gerais e Encerramento.

3. Principais Discussões e Encaminhamentos

Item 1. Abertura

O Sr. Renato Saraiva Ferreira, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos de Revitalização de Bacias, Membro Titular do CNRH, representante do Ministério do Desenvolvimento Regional presidiu a Reunião, em conformidade com o Decreto 10.000/2019 e Regimento Interno do Conselho.

Após chamamento por instituição, verificou-se quórum regimental para iniciar a sessão com a presença de 30 Membros. O Sr. Renato Saraiva fez pronunciamento, passou a palavra à Sra. Roseli Souza (Secretaria Executiva do MDR) para leitura dos procedimentos da reunião. Dando sequência, o Sr. Presidente convocou a Sra. Cristiane Collet Battiston, representante do MDR na Câmara Técnica de Segurança de Barragem que solicitou a retirada do Item 4 da pauta, que trata da proposta de Moção sobre o PL 550. Apresentou como justificativa que o Ministério de Desenvolvimento Regional, ao considerar o cenário de articulação com o parlamento, identificará o momento mais oportuno e tempestivo para a reinclusão do item na pauta, de forma que as propostas que forem apresentadas, causem um melhor impacto, para o aprimoramento da Lei de Segurança de Barragens.

Dando sequência, o presidente da sessão propôs então a inversão de pauta para trazer como segundo ponto de deliberação

a resolução que trata da prorrogação dos mandatos dos Comitês, tendo em vista a importância do tema, obtendo a anuência de todos os Conselheiros.

Item 2. Proposta de Resolução que “Prorroga o prazo da delegação de competência à Fundação Agências das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções inerentes à Agência de Águas das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, até 31 de dezembro de 2035”, encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC. Processo nº 59000.031636/2019-64

O Sr. Marco Antônio dos Santos, Membro Titular do CNRH, como Presidente dos Comitês, abriu o tema com um breve resumo histórico dos Comitês justificando em sua apresentação os bons resultados alcançados no controle de Gestão da ANA, bem como oportunidade para continuar executando as ações previstas no plano de bacias 2020-2035. Desta forma antecipou seu voto a favor diante da pauta, que por fim deu-se por aprovada a matéria por unanimidade.

Encaminhamento: Resolução Aprovada.

Item 3. Apreciar a proposta de emenda à Resolução CNRH nº 213, deliberada na 42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que aprovou a prorrogação, por um ano, do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas nos rios de Domínio da União: São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema, conforme Parecer n. 00444/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU. Processo Sei nº 59000.007489/2020-45.

O Sr. Presidente da Sessão, Renato Saraiva, abriu o tema com a justificativa do Item em Pauta, esclarecendo o contexto das eleições paralisadas por conta da pandemia e o desdobramento do processo de entendimento pela Conjur do MDR. A proposta de emenda com a nova redação sugere que ao invés de prorrogar por um ano o mandato, autoriza a prorrogação pro um ano, estendendo-se aos mandatos da diretoria. Salientou que o CBH Grande estava com prejuízo significativo, visto que o mandato já havia vencido em 10 de agosto, correndo grande risco de gerar descontinuidade dos serviços. Então após várias reuniões com os envolvidos e no sentido de convalidar os atos praticados pelos Comitês nesse período, chegou-se a esta redação em vista da excepcionalidade.

Após os esclarecimentos iniciais o Sr. Renato Saraiva abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. Houve alguns levantamentos em relação à viabilidade jurídica das decisões do CNRH com a Conjur do MDR visando celeridade nos processos. Em seguida cedeu-se a palavra ao Sr. Germano (CBH Grande), que estava com problemas técnicos e mesmo após alguns minutos de intervalo não foi possível a manifestação de um representante antes de ser levado o tema à aprovação.

Sendo assim, o Titular do CNRH encaminhou a pasta para votação, considerando-se aprovada a emenda proposta pela Conjur com apenas uma abstenção do setor industrial.

Após a votação o Sr. Germano conseguiu retornar e dar a palavra no sentido de se sentirem prejudicados com o vencimento do mandato e a bacia sem representação legal.

Encaminhamento: Resolução Aprovada.

Item 4. Proposta de Moção que “Recomenda ao Ministério da Economia que nas peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal e nas normas regulamentares observe a inclusão das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos dentre as despesas que não são objeto de limitação de empenho”, encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC. Processo nº 59000.014606/2020-27.

O tema foi inicialmente abordado pelo Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente da ANA, que explicou sobre a importância do tema. Dos recursos de cobrança do setor elétrico, 0,75% vai para ANA implementar o sistema de gestão, sendo alvo de contingenciamento ano a ano. Desta forma uma Moção do CNRH ajuda no processo de convencimento dos parlamentares de não contingenciar esses recursos.

Então abriu-se a palavra para esclarecimentos ou manifestações dos conselheiros e seguiu para votação. Sendo aprovada por unanimidade a Moção.

Encaminhamento: Moção Aprovada.

Item 5. Definição da composição e presidência da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CPE/CNRH, em atendimento à Resolução CNRH 158/2014.

O Sr. Renato Saraiva esclareceu que este é o último ponto pendente para conclusão do arranjo institucional do Conselho, uma Comissão de Ética para mediação dos trabalhos. A Sra. Roseli Souza (Secretaria - Executiva) apresentou as manifestações para compor esta Comissão: o Sr. Conselheiro Jefferson Nascimento, das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, eleito à presidência da Comissão; o Sr. Conselheiro Paulo Paim, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, como Membro Titular; e o Conselheiro Mario Tadros, representante da CNC, como Membro Titular; que possuem requisitos para esta composição. Na Suplência o Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, representante dos Comitês da Bacia Hidrográfica da União. Sendo assim aprovada por unanimidade a Composição da Comissão de Ética do CNRH.

Encaminhamento: Resolução Aprovada.

Item 6. Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho que tratou da suspensão da emissão dos boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e do custeio das entidades delegatárias no exercício 2020.

O Sr. Renato Saraiva elogiou o trabalho produzido pelo Grupo de Trabalho responsável por este tema e passou a palavra para a Sra. Lilian Bosi, Coordenadora do GT para apresentação desta matéria.

O GT foi formado com o objetivo de propor alternativas para as entidades delegatárias poderem utilizar excepcionalmente este ano, em razão da pandemia, parte dos recursos disponíveis em caixa para custeio administrativo, como uma espécie de “adiantamento”. A Sra. Lilian Bosi também explanou sobre a complexidade do trabalho em curto período de tempo, detalhando o andamento das reuniões e tomada de decisões.

Após a apresentação da coordenadora do GT, por questão de ordem foi concedida a palavra ao Sr. Humberto Gonçalves

(ANA), o qual acompanhou o GT e participou de algumas reuniões. Sendo assim, elogiou o trabalho realizado pelo Grupo, salientou alguns pontos explanados na apresentação da Sra. Lilian e complementou com algumas questões que serão analisadas pela Conjur para resolução do assunto.

A Sra. Maria Aparecida Pimentel levantou algumas questões que foram debatidas e complementadas pelo Sr. Humberto Gonçalves e esclarecidas pelo Sr. Renato Saraiva, que retomou algumas vezes sobre a disciplina em respeito ao Regimento do Conselho. Após uma discussão acalorada, houve a contribuição de alguns Conselheiros e esclarecimentos.

Então após um longo debate, decidiu-se por encaminhar à Conjur apenas a alternativa referente à minuta de resolução, alternativa 4, que foi produto do GT.

Alternativa 4. Tema: Cobrança e Custeio das Delegatárias

Garantir o funcionamento das ED's, com autorização excepcional do CNRH, para os Comitês de Bacias utilizarem no exercício de 2020 os valores disponíveis em caixa destinados aos investimentos, desde que respeitados o limite de 7,5% fixado na Lei nº 9.433/97, observados em 2019.

Sendo assim, o Sr. Renato Saraiva deu prosseguimento com a votação. Havendo uma abstenção da Representação dos Comitês e 1 voto contra do Consórcio PCJ. Considerando-se aprovado o encaminhamento à Conjur para suporte e segurança jurídica.

Item 7. Informe sobre a construção de pautas estratégicas para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O Sr. Renato Saraiva apresentou proposta de melhoria e adequação aos trabalhos realizados com plataformas mais adequadas às reuniões do Conselho. Solicitou que as Instituições também se debruçassem na proposta de pauta estratégica no horizonte 2030 e 2040. Esclareceu que amplo debate vem acontecendo com as Instituições ligadas ao assunto com estudos mostrando todos os cenários que se apresentam no Brasil para o próximo período, de escassez hídrica, de rotação de culturas, de mudanças de uso da água e etc. Explanou sobre a importância do Conselho em manter seus princípios e trabalho competente com todas as Instituições do Brasil que estão ligadas diretamente com este objetivo de garantir água de qualidade e quantidade para atuais e futuras gerações. Seguido deste discurso, houve parabenização de alguns Conselheiros à equipe de trabalho que vem sendo coordenada de maneira eficiente.

Item 8. Encerramento.

Concluídos os informes, o Sr. Renato Saraiva agradeceu a presença dos conselheiros e declarou encerrada a 44ª Reunião Extraordinária da CNRH.

A transcrição e a presente memória da reunião, que juntas constituem a Ata, foram aprovadas na 47ª Reunião Ordinária do CNRH, em 17/03/2021.

O vídeo da reunião está disponível em:

https://integracao-my.sharepoint.com/:f:/r/personal/cnrh_integracao_gov_br/Documents/Plen%C3%A1rias/44%C2%AA%20Extraordin%C3%A1ria?csf=1&web=1&e=rxGiMu

SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário Nacional de Segurança Hídrica
Secretário Executivo do CNRH

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do CNRH

59000.010533/2020-02



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 06/07/2021, às 18:28, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Simonetti Marinho, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional**, em 08/07/2021, às 10:45, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3186703** e o código CRC **57E652DE**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica Departamento de Recursos
Hídricos e de Revitalização de Bacias Hidrográficas

44ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Brasília/DF.
25 de agosto de 2020.

(Degravação ipsis verbis)
Empresa ProiXL Estenotipia

Parte 1

SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) – Renato, Renato Saraiva. Ministério do Desenvolvimento Regional, segunda vaga.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA – Sumiu, Roseli.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Anderson, pode seguir, por favor, complementa Roseli, por favor.

SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) – Segunda vaga do Ministério do Desenvolvimento Regional. Gilson se encontra?

SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH) – Sim, boa tarde a todos, presente.

SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) – Ministério da Justiça e Segurança Pública.

SR^a. LUANA – Olá, boa tarde. Sou Luana, eu ainda estou como representante titular, mas a gente está em vias de ter uma alteração, mas estou aqui hoje representando a FUNAI, o MJSP, como Conselheira. Boa reunião.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Bem-vinda, bem-vinda viu, Luana.

SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) – Ministério da Defesa.

SR. ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL (Membro Titular do CNRH) – Boa tarde a todos. Comandante Pimentel, sou titular da pasta, represento o Ministério da Defesa.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Bem-vindo, Pimentel.

SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) – Ministério de Relações Exteriores. Nicola. Igor. Ministério da Economia.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA – Boa tarde. Representação Comitê Verde Grande.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Só um pouquinho, nós estamos seguindo ali a lista está na tela. Bem-vindo Verde Grande.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA – Ok, obrigada.

SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) – A segunda vaga do Ministério da Economia.

31 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Fabiano
32 Pompermayer, presente.

33 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ah, ok, bem-vindo,
34 Fabiano. Vamos mais rápido, Anderson, pode passar a tela, por favor, também. A tela, por
35 favor, Roseli.

36 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Isso, a Roseli que
37 está com o comando da tela. Ministério da Infraestrutura se encontra, Rafael? Sim? Pois
38 não, quem se encontra do Ministério da Infraestrutura?

39 **SR. LUIZ SÉRGIO SILVEIRA** – Luiz Sérgio Silveira.

40 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ok. Ministério da
41 Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

42 **SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Olá, boa
43 tarde. Gustavo Goretti. A Mariane Crespolini que é a nossa titular não vai poder participar
44 da reunião, eu estou aqui representando, estamos aguardando a publicação, já fui
45 indicado pelo Ministério há alguns dias, mas ainda não saiu a publicação.

46 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Gustavo,
47 bem-vindo.

48 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ministério da
49 Cidadania. Não se encontra? Ministério da Educação. Camila se encontra ou a Maria
50 Luciana? Ministério da Saúde.

51 **SR. ARISTEU** – Aqui, Aristeu, estou representando o Ministério da Saúde, suplente ainda.
52 Estou aqui.

53 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Obrigado, Aristeu.
54 Ministério de Minas e Energia.

55 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Aristeu.
56 Roseli, por favor, acho que tem que fechar o microfone aí.

57 **SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Boa tarde, Igor Ribeiro,
58 Ministério de Minas e Energia.

59 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Igor.

60 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Bem-vindo. Então a
61 segunda vaga do Ministério de Minas e Energia, não é? Ministério da Ciência, Tecnologia
62 e Inovações.

63 **SR. BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Boa
64 tarde, Bruno, presente. Bruno Nunes.

65 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Bruno.

66 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ministério do Meio
67 Ambiente.

68 **SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Membro Titular do CNRH)** – Eduardo Bim,
69 Presidente do Ibama, presente.

70 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Eduardo.

71 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ministério do
72 Turismo.

73 **SR^a. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** – Oi,
74 boa tarde a todos. Sinara Leandra, titular, representante do Ministério do Turismo.

75 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Oi Sinara, boa tarde.
76 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Liz, Maximiliano. Adiante então,
77 nem o Henrique se encontra, não é? Passando aos Conselhos Estaduais. Goiás, Mato
78 Grosso e Mato Grosso do Sul. Representação do Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do
79 Sul. Adiante. Distrito Federal. Espírito Santo.

80 **SR. HÉLIO DE CASTRO PAULINO (1º Suplente)** – Hélio de Castro, 1º Suplente, Espírito
81 Santo.

82 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Bem-vindo, Hélio.

83 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Hélio.

84 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Paraná, Rio Grande
85 do Sul e Santa Catarina.

86 **SR. PAULO RENATO PAIM (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Paulo Paim, Suplente,
87 presente.

88 **SR. JAIR TANNUS** – Desculpe, Jair Tannus, presente, Distrito Federal.

89 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Muito bom, bem-
90 vindo, Jair, bem-vindo, Paim.

91 **SR. JAIR TANNUS** – Obrigado, Renato.

92 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação de
93 Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, por favor.

94 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Marília Melo,
95 representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

96 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vinda, Marília.

97 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Obrigada, Renato.

98 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Amapá, Tocantins e
99 Rondônia.

100 **SR. LUÍS ROBERTO TAKIYAMA (Membro Titular do CNRH)** – Luís Roberto Takiyama,
101 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amapá.

102 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo.

103 **SR. LUÍS ROBERTO TAKIYAMA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Renato.

104 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Piauí e Maranhão.

105 **SRª. DANIELE DA CUNHA OLIVEIRA** – Daniele da Cunha Oliveira, Rondônia também,
106 presente.

107 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vinda, Daniele.

108 **SRª. DANIELE DA CUNHA OLIVEIRA** – Obrigada.

109 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ceará, Piauí e
110 Maranhão, por favor.

111 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Ramon
112 Rodrigues, titular, representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará,
113 boa tarde a todos.

114 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Boa tarde, obrigado
115 Ramon.

116 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação do
117 Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

118 **SR. PAULO LOPES VARELA NETO** – Boa tarde a todos. Paulo Varela, membro titular.

119 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Paulo
120 Varela. Obrigado pela presença.

121 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação da
122 Bahia, Sergipe e Alagoas, por favor.

123 **SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – João Carlos
124 Oliveira da Silva, titular.

125 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, João
126 Carlos.

127 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Vamos para a
128 representação dos usuários e sociedade civil. Por favor, os irrigantes.

129 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Nelson Ananias Filho,
130 titular, boa tarde a todos.

131 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Boa tarde, bem-vindo,
132 Nelson.

133 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação dos
134 prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

135 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley da
136 Silva Paganini, titular.

137 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo.

138 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação de
139 concessionárias e autoridades de geração hidrelétrica.

140 **SR^a. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Mônica Irion Almeida,
141 representando a ABRAJ.

142 **SR^a. JÚLIA SAGAZ** – Júlia Sagaz, representando a ABIAPE, no lugar do Marcelo
143 Moraes.

144 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vinda.

145 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
146 **CNRH)** – Boa tarde, Aparecida Vargas, 3º Suplente, presente em reunião. ABRAGEL.

147 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vinda,
148 Aparecida.

149 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Setor hidroviário.

150 **SR. LUIZ FERNANDO VEZANO** – Luiz Fernando Vezano, 2º Suplente do setor.

151 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Luiz
152 Fernando.

153 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação da
154 indústria.

155 **SR. ALEXANDRE VILELA** – Boa tarde, Alexandre Vilela, 1º Suplente do Setor Industrial.

156 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo,
157 Alexandre.

158 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação de
159 pescadores e usuários de recursos hídricos com a finalidade de lazer e turismo.

160 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Boa tarde.
161 Wilson Azevedo, Conselheiro Suplente.

162 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Wilson.

163 **SR. VINICIUS CRESPO** – Boa tarde. Vinicius Crespo, 2º Suplente. Fecomércio Rio de
164 Janeiro.

165 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Vinicius.

166 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Representação dos
167 Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da união.

168 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos,
169 Anivaldo Miranda, representando os Comitês interestaduais. Obrigado.

170 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo.

171 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Organizações
172 Técnicas de Ensino e Pesquisa.

173 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Jefferson
174 Nascimento de Oliveira, representando as Organizações Técnicas. Boa tarde a todos.

175 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Jefferson.

176 **SRª. CÉLIA RENNÓ** – Boa tarde, Célia Rennó, 2ª Suplente participante.

177 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Bem-vinda.

178 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vinda.

179 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – E por fim, as
180 organizações não governamentais.

181 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Marco Antônio dos
182 Santos.

183 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Marco.
184 Ok? Então algum Conselheiro que chegou e ainda não se apresentou?

185 **SR. IGOR VIDAL (MRE)** – Renato, quem está falando aqui é o Igor Vidal do MRE.

186 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito. Então tem
187 que manter a tabela só para completar aí o quórum. Igor do MRE.

188 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Leonardo
189 Sampaio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul.

190 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bem-vindo, Leonardo.

191 **SRª. THAIS ARAÚJO CAVENDISH (Membro Titular do CNRH)** – Oi, com licença,
192 Renato, boa tarde, Thaís Cavendish, também representando o Ministério da Saúde.
193 Estamos aguardando publicação da nova nomeação. Obrigada.

194 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Thaís.

195 **SRª. ADRIANA** – Boa tarde, Renato. Adriana, também do Ministério da Saúde e vou ficar
196 como Conselheira Suplente.

197 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, bem-vinda,
198 Adriana. Pois não, algum Conselheiro? Pois não.

199 **SRª. LÍVIA SOALHEIRO** – Lívia Soalheiro, Conselho Estadual do Rio de Janeiro.

200 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ah, bem-vinda, Lívia.
201 Bom, temos quórum, Roseli? Secretaria-Executiva.

202 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Temos, Renato, temos quórum. 30
203 Conselheiros presentes.

204 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Conselheiros
205 presentes, ok. Bom, pessoal, por conta da internet, também às vezes a pessoa tem
206 alguma dificuldade de acesso, mas então tendo quórum, vamos seguindo a nossa pauta,
207 para a gente não perder muito tempo. Então mais uma vez, dá boa tarde a todos, sejam
208 todos bem-vindos para a nossa 44ª Reunião Extraordinária do CNRH. Eu vou pedir
209 durante esse período, se puderem desligar os microfones para evitar o ruído de fundo.
210 Obrigado. Então eu devo na qualidade de Diretor do Departamento de Recursos Hídricos

e Revitalização de Bacias, vou presidir os trabalhos desta Plenária, em face do impedimento do nosso Ministro. Tínhamos inclusive trazido essa data da reunião para a presença dele, que já manifestou mais de uma vez o compromisso com o CNRH. Mas às vezes tem as agendas políticas maiores que atropelam as nossas agendas e hoje está sendo lançado o Casa Verde e Amarela que também é parte do nosso Ministério, programa de habitação. Então o Ministro, infelizmente, pediu escusas por não estar conosco aqui, mas deu todo suporte para realização da reunião e a sua assessoria também está acompanhando as tratativas da reunião. Também queria também em nome do nosso Secretário Marcelo Borges, também informar a todos que ontem à noite o comunicado da substituição do Secretário Marcelo. Aqui também em nome da Secretaria-Executiva, agradecer por todo apoio que ele nos deu ao longo desse período. E o Secretário Sérgio está assumindo no dia de hoje, também já tivemos, o chefe de gabinete já teve reunião com ele, então amanhã estaremos com ele, já passando todos os trabalhos aqui do CNRH, as pautas do departamento. Então mais uma vez aqui formalmente dizer nosso agradecimento e reconhecimento do apoio dado pelo Secretário Marcelo Borges, durante esse período de transição das agendas de recursos hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, para o MDR. Então dando sequência a nossa agenda do dia. Então com a medida geral, solicitar aos Conselheiros titular e suplentes, que sempre pretendam fazer a intervenção, cliquem nesse ícone da mão, para que fique aparecendo aqui ao lado no mesmo local que você abre, está no item de equipe, de pessoas aqui, clicando no botãozinho pessoas, vocês veem toda lista à direita das pessoas que estão presentes na reunião. E quando quiser falar, como já nas outras reuniões, cliquem no ícone da mão, naquele momento da reunião, onde se pede, aí se abre a palavra para todos os Conselheiros para alguma manifestação ou pedido de esclarecimento. Essa vai ser então a ordem da passagem da palavra. Então sempre cada Conselheiro como já tivemos as duas reuniões, solicitamos que na hora que for falar, ative o seu microfone e a sua câmera, todos sabem que a reunião ela é gravada exatamente para depois fazer a gravação e ter a Ata específica da memória da reunião. Em face da videoconferência, conforme foi acordado na nossa primeira Plenária já por videoconferência, de forma a agilizar os trabalhos, o Presidente dos trabalhos sempre depois de explicada a matéria e antes de se entrar no processo de votação, a presidência dos trabalhos vai perguntar aos Conselheiros se há alguma entidade que solicita que a votação seja nominal, daí nós vamos abrir na tela e percorrer toda a votação. Se foi uma matéria que todos se sentem devidamente esclarecidos, nesse sentido, e iniciaremos então a pergunta se então as entidades que estão a favor daquela matéria, permaneçam como estão. As entidades que são contra, se manifestem, e as entidades que se abstêm, se manifestem. Então seguindo na mesma lógica que já fizemos as nossas últimas reuniões, isso foi uma medida que facilitou muito os trabalhos. Então em relação aos procedimentos do Regimento Interno, não sei se a Roseli já com melhor microfone, ou mesmo... Vamos seguir aqui. Então pode falar? Pois não.

SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) – Procedimentos: somente terão direito a voto os Conselheiros titulares. Os Conselheiros suplentes só poderão votar quando substituírem os titulares ante a sua notória ausência. Ou se o titular expressamente

delegar o voto ao suplente. Os Conselheiros suplentes terão direito a voz. Os Conselheiros podem delegar ao seu critério, o uso da palavra para manifestação em plenário. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela sua ordem de inscrição, e farão uso da palavra por até três minutos. Devendo-se ater exclusivamente ao assunto em discussão. Encerrada a discussão, os resultados obtidos serão submetidos em plenário para fins de deliberação. Conforme o caso. Durante o rito de votação, não será concedida à palavra para pronunciamento e/ou a partes como regra. E a matéria será declarada aprovada, rejeitada pelo quórum de maioria simples dos Conselheiros presentes. São essas as orientações.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Bom, ok. Então dando início, dando sequência aos trabalhos, a Secretaria-Executiva não recebeu até o dia de ontem, até o dia de hoje, nenhuma proposta nova de pauta. Então vamos seguir com a pauta distribuída já para todos os Conselheiros. Então pergunto a todos se estão de acordo com a pauta, mas já informando que houve um pedido de retirada de pauta daquela moção que tratava do PL 550, de segurança de barragens em função da tempestividade e da discussão no Senado. Eu pergunto se a Presidente da Câmara Técnica de Segurança de Barragem, Cristiane Battiston, só para justificar o motivo da retirada de pauta. Pois não.

SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON – Boa tarde, Renato. Boa tarde, Conselheiros. Já me apresentei aqui para vocês anteriormente, meu nome é Cristiane Battiston, sou representante do MDR na Câmara Técnica de Segurança de Barragem, e estou coordenando a Câmara. A gente está solicitando a retirada do Item 4 da pauta, que é sobre a moção do PL 550. Bom, o intuito que a gente tem é que as pessoas a serem enviadas para o Congresso, na forma de moção, que elas auxiliem no processo, para que a tomada de decisão seja a que mais contribua para a melhoria da segurança das barragens. Então conforme orientação recebida, que considera o cenário de articulação com o parlamento, o MDR identificará o momento mais oportuno e tempestivo para reinclusão do item na pauta, de forma que as propostas que a gente enviar, causem um melhor impacto, o impacto que a gente espera aí no aprimoramento da Lei de Segurança de Barragens.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Ok. Obrigado, Cristiane. Então dando sequência à ordem do dia, também houve o retorno para essa sessão do plenário, de recomendações da Conjur referente àquela resolução que prorrogou os mandatos dos Comitês. Em função da importância da matéria, na pauta original, ela estava lá como quinto item se não me engano. Então até em função da reunião que tivemos com a representação dos Comitês hoje pela manhã e da própria diretoria também do CBH Grande, Paranapanema, São Francisco e Grande, são esses quatro Comitês. Pela importância, nossa proposta Secretaria-Executiva, trazer esse assunto para ser segundo ponto de pauta. Com isso a gente já resolve esse assunto no início da reunião. Então se todos os Conselheiros estão de acordo, nós faríamos essa inversão de pauta.

295 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH) –** Renato?

296 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Esclarecimentos, sim.

297 Pois não, Ramon.

298 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH) –** Ramon.

299 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, eu estou sem a mãozinha aqui. Essa questão

300 do item anterior que a Cristiane colocou, isso é prerrogativa do MDR mandar ou não,

301 agora? Ou dos Conselheiros?

302 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** A previsão no

303 Regimento Interno da retirada de pauta pelo Presidente da Câmara, que propôs a

304 matéria. Então por isso não é uma votação, é um requisito que o Regimento Interno prevê

305 da possibilidade. Quero dizer que esse assunto foi devidamente discutido com todos os

306 setores que envolveram na Câmara Técnica e inclusive especialmente com o setor de

307 energia também, com o Ministério de Minas e Energia, só esclarecendo, porque ali

308 naquela moção, ela não é uma moção específica a favor ou contra o PL, como bem foi

309 discutido já nas duas reuniões seguintes. Isso, ela tem muitos itens, alguns inclusive do

310 ponto de vista técnico, que tem alguns equívocos, por exemplo, de medição da barragem,

311 do pé da barragem, até o teto, sem contar a fundação. Então tem coisas realmente no PL

312 delicadas, assim, que são equívocos técnicos, e tem umas questões mais delicadas sobre

313 a questão do seguro. Acontece o seguinte, esse PL iniciou no Senado, teve todo o

314 período de discussão no Senado, e os aperfeiçoamentos possíveis, foi para a Câmara,

315 teve seu tempo de aperfeiçoamento nos vários dispositivos, e agora retornou ao Senado.

316 Então a avaliação dos setores envolvidos, nesse momento que está no Senado, se der

317 um destaque nesses artigos, pela regra legislativa, volta o texto original do Senado, e na

318 maioria dos casos, o texto que já foi mais aperfeiçoado na Câmara, corre um risco muito

319 grande. Então se mexer agora no Senado, pode piorar a redação. Tanto do ponto de vista

320 técnico, como institucional. Por isso que houve esse debate com os vários setores

321 interessados e esse sentido no sentido da retirada da pauta, e um compromisso, resultou

322 de uma reunião com o Ministro Marinho, e assessoria de imprensa, e o compromisso dele

323 de encontrar um momento mais adequado de trazer esses pontos específicos, e talvez

324 não todos de uma vez só, porque uns são da parte técnica e outros são mais genéricos.

325 Para que isso seja, se busque o aperfeiçoamento melhor desse projeto de lei, mas já num

326 segundo momento. O momento agora já no Senado, os destaques podem prejudicar

327 inclusive ao que hoje a lei atual já é mais avançada. É por isso, viu? Pois não. Assunto no

328 sentido de esclarecer, nós sempre vamos estar aqui à disposição para esclarecer. Então,

329 se todos concordam, não há discordância quanto a alteração da pauta, trazendo assunto

330 do mandato dos Comitês para o segundo ponto. Então passamos então para o primeiro

331 ponto de pauta, que trata da proposta de resolução que prorroga o prazo da delegação da

332 competência, delegação de competência, a fundação das agências de bacia hidrográfica

333 do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiá, para exercício e funções inerentes da agência de

334 águas da bacia hidrográfica desses mesmos rios, até o dia 31 de dezembro de 35. Essa

335 proposta de resolução foi apreciada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, e

também pela SETAL, motivo pelo qual veio para a pauta. Outro assunto, então adequando a pauta, então segundo ponto de pauta vai ser a apreciação da resolução da emenda, adequação do texto, a emenda, a Resolução 213 que foi deliberada na reunião passada, referente aos mandatos dos Comitês. São Francisco, Grande, Verde Grande e Paranapanema. O nosso terceiro ponto então de pauta, como quinto item da pauta, será a proposta de moção, por favor, obrigado, a proposta de moção que recomenda o Ministério da Economia que as peças orçamentárias propostas pelo poder executivo federal, e normas regulamentares, observa a inclusão de receita de cobrança para uso de recursos hídricos, dentre as despesas que não são objetos de limitação de empenho. Diz respeito ao anexo do projeto de lei orçamentária, no sentido de uma preservação dos recursos referentes à cobrança. Isso é uma medida que todo ano o CNRH faz, e inclusive isso é muito importante do que diz respeito à receita também da Agência Nacional de Águas. E todo apoio que a agência dá aos Comitês e estados. O outro ponto então que ainda é a única instância ainda a se completar, para concluir o arranjo institucional do CNRH, é a instalação da Comissão Permanente de Ética do conselho, em atendimento a Resolução 158/2014. E ao Decreto 10.000. E por fim, fim não, ainda penúltimo ponto, então a apresentação do relatório do grupo de trabalho que tratou da suspensão de na emissão de boletos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e do custeio das entidades delegatárias, para o exercício 2020. Esse assunto já esteve em pauta, na Plenária passada, teve o trabalho do grupo, foi um trabalho muito qualificado, trouxe elementos muito importantes para essa tomada de decisão do conselho, vai ser relatado pela Coordenadora do grupo, Dra. Lilian. E por fim então, é um pequeno informe dessa nossa, entendimento de que até esse momento, instalamos o CNRH lá em dezembro, depois tínhamos preparado para um conjunto de pautas nesse primeiro período do ano, fizemos algumas reuniões de Câmara Técnica, tivemos que suspender dia 20 de março todas nossas atividades. E daí levou em torno de um mês, um mês e pouco para identificarmos como seria essas retomadas, e como todos sabem então, o Ministro editou para ad referendum a possibilidade então da retomada das reuniões de conselho por videoconferência. O que foi editado em maio, daí retomamos as reuniões das Câmaras Técnicas, então realizamos a nossa primeira reunião por conta dos prazos também regimentais, nossa primeira reunião extraordinária. Ordinária ainda, não é? Por 30 dias de chamada, no dia 29 de junho, atendendo o regimento de termos uma reunião ainda ordinária no primeiro semestre e uma extraordinária no dia 30. Então essa nossa é a nossa segunda reunião do ano, extraordinária. No dia 30 tivemos a extraordinária e hoje mais essa extraordinária. Devemos ainda ter pela frente, conforme nosso cronograma, mais uma extraordinária em outubro, provavelmente no dia 20, vamos trabalhar para essa data, e a nossa última reunião do ano no dia 10 de dezembro. Assim uma reunião ordinária. Então teremos ainda pela frente, a princípio como regra essas próximas duas reuniões que é para os Conselheiros terem ideia. Então por conta disso, é o nosso entendimento, o debate que já fizemos nas várias Câmaras Técnicas, no sentido de que até agora a maioria das nossas pautas foram administrativas, resolvendo assuntos do passado, pautas urgentes e pautas urgentes também pela situação da pandemia. Então se entende que a partir dessa reunião de hoje, nós já podemos as várias instituições, por

isso já fizemos várias bilaterais com os setores, chamando para um debate das pautas estratégicas do CNRH para o próximo ano. Então quais são as resoluções que precisam ser revisitadas, quais são os novos temas, assuntos como reuso e outros temas que vêm para a pauta, que são importantes, que a gente quer abrir esse debate durante o mês de setembro, com todas as instituições. Isso tudo com vistas aqueles normativos que vão acompanhar a elaboração do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então esse é o objetivo principal desse momento aqui final. E assuntos gerais, encerramento. Então dando sequência então a nossa, ao nosso roteiro da reunião, então eu para tratar e esclarecer esse tema do primeiro ponto de pauta da resolução, minuta de resolução a ser apreciada, então nós gostaríamos de chamar os representantes do Comitê PCJ e da Agência PCJ, para fazer a sua apresentação. Dedicando o tempo de 10 minutos para essa manifestação do Comitê e da Agência do PCJ. E depois nós teremos cinco minutos para a Agência Nacional de Águas para alguma complementação, para depois passarmos para os esclarecimentos, por parte dos Conselheiros, a pedido de esclarecimentos, manifestações e irmos para a votação da moção. Ok? Então imediatamente então passo para o Comitê PCJ e para a Agência. Quem vai falar pelo Comitê?

SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH) – Boa tarde, Renato. É o Marco Antônio, mesmo, sou Conselheiro, então agora vou tirar, boa tarde Roseli, também, os colegas Conselheiros e amigas Conselheiras. Boa tarde, vou tirar o chapéu de Conselheiro, e vou vestir o chapéu de Presidente em exercício dos Comitês para poder fazer a defesa da nossa solicitação. Então um breve resumo, é a primeira delegação, o PCJ ele é vinculado institucionalmente ao PCJ federal, e ao CBH PCJ. E é voltado a operacionalizar as deliberações dos Comitês. Então em 2009 houve a primeira deliberação dos Comitês 054/2009, de 11/12/2009, que aprovou a indicação da Fundação Agência das Bacias para desempenhar esse papel de agência delegatária dos Comitês. E esse mandato vence agora dia 31 de dezembro de 2020. Então, e a gente avalia, como presidente em exercício que durante esses 10 anos, a agência desempenhou adequadamente todas as funções a ela delegadas, demonstradas no relatório de 10 anos que nós temos aí. Então a nova indicação por parte dos Comitês, foi apreciada e aprovada na 77ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento. Que foi realizada dia 13/11/2019 e posteriormente a 9ª Reunião Ordinária conjunta do CBH PCJ e do PCJ Federal. Foi realizada em 13 de dezembro de 2019. E ambas foi aprovada por unanimidade, isso é importante ressaltar. E com o resultado da apreciação nos plenários, foi apreciada a deliberação conjunta dos Comitês PCJ nº 104/2019, de 13/12/2019, que aprovada a indicação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, da Fundação Agência das Bacias PCJ, para continuar a desempenhar por prazo determinado até 31 de dezembro de 2035, então mais 15 anos, as funções de agência de água das Bacias PCJ como entidade delegatária. E esse período, ele coincide com o nosso plano de bacias, então por isso que a gente está solicitando esse período. E o plano de bacia será pauta da nossa Plenária do dia 31 de agosto, que é na próxima segunda-feira. Então a gente já quer levar lá essa importância notícia, já aprovada pelo Conselho Nacional de que a gente conseguiu estender o mandato da agência delegatária até 2035. Então eu vou pedir para a Roseli colocar a pequena apresentação aí dos 10 anos de delegação da agência das

422 bacias. Por favor, Roseli. Aí você pode tirar esse daí e colocar o outro. Por favor. A
423 apresentação que está em PowerPoint aí. Esse aí. Então os 10 anos. Você passa para
424 mim, por favor. Pode passar esse. Estão me escutando ou não? Tem como passar esse e
425 ir para o outro?

426 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Eu estou fazendo isso. Para mim já foi.

427 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Para mim não
428 apareceu. Eu vou falar então, fica isso daí, não está passando, não tem problema. Em 05
429 de novembro de 2009, com a participação do estado de São Paulo.

430 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Tem microfones abertos, está dando
431 interferência.

432 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Saneamento e
433 Energia da sociedade civil. Por meio do Consórcio PCJ em 48 municípios das Bacias
434 PCJ. A natureza jurídica: Fundação de Direito Privado, conforme Lei Estadual Paulista
435 10.020 de 1998. Aí vinculado institucionalmente ao PCJ Federal e ao CBH PCJ, que é
436 voltada para operacionalização de suas deliberações, que desempenha as funções de
437 agência de água e agência de bacias. É responsável pelo gerenciamento dos recursos
438 financeiros oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos, e é responsável por
439 desenvolver as ações previstas nos planos de bacia do PCJ. Então na linha do tempo da
440 delegação, o outro slide, por favor. A gente tem lá uma linha do tempo, e o período
441 quando foi assinado a agência de bacia como entidade delegatária em 2009, em 2010
442 também a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2011 a assinatura
443 do contrato de gestão com a ANA. Em 12, o Comitê PCJ aprova o PAC 2013-16. Em 13,
444 início do PAC 2013-2016. Em 2016 aprovamos o PAC 17-20, em 17 o início do PAC. E
445 agora em 2019, a nova indicação de entidade delegatária, aprovado pelos Comitês. Então
446 reforçando a indicação de delegação da agência das Bacias PCJ até 35, é porque é o
447 mesmo horizonte do plano de recursos hídricos das Bacias PCJ que é de 2020 e 2035. E
448 o que reforça a nossa solicitação para esse período, é a série histórica das notas obtidas
449 pela agência das bacias. Então desde 2011 como é dado nota, para as agências, a gente
450 tirou 9,5, 9,5 e 11 e 12, as duas piores notas, não é? 9,5, 9,5. Em 13 tiramos 10, em 14,
451 9,8, em 15, 10, em 16, 10, em 17, 10. Em 18, 9,8, em 19, 9,9. Então percebe-se muito
452 bem que a agência, ela tem feito um trabalho excepcional, e atende todos os requisitos
453 necessários para uma agência de bacias, e ela produz e faz com que a gente possa
454 operacionalizar toda a definição que é dada no Comitê através das Plenárias. Então a
455 gente pode verificar aqui a evolução do repasse e contratação federal. Então já foram
456 repassados R\$ 273.403.132,00. E isso corresponde a 96,22% do repasse mais o
457 rendimento acumulado. Em relação ao contratado. E a coisa que é mais importante que a
458 gente percebe, além do repasse, é o desembolso federal. Porque às vezes a gente tem o
459 dinheiro e não tem o desembolso, mas a agência trabalha de uma forma muito correta,
460 muito produtiva, que a gente conseguiu desembolsar 88%. Então é um número muito
461 bom, muito bom em relação a termos de Brasil, em relação a repasse. Então isso daí é

excelente. E a meta, a meta entre o desembolsado e o acumulado, é 55%, só para vocês terem uma ideia. Então a meta de 55% a agência de bacias atingiu 88%. Então alguns resultados alcançados, a maior parte dos municípios das bacias PCJ, já possuem atendimento urbano de água superior a 90%. Então a nova lei, o Marco Regulatório fala 99% de água, 90% de esgoto. Então já estamos muito perto da universalização do saneamento aqui na bacia. O índice de coleta é superior a 90, que é muito bom também. E o tratamento superior a 75%. Fizemos uma redução de peso, que é outro item que chama a atenção também no ato regulatório, temos que combater as perdas, conseguimos reduzir na bacia de 50 para 37%. Então uma redução considerável. E uma coisa é importantíssima, acho que uma das únicas no Brasil, a gente conseguiu reenquadramento do Rio Jundiaí, de classe 4 para classe 3. Esse é um trabalho muito importante em parceria com a Cetesb também, da agência de bacias, e que eu não me lembro de ter visto no Brasil um reenquadramento de classe do rio. Então outra coisa importante, o resultado alcançado, é a priorizada de novas temáticas como monitoramento, preservação de mananciais, comunicação social, capacitação, educação ambiental e demais ações ligadas à gestão. Então nas considerações finais, eu quero deixar registrado aqui, que foram 251 obras e projetos financiados, finalizados ou em andamento. Que contabiliza melhorias para mais de 5 milhões de moradores das 76 cidades localizadas nas bacias PCJ. A ampliação das atividades com o advento do PAC PCJ em 2013, que possibilitou mais condições de assertividade na gestão dos recursos hídricos de nossa região. Instituição com situação financeira equilibrada e constituída por equipe com experiência, conhecimento e comprometimento para resolução de problemas de forma dinâmica. Estreito relacionamento com os Comitês PCJ, e credibilidade reconhecida por ator do sistema de gestão de recursos hídricos e órgãos de controle externo, como, por exemplo, o próprio Ministério Público. Bons resultados alcançados no controle de gestão da ANA, gestão ANA 03/2011, bem como oportunidade para continuar executando as ações previstas no plano de bacias 2020-2035. Então mediante tudo isso daí que foi passado aqui rapidamente para não gastar muito tempo da reunião, eu solicito como Presidente em exercício do Comitê de Bacia Hidrográfica PCJ e do PCJ Federal, a aprovação pelos amigos Conselheiros e já vou adiantar meu voto como Conselheiro, agora devolvendo a palavra do presidente em exercício, para o Conselheiro Marco Antônio dos Santos, eu já adianto meu voto e voto favorável. Porque é um trabalho exemplar e que a gente quer e precisa continuar trabalhando com a Fundação Agência de Bacias. Muito obrigado, Renato, muito obrigado, amigos Conselheiros pelo tempo dispensado a mim aí.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Obrigado, Marco Antônio. Então eu gostaria de chamar o representante da Agência Nacional de Águas para falar sobre o procedimento de encaminhamento dessa adoção da sequência do PCJ. Não sei se o Humberto está conosco, quem é que está representando a agência? Oi Humberto, bem-vindo.

SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA) – Boa tarde, boa tarde, pessoal. Para ser rápido, eu não tenho muito que acrescentar, nós já fizemos nosso

504 parecer técnico, concordando e aprovando, e os dados apresentados pelo Marco Antônio
505 dizem tudo, eu realmente um Comitê, uma agência exemplar, na sua obrigação, nos seus
506 trabalhos, e demonstram bastante eficiência e eficácia na execução. Meus parabéns a
507 eles.

508 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado Humberto.
509 Então eu pergunto se os Conselheiros têm algum pedido de esclarecimento, de
510 informações.

511 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Aqui o Anivaldo
512 Miranda. Eu tenho só uma declaração.

513 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não, Anivaldo,
514 quem quiser falar, só peço que levante a mãozinha ali, clicando.

515 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Eu quero chamar a
516 atenção que no meu caso, está no nome da minha filha aparecendo aí, Eva Miranda, mas
517 sou eu, Anivaldo.

518 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Está certo.

519 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Bom, eu quero
520 apenas em nome dos Comitês Interestaduais, visto que eu represento os Comitês
521 Federais, inclusive o próprio PCJ, declarar o nosso inteiro apoio à demanda do PCJ em
522 relação a agência de bacias e a renovação aí da sua permanência. Portanto, eu quero
523 apenas declarar que o conjunto dos Comitês estaduais está totalmente favorável à
524 aprovação da matéria. Obrigado.

525 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado,
526 Anivaldo, obrigado, Humberto, muito obrigado.

527 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Anivaldo.
528 Eu pergunto se algum dos Conselheiros mais, solicita algum esclarecimento ou alguma
529 manifestação sobre o tema antes de entrarmos em votação?

530 **SR^a. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Renato, Marília,
531 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Também reforçar aí a
532 importância da aprovação da matéria. O Comitê PCJ e especialmente a Agência PCJ
533 também exerce funções, Secretaria-Executiva aqui, para a porção mineira. E
534 referenciando aí mais uma vez a excelência do trabalho que eles exercem.

535 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Marília.

536 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado. Há alguma
537 manifestação mais? Por favor, Hélio.

538 **SR. HÉLIO DE CASTRO PAULINO (1º Suplente)** – Renato, Hélio. É uma rápida, um
539 rápido elogio ao PCJ por ser uma referência, nós temos que aplaudir e quiçá os estados,
540 outros estados consigam executar os modelos da forma como estão sendo executados lá
541 pelo PCJ.

542 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Hélio.

543 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado.

544 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Então meus amigos,
545 não havendo mais manifestações, então colocamos em votação. A minuta de resolução
546 que prorroga e mantém a Agência PCJ. Então solicito que os Conselheiros que são a
547 favor da proposta, permaneçam como estão. Os Conselheiros que são contra, que se
548 manifestem. E os Conselheiros que se abstêm. Então esse é o texto da redação, então
549 demos por aprovada a matéria, conforme esse texto já tinha sido devidamente
550 encaminhado a todos os Conselheiros, conforme determina o Regimento Interno.

551 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Renato,
552 obrigado a todos os colegas.

553 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não, Marco, boa
554 sorte e continue o bom trabalho lá na região, que é exemplo para o Brasil.

555 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado.

556 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Então conforme foi
557 acordado no início da reunião, então temos a pauta, trazendo esse assunto referente à
558 emenda a Resolução 2.013 que tratamos no dia 29 de junho. Aqui mesmo por parte da
559 Secretaria-Executiva, que nós vamos explicar o assunto, que foi o objeto inclusive de
560 várias reuniões, que envolveu a representação dos Comitês, semana passada. A Agência
561 Nacional de Águas, tanto a parte de gestão de Comitê, de gestão de recursos hídricos,
562 como a Conjur do Ministério, do MDR, bem como a área jurídica da ANA, para que se
563 buscassem solução, uma solução adequada em função do trâmite que resultou posterior
564 a aprovação por parte dessa Plenária do CNRH, nesse tema referente à prorrogação dos
565 mandatos dos Comitês. Como todos sabem, foi objeto da reunião passada, essa
566 demanda já surgiu e se originou de uma demanda por parte dos Comitês, já lá em abril,
567 início de abril, tão logo foi editado o decreto de calamidade pública e todas as atividades
568 presenciais foram suspensas. E muitos dos Comitês, especialmente esses quatro,
569 Grande, Verde Grande, Paranapanema e São Francisco, tinham processos eleitorais em
570 andamento nesse período. E por conta disso, vários dos Comitês trouxeram esse tema
571 para que houvesse uma autorização do CNRH, mas assim no sentido de um reforço do
572 CNRH para que eles autorizassem, tivessem autorizados. Num primeiro momento, eram
573 os próprios processos eleitorais, que nem todos sabíamos como é que ia desdobrar todo
574 esse processo da pandemia. Mas com o passar do tempo, foi necessário entrar nessa
575 discussão nos próprios mandatos. Porque começou a entrar em risco os próprios

mandatos dos membros dos Comitês. E por conta disso e também por não se ter muito prazo para tratar do assunto, esse assunto entrou como requerimento de urgência na Plenária do dia 29, e essa Plenária aprovou a prorrogação de todos os mandatos dos membros dos Comitês e das diretorias. Decorrida essa aprovação, foi desencadeado todo processo da ajuda a memória da reunião da Plenária, identificado, instruído o processo. E seguiu o trâmite. Em relação a esse trâmite é que quando chegou na jurídica do Ministério, vocês todos sabem que essa transição do tema da agenda de recursos hídricos é nova, a Conjur do Ministério, tínhamos vários advogados da união que já dominavam o tema. E muito desses temas, já tinha, vamos dizer assim, a sua doutrina com a jurisprudência interna na Conjur do MMA. Aqui essa matéria é nova, e como qualquer matéria nova, ou qualquer um de nós está tratando do assunto novo do terreno que não conhece, a gente pisa com mais cuidado. E assim que está havendo a prudência com que a Conjur do MDR está tratando do assunto. Mas nesse sentido, elas foram além, mesmo sendo uma matéria nova, a partir do espírito da lei, houve o entendimento de que a gestão é participativa e descentralizada. Portanto, mesmo trazendo uma solicitação dos Comitês, até os Comitês vários solicitaram autorização para prorrogação de mandatos, e no fim por conta da dificuldade inclusive das reuniões dos Comitês nesse próprio período houve o entendimento de fazermos uma redação no sentido do CNRH aprovar a prorrogação, a Conjur entendeu que não era apropriado o CNRH aprovar a prorrogação dos mandatos. E especialmente também no que diz respeito as diretorias, no sentido de quem a elegeu, é que tenha autoridade para prorrogar. Então foi este conceito que norteou o parecer da Conjur no sentido de autonomia e fortalecimento dos Comitês. Então é nesse sentido que vem essa proposta de emenda à Resolução 2.013 aprovada em 2019. Para constar em vez da palavra, fica prorrogado, prorroga, melhor dizendo, como foi aprovado em 2019. Eu pediria já a Roseli para colocar na tela a proposta da emenda, para aprovar que os Comitês realizem o seu processo de prorrogação dos mandatos. Então essa é a proposta de redação, na verdade, em vez de prorroga por um ano o mandato conforme a 2.013 foi aprovada na última Plenária, a autorização no sentido de autorizar a prorrogação. Pode ir passando, não houve alterações, pode rodar a apresentação. Manteve os mesmos considerandos. Pode parar de rodar. Então em vez de prorroga por um ano, autorizar a prorrogação por um ano dos mandatos dos membros. Também dizendo que a autorização de prorrogação também estende-se aos mandatos das diretorias. Tudo conforme a sequência do texto que se aprovou no dia 29 de agosto, de junho, desculpe, 29 de junho. Então essa é a proposta de emenda proposta pela Conjur. Qual é o elemento que decorreu nesse período? É que diferentemente do Paranapanema, o Paranapanema que encerra o mandato dos seus membros em dezembro, Verde Grande em outubro e o São Francisco em setembro, o Grande, o CBH Grande venceu o seu mandato em 10 de agosto. Então causou prejuízos significativos ao CBH Grande. Por isso, fizemos várias reuniões com a Conjur, com a Secretaria-Executiva do Ministério, no sentido de se encontrar uma solução para que se resolva e que não se gere uma descontinuidade do Comitê do Doce. Por isso hoje, ontem foi uma reunião de quase três horas com a Conjur do Ministério, para consolidar essa redação aqui o Artigo 3º, no sentido de convalidar os eventuais atos praticados pelos Comitês, em consonância

com o Artigo 1º dessa resolução. Ou seja, os atos praticados com vistas à prorrogação dos mandatos por parte de Comitês, abrindo essa janela entre o dia 29 de junho, data da 42ª Reunião Ordinária, e a publicação dessa resolução. Assim se abre um período, uma janela para que os Comitês, por exemplo, o São Francisco já editou um ato ad referendum, nesse sentido. E para que também permita a possibilidade eventualmente do Grande também emitir um ato ad referendum. Existem algumas dúvidas jurídicas quanto ainda que ato será esse no sentido de dar uma segurança jurídica na continuidade dos trabalhos, e especialmente a sequência também do processo eleitoral. Por isso hoje pela manhã, em reunião com os Comitês Rio Grande, na qualidade de diretor da área que cuida da Secretaria-Executiva, que responde pela Secretaria-Executiva do CNRH, assumimos o compromisso de tão logo haja deliberação dessa matéria, ainda essa semana realizarmos uma reunião específica para tratar com a Conjur do Ministério, a Secretaria-Executiva e se for necessário e talvez seja, com o gabinete do Ministro, para encontrar uma solução adequada, a mais adequada possível, com o menor prejuízo possível ao Rio Grande, o CBH Grande. Então quero dizer que é uma construção, não foi simples se chegar nessa redação, mas é no sentido de o CNRH também estar parceiro, vamos dizer assim, dos Comitês, já aqui convalidando os atos, em reforço as diretorias executivas, para que se eventualmente lá, geralmente esperamos que não aconteça, mas para que não seja um ato da Secretaria-Executiva estrito sensu, querendo prorrogar o seu mandato. Essa não é a ideia, é por conta da pandemia, é da excepcionalidade, então o CNRH aqui vem querendo se fazer essa cobertura, esse apoio as diretorias executivas atuais dos Comitês, e aos próprios Comitês para manutenção do sistema funcionando. Então é nesse sentido que foi construída essa proposta de Artigo no sentido de convalidar os atos praticados pelos Comitês nesse período, já dando um reforço aos atos já praticados pelos Comitês. Então é nesse sentido a proposta de emenda que a gente apresenta aqui, pactuada com a Secretaria-Executiva do Ministério, com o gabinete do nosso Secretário e com a Conjur, para análise da Plenária. Então feito esse esclarecimento inicial, eu abro para algum pedido de manifestação e de esclarecimento antes de encaminharmos para a votação. Pois não. Então a Aparecida Vargas, é isso, Aparecida? Está com a mão levantada?

SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do CNRH) – Isso. Aparecida Vargas, ABRAGEL. Bem, esse desencontro que aconteceu, só vem corroborar o que eu venho colocando isso em pauta há um bom tempo, não só grupo de trabalho, como a gente discutiu no GT Custeio das Delegatárias, como eu venho falando em todas as Plenárias, que a Conjur analisar uma resolução depois de passar por todo o processo que a gente passou, Câmaras Técnicas, grupo de trabalho, Plenária, e depois ao final acontecer, um exemplo é esse, o outro como eu disse, lá já ficamos e não só porque está no MDR, Renato, no próprio MMA nós já ficamos por mais de seis meses sem resolução publicada, porque a Conjur do MMA não liberava para o Ministro assinar a resolução. Então eu acho que esse é um problema que a gente tem que se debruçar, é uma questão que sabe, olha o tamanho do problema que virou, o conselho fez o dever de casa dele direitinho e olha o problema que a gente tem hoje aí, podendo prejudicar um Comitê de bacia. Então eu acho que a gente tem que se debruçar sobre isso, ver se de

662 repente, estou sugerindo, mas eu acho que essa é uma questão que acho que talvez a
663 SETAL pudesse se debruçar sobre isso, mas se de repente o parecer da Conjur viesse
664 antes. O ideal é que ela participasse da SETAL, que é a instância terminativa, que ela
665 discutisse isso enquanto no momento que a gente tivesse encaminhando o documento
666 para ser pautado na Plenária, esse seria o ideal. Mas até hoje a gente teve resistência,
667 porque ela é uma instância superior, então que saísse da SETAL e que antes de ir para a
668 Plenária, alguma coisa nesse sentido. Mas se a Conjur analisasse antes de ir para a
669 Plenária, para que não ficasse recorrente essa história de a gente aprova, e eu não estou
670 fazendo jus, eu não estou entrando no mérito do parecer da Conjur, que eu acho que ela
671 está correta, eu não estou, não estou entrando, não está correta neste caso em
672 específico. Mas o que a gente não pode é ficar nessa situação e sabe, o conselho ficar à
673 mercê de uma posição dessa, ou seja, não é o conselho que toma decisão. Porque a
674 gente tem hoje claramente é, se a Conjur do MDR decidir que o Ministro não assina, qual
675 é o poder de decisão que a gente tem enquanto conselho? Que poder de decisão é esse?

676 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Ok. Ok.

677 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
678 **CNRH) –** Se o Ministro não assina, qual é o poder de decisão que esse conselho tem?
679 Então eu acho que a gente deveria se debruçar sobre isso. Segundo ponto, é a
680 preocupação com o Grande, porque igual você falou, o São Francisco fez uma resolução
681 ad referendum e resolveu o problema dele, o do Grande venceu dia 10 de agosto.
682 Qualquer ad referendum que ele venha a fazer agora, o mandato está encerrado. E a
683 gente deliberou dentro do prazo correto, ia dar tempo para o Grande, para tudo, não ia ter
684 problema nenhum. Como é que vai ficar essa situação? E aí se for tomar uma outra
685 decisão, a Plenária do CNRH não vai participar dessa decisão? Seja lá qual decisão for,
686 que for ser encaminhada, entendeu? A Plenária vai estar delegando essa decisão para
687 um grupo menor, como é que é isso?

688 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Certo. Certo.

689 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
690 **CNRH) –** Essas são as minhas, os meus questionamentos, está bom? Obrigada, Renato.

691 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Perfeito. Obrigado,
692 Aparecida. Já vou aproveitar para já informar que movimentos fizemos como Secretaria-
693 Executiva em função desta situação. Que realmente para nós também não é simples da
694 maneira que a coisa está acontecendo, e que já tinha o histórico. Então o ano passado
695 quando retomamos as reuniões, antes da reunião lá de dezembro, nós procuramos a
696 Conjur do Ministério, no entendimento de que eles deveriam como você bem falou, passar
697 a ter uma aproximação mais, aproximação grande, especialmente da SETAL. Naquele
698 momento houve a informação do Coordenador da época, que como havia a SETAL, não
699 tinha por que a Conjur se manifestar neste momento. Naquele momento. E nem
700 acompanhar, porque a Conjur só se manifesta previamente a assinatura do Ministro,

701 dando subsídio ao Ministro. Então conseguimos que a ANA que já vinha dando esse
702 apoio na parte também jurídica, passasse a acompanhar e vem acompanhando, nos
703 dando ótimo apoio na SETAL. E agora tivemos esse caso específico, então qual foi, agora
704 mudou novamente o Coordenador da Conjur e voltamos ao assunto. Então qual é o
705 compromisso da Conjur? Explicamos que todas as seis resoluções por aí que estão em
706 trâmite, algumas já encaminhadas e outras ainda em análise, fizeram parte desse
707 conjunto de iniciativas que decorreram de Covid, de atropelos, de requerimentos de
708 urgência. Não é a rotina do CNRH desta forma, então que eles tivessem a paciência em
709 entender que é uma excepcionalidade geral no país. Por isso todos esses atos.

710 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
711 **CNRH) –** Me desculpa, Renato, não foi urgência, nós estamos em agosto, e a gente
712 deliberou em junho, dizer que isso é urgência, de junho até agora. Cadê as
713 recomendações que nós aprovamos em junho que não tem nenhuma publicada? E aí eu
714 pergunto, o Regimento Interno do CNRH continua valendo o antigo para um conselho que
715 não é mais aquele conselho que a gente tinha? A gente está com o Regimento Interno
716 feito para um conselho que não é o vigente hoje? Cadê essas publicações? Qual é o
717 motivo dessas resoluções não terem sido publicadas até hoje?

718 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Pois não, aguarda só
719 um pouquinho, Aparecida.

720 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
721 **CNRH) –** E não é urgente, Renato, não é urgência, julho e agosto.

722 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Quero dizer que ele
723 foi encaminhado, esse assunto, mesmo, ele foi como requerimento de urgência, por isso
724 que eu me referi à urgência. Então o seguinte, então qual é o compromisso do novo
725 Coordenador da Conjur. Que previamente quando as Câmaras Técnicas tiverem
726 elaborado sua redação, antes de ir para a Conjur, e aí nós temos um prazo de 20 dias,
727 porque entre uma reunião de Câmara Técnica e outra, tem 20 dias para ir para a SETAL.
728 Haverá manifestação prévia da Conjur. Então já conseguimos resolver isso, então haverá
729 uma manifestação prévia da Conjur a apreciação da própria SETAL. Então quero dizer
730 que acho que já conseguimos, mas quero dizer que esse assunto do Doce, a sua fala é
731 totalmente consciente.

732 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
733 **CNRH) –** Do Grande, não é do Doce, não.

734 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Desculpe, eu já pedi
735 desculpa, é que eu também estou com aquela outra resolução com o Doce na cabeça,
736 desculpe.

737 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
738 **CNRH) –** Não tem jeito.

739 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito. Então, mas
740 seguindo já, acho que foi um ponto importante que eu precisava trazer, e com certeza na
741 reunião de hoje com os Comitês, está claro que nós vamos precisar envolver o gabinete
742 do Ministro nesse assunto. Por favor, então o Alexandre.

743 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
744 **CNRH)** – Você não me falou sobre as resoluções que estão para ser publicadas, qual o
745 motivo?

746 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Sim, todas elas por
747 que isso também é um ponto importante. Até o ano passado, ali, ou início deste ano,
748 antes da mudança do Ministro, sempre que uma resolução, algum ato estava pronto no
749 nível da secretaria, o secretário específico ia ao Ministro, despachava junto ao gabinete
750 do Ministro. Agora quem dá o ok, quem faz a nota informativa para o Ministro assinar,
751 depois da Conjur, é a Secretaria-Executiva. Por isso que essa reunião foi junto com a
752 Secretaria-Executiva, é o Secretário-Executivo que assina a nota informativa pós-Conjur
753 para que o Ministro assine. Então temos mais esse ponto, por isso que nós convidamos
754 inclusive a participação da Secretaria-Executiva agora, Secretaria-Executiva não do
755 CNRH, a Secretaria-Executiva do próprio Ministério.

756 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
757 **CNRH)** – Do MDR.

758 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Que encaminha para
759 o gabinete do Ministro. Então temos esses passos a cumprir internamente no Ministério, e
760 que foram sendo passos que foram sendo estruturados agora nesse período, inclusive, de
761 pandemia. Então também são passos novos que tivemos que adotar a partir desses
762 últimos meses. Pois não, vamos seguir.

763 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
764 **CNRH)** – E aí como está a situação das resoluções que não foram publicadas?

765 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Elas estão nesse
766 trâmite, quero dizer que em relação a do Doce, já para informar, a do Doce já passou pela
767 Conjur, houve uma discussão sobre a viabilidade financeira, o que não era procedente,
768 mas como esse assunto estava no parecer da ANA, a Secretaria-Executiva já elaborou a
769 nota, e não vai precisar voltar para a Conjur. Esse é um acordo também que fizemos com
770 a nossa Conjur. Sempre que ela disser que tem viabilidade jurídica, não precisa retornar
771 para lá, desde que seja justificado e complementado. Mas agora conseguimos a partir
772 dessa situação que não é a melhor, foi uma situação dessa crise aqui, estabelecer agora
773 essa, vamos dizer assim, esse conjunto de instituições que passam a tratar e definir
774 melhor esse rito interno, pós-aprovação do CNRH. Então eu vejo, e essa reunião que já
775 aconteceu a semana passada envolvendo a jurídica da ANA, esta agora semana
776 passada, ontem, sobre já envolvendo a Secretaria-Executiva e esta que acontecerá essa

777 próxima semana envolvendo inclusive o gabinete do Ministro, na qualidade de Presidente
778 do CNRH, espero que a partir daí se tenha um trâmite com todos com conhecimento da
779 importância das matérias e da agilidade também dos processos. Então é isso.

780 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
781 **CNRH)** – E a do Regimento Interno?

782 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Está em análise na
783 Conjur, está em análise na Conjur. Todas estão em análise na Conjur, ou já foram para,
784 tem três que já passaram, quatro que já passaram e já estão na, algumas já foram para o
785 gabinete do Ministro, outras estão na Sessex e outras estão na Conjur.

786 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
787 **CNRH)** – Ok, obrigada, Renato.

788 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – É bom, foi bom que já
789 esclareceu todos também, acho que também isso é importante explicar. Alexandre, por
790 favor, próximo inscrito.

791 **SR. ALEXANDRE VILELA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Boa tarde Renato. Boa
792 tarde a todos os companheiros Conselheiros. Só para tentar contribuir aqui a visão um
793 pouco que setor produtivo. Evidentemente acho que o Renato já disse, acho que
794 segurança jurídica foi, é e deve ser sempre um dos pilares aí da sustentação do conselho.
795 E o pior cenário de fato seria de descontinuidade, ou de insegurança dos mandatos e
796 decisões de um Comitê. Acho que o conselho como zelador do princípio da
797 descentralização, de fato não pode ficar nessa insegurança. E aí talvez seja até
798 importante, assim como no PCJ, a gente ouviu o Comitê, acho que os presidentes dos
799 Comitês aí envolvidos estão presentes, talvez uma breve fala desses Comitês para a
800 gente poder sentir um pouco a sensação do Comitê. Mas o material disponibilizado aí que
801 é o parecer da Conjur, o item 29, trata da sinalização positiva da autorização, e não da
802 prorrogação, de fato autorizar para que cada Comitê possa decidir sua solução, porém,
803 isso só valeria para aqueles que possuem o mandato vigente. E aí claro que entra um
804 pouco essa questão do Grande, da insegurança jurídica no caso do Grande. Porque São
805 Francisco, Verde Grande e Paranapanema como já anunciado, ainda há um prazo hábil
806 para que eles possam decidir sobre essa prorrogação, ou não, mas caminha-se nesse
807 sentido. Então talvez o melhor encaminhamento nessa questão da segurança jurídica que
808 o conselho tem essa missão de zelar junto com o sistema, talvez seja a retomada do
809 processo eleitoral no Grande que já estava em andamento, ou seja, evidentemente que a
810 pandemia interrompeu esse processo, e por isso que o Grande demandou exatamente
811 essa autorização para prorrogação, no sentido de garantir a adequação a essa posição da
812 Conjur. Não me parece que a Conjur mudou de posição, e sim ela atesta esse texto,
813 desde que haja um mandato vigente no Comitê. Então nesse sentido da segurança dos
814 mandatos com todos os representantes, e principalmente que não haja nenhum tipo de
815 contestação futura quanto à legalidade ou qualquer coisa nesse sentido, do mandato, eu

816 entendo, nós entendemos, do mandato, eu entendo, nós entendemos, curtindo um pouco
817 o setor isso, na base, que a retomada do processo eleitoral seja aquela que mais
818 segurança jurídica dê nessas discussões que vão ter ao longo das próximas semanas, as
819 reuniões, e no próprio texto da resolução. Mas a minha sugestão, Renato, é que talvez
820 principalmente no Grande, a gente pudesse ouvir os representantes do Grande, para que
821 a gente tenha um pouco mais de segurança nesse encaminhamento. Eu agradeço e fico à
822 disposição.

823 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
824 **CNRH)** – Alexandre, mas para essa retomada tinha que ter uma diretoria interina,
825 minimamente, não é? Já que não tem mandato, tem que ter uma diretoria interina.

826 **SR. ALEXANDRE VILELA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Exatamente nesse sentido
827 que o parecer da Conjur diz, ou seja, como não há a possibilidade de uma nova decisão,
828 aí vai ter que se buscar essa saída jurídica para dar segurança, exatamente, ou seja, uma
829 Comissão provisória, igual antes, quando cria-se um Comitê, tem uma Comissão
830 provisória, que cria todo o processo eleitoral para que o Comitê seja efetivamente criado.
831 Enfim, vai ter que ter que se construir, porque nesse momento nós não estamos
832 enxergando...

833 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
834 **CNRH)** – Mas que é aprovado no plenário do CNRH.

835 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito.

836 **SR. ALEXANDRE VILELA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Neste momento nós não
837 estamos enxergando segurança jurídica, para atender principalmente a posição da
838 Conjur, nesse sentido que a resolução está aí colocada. Mas eu sugiro que a gente ouça
839 o pessoal do Grande.

840 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
841 **CNRH)** – Do Comitê, que é muito importante.

842 **SR. ALEXANDRE VILELA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Do Comitê, acho que ouvir
843 o Comitê é fundamental e a base.

844 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
845 **CNRH)** – Mas Alexandre, o que você colocou, complementa a dúvida que eu tive. Se a
846 gente tiver que partir para uma Comissão provisória e uma diretoria provisória ou o nome
847 que for, quem referenda isso é a Plenária do CNRH. O que o Renato está apontando que
848 seriam reuniões internas da Secretaria-Executiva, quer dizer, isso não vai, não vai, a não
849 ser que saia um ad referendum do Ministro que eu acho que seria o melhor caminho.

850 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Isso.

851 **SR. ALEXANDRE VILELA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Só para concluir então,
852 acho que a proposta é essa, não é Renato?

853 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Exatamente.

854 **SR. ALEXANDRE VILELA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Concluir, essa viabilidade
855 jurídica, é uma deliberação do conselho, seja ela do plenário ou da ad referendum, depois
856 referendado pelo plenário. Acho que o CNRH jamais vai abrir mão dessa competência.

857 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
858 **CNRH)** – E que nada impede que seja a diretoria que estava vigente até então.

859 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Aparecida, por favor,
860 Aparecida, por favor, deixa só eu manter a palavra para os demais, já está entendido. O
861 Anivaldo Miranda, representante dos Comitês.

862 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Boa tarde a todos
863 mais uma vez. Eu quero dizer o seguinte, nós precisamos aprovar essa resolução hoje,
864 até para salvaguardar os Comitês que não foram flagrados, aliás, não foram
865 surpreendidos nessa armadilha do tempo, como foi o Comitê do Grande. Até por que
866 alguns, como é o caso do Comitê do São Francisco, tem uma data próxima para
867 encerramento dos seus mandatos, muito embora tenhamos, já temos emitido uma
868 resolução ad referendum, prorrogando os mandatos, e teremos em breve uma Plenária
869 que poderá sacramentar em tempo hábil isso aí. Portanto, essa resolução que está em
870 tela, precisa ser aprovada hoje. Eu queria só lembrar que armadilha involuntária que foi
871 montada, na última resolução desse conselho, prorrogando os mandatos, desarmou
872 alguns Comitês, como é o caso do Comitê do Grande, porque todos imaginavam que a
873 prorrogação era uma medida absolutamente factível, a partir do CNRH. Diante da
874 excepcionalidade da situação. Mas a Conjur entendeu que lendo toda a legislação
875 pertinente e regimentos internos pertinentes aos Comitês, agiu evidentemente de muito
876 boa fé, quando reforçou a autonomia dos Comitês, mas a meu ver a prorrogação pelo
877 CNRH teria sido conforme a resolução anterior, a menos traumática de todas, tendo em
878 vista a excepcionalidade. Tendo em vista a excepcionalidade, eu acho que o pequeno
879 detalhe apresentado, era menor do que o benefício que ter publicado essa resolução,
880 teria trazido. O fato é que quando no caso do Comitê do Grande, as pessoas tiveram
881 prazo de três dias, foi adotada a resolução, três dias depois eles deveriam, alguém
882 deveria ter alertado, mas quem iria alertar num prazo tão curto? Que aí era preciso emitir
883 o ad referendum antes do esgotamento do mandato. E, claro que isso é humano, ninguém
884 é máquina para ter percebido isso. E eles terminaram entrando, nessa esparrela.
885 Entretanto, eu quero dizer o seguinte, hoje pela manhã, inclusive com a presença do
886 Comitê do Grande, foram vistas as diversas possibilidades, estabelecidos dois
887 entendimentos. Primeiro, aprovar essa resolução que está aí em tela, visto que atende a
888 todos os Comitês e em relação ao Comitê do Grande, antes de a publicação desta
889 resolução, que também não deverá demorar, esse é o apelo que nós fazemos, haver uma

890 conversa entre o Comitê do Grande, a Secretaria-Executiva do CNRH, Agência Nacional
891 de Águas, gabinete do Ministro e a Conjur do Ministério, no sentido de avaliar três ou
892 quatro alternativas que foram encaminhadas inclusive pelo próprio Comitê do Grande, e
893 dentre essas alternativas, evidentemente avaliar qual é a mais apropriada, seja
894 convalidando, uma decisão ad referendum, com data retroativa, enfim, são coisas que
895 poderão depois se mostrar inviáveis, ou então várias outras ideias. O fato é o seguinte, é
896 que você convocar agora para o Grande, um processo eleitoral, levando em conta que a
897 emergência sanitária ainda está vigente, o processo eleitoral terá que se fazer por
898 reuniões presenciais, porque em vários Comitês a reunião presencial é fundamental,
899 senão você vai estabelecer desigualdades entre segmentos que estão muito bem,
900 digamos assim, equipados do ponto de vista de um processo virtual, e outros, não, porque
901 se envolve segmentos como, eu não sei as características de cada Comitê, mas no nosso
902 caso tem municípios de instâncias que não tem nem tecnologia de internet avançada,
903 você tem segmentos de povos tradicionais, de aldeias, de regiões afastadas, de
904 pequenos irrigantes de açudes, digamos assim, também distantes. Você tem pescadores
905 artesanais, você tem aquicultores de regiões muito remotas. Você tem evidentemente
906 todo um contexto, é por isso que inclusive no caso só São Francisco, o processo eleitoral
907 é prolongado, porque só o processo de mobilização ele demora muito tempo, mas demora
908 muito tempo para assegurar a igualdade de oportunidades entre os segmentos, porque
909 senão você pega um segmento muito estruturado, da área de usuários, mas você não vai
910 ter de grandes usuários, você poderá evidentemente estar desfavorecendo segmentos de
911 usuários de menor porte ou de certos segmentos da sociedade civil, populações, remota e
912 etc. e etc. Então o fato...

913 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Encaminha, por favor,
914 Anivaldo.

915 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Encaminhando aqui
916 agora, eu gostaria que o Renato então de fato reproduzisse isso, que a reunião dos
917 Comitês com a participação do Grande, definiu, porque eu acho que aprovando essa
918 resolução, imediatamente a Secretaria-Executiva encaminharia esse encontro entre essas
919 instâncias para efetivamente verificar qual o melhor caminho. Um deles foi citado aqui, é
920 se não houver nenhuma saída jurídica, visto que os mandatos se extinguiram, junto com a
921 Agência Nacional de Águas, de fato estabelecer a possibilidade dessa mesma diretoria
922 ser reinstituída como diretoria provisória e estabelecer um prazo para que ela funcione, e
923 como juntamente com os outros Comitês, a partir de novembro, apresentar como todos os
924 demais, inclusive isso reza nessa resolução, a partir de novembro apresentar o calendário
925 já no alvorecer de 2021, do novo processo eleitoral. Eu acho que é a maneira aí de fato. É
926 isso.

927 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok, obrigado.
928 Obrigado, Anivaldo. Pois não, então passar para o Germano, Presidente do Comitê CBH
929 Grande. Abrir o microfone, por favor, Germano. Está escutando? Conseguiu? Germano?
930 Estão me escutando?

931 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) – Sim.**

932 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Então o Germano
933 está com a mão levantada. Germano, pode falar? Bom, acho que o Germano está com
934 algum problema. Alguém mais da diretoria do Grande está, a Mônica? Ou outro? Se há
935 necessidade, se alguém da diretoria do Grande quer se manifestar. Então, pessoal,
936 assim, na verdade acho que foi bem explicado o compromisso da Secretaria-Executiva do
937 CNRH, foi assumido hoje pela manhã na reunião com os Comitês, e estamos reafirmando
938 o compromisso de levar esse diálogo para a nossa Secretaria-Executiva do Ministério, a
939 Conjur. E o gabinete do Ministro, que em suma é o Presidente dos conselhos. Então esse
940 assunto é importante que suba, para que eventualmente possa, talvez seja o caso
941 inclusive de um ad referendum do Ministro específico para o Doce, não se descarta isso.
942 Sabendo como bem a Aparecida disse lá atrás, é um ato que depois vai ter que ser
943 referendado pelo CNRH que é a instância própria. Germano, você quer ainda manifestar?
944 Microfone, por favor. Abra o microfone. Só um pouquinho, vou tentar abrir. Está dando
945 algum problema. Está identificando, Roseli, qual o problema, que o Anderson...

946 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) –** Germano já saiu e
947 entrou, Renato, mas acho que ele continua com problema no microfone.

948 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Viu Germano, a gente
949 não está te escutando. A gente não está te escutando. Eu acho que talvez tenha que
950 entrar e sair, novamente, porque não está aparecendo aqui, está aparecendo sua
951 imagem, mas não o som. Aguardar um segundinho, ver se ele volta, acho importante a
952 fala do Germano, para daí nós encaminharmos à votação.

953 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) –** Acabou de entrar
954 novamente, Renato. Germano?

955 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Abra o microfone, por
956 favor, Germano. Voltou?

957 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) –** Ele já voltou, mas o
958 microfone continua desativado.

959 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Tem alguma técnica
960 de tentar ativar o microfone dele pela coordenação dos trabalhos aí? Roseli, Anderson?

961 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) –** Não tem, não, é só ele mesmo, viu.

962 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH) –** É.

963 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Viu Germano, tenta
964 abrir o seu microfone para escutarmos sua manifestação, por favor.

965 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
966 **CNRH)** – Não teria outro representante do CBH Grande?

967 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – É, isso que eu
968 perguntei.

969 **SRª. LUCIANA PEIXOTO (MAPA)** – Aqui é Luciana Peixoto do MAPA. Que às vezes
970 ajuda se ele plugar na tomada, por incrível que pareça, se ele plugar o notebook dele na
971 tomada, às vezes melhora o microfone.

972 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ele está entrando
973 novamente. Agora nos escuta?

974 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pessoal, vou fazer o
975 seguinte, eu proponho que nós fazer uns cinco minutos aí, fazermos um intervalo, ver se
976 o Germano volta, antes de nós encaminharmos à votação. Todos concordam.

977 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Tenta pelo telefone, às vezes, Germano,
978 baixa o aplicativo no telefone.

979 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Viu, pessoal,
980 podemos fazer uns cinco minutos de intervalo, e daí vamos ver se o Germano retorna.
981 Todos concordam? Fique como está então. Então vamos dar esses cinco minutinhos para
982 tentar se a fala, são matérias mais importantes de hoje, tem que ficar tudo bem claro.
983 Então cinco minutinhos, intervalo. Então agora são 16h04, retornamos 16h09, está bem?

984 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok.

985 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Ok.

986 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Por favor, pessoal,
987 vamos retomar os trabalhos? Pergunto se deu certo o contato com o Germano?
988 Anderson, Roseli, estão me ouvindo, está tudo ok?

989 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Estamos ouvindo,
990 Renato.

991 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok, senão parece que
992 eu estou sozinho aqui, alguém dê sinal de vida.

993 **SR. ANDERSON BEZERRA (SECRETARIA-EXECUTIVA CNRH)** – Estamos ouvindo
994 perfeitamente, não houve manifestação do Germano.

995 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Tudo ok. Estamos ouvindo.

996 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Renato, estamos
997 juntos, fica tranquilo.

998 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado. Então
999 vamos retomar o trabalho, eu acho que a gente tentou ver se colhia a fala do Germano,
1000 mas reiterar o compromisso da nossa Secretaria-Executiva do CNRH, para melhor
1001 solução possível dessa situação. Então se não houver mais nenhum pedido de
1002 manifestação, por parte dos Conselheiros, a respeito então da emenda, a Resolução 213.
1003 Ela mantém o número da aprovada em 29, é uma emenda com adequação da redação
1004 proposta pela Conjur conforme prevê o Regimento Interno. Então como já tivemos...

1005 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Renato?

1006 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não.

1007 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Marília, Conselho
1008 Estadual de Minas Gerais. Eu estava aguardando para falar depois da fala do Germano,
1009 mas eu queria só reforçar novamente a importância da aprovação da matéria. A gente
1010 tem acompanhado a Stela, Secretária-Executiva do CBH Grande, é aqui de Minas Gerais,
1011 e ela tem, me reportou essas questões e a gente está acompanhando. E de fato esse
1012 auxílio para que a gente resolva a questão do Grande, é muito importante que esse
1013 conselho referente aí todas essas, esses encaminhamentos. Então queria só reforçar
1014 também o apoio do Conselho Estadual de Minas, para que a gente possa solucionar
1015 então essa questão e não fique sem mandato no Grande, que é um ponto muito
1016 importante, que o Comitê continue com suas atividades da forma que tem
1017 desempenhado.

1018 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Marília.
1019 Então encaminhando para a votação. Em votação. Solicito que os Conselheiros que
1020 concordam com a redação proposta na emenda, pela Conjur, permaneçam como estão.
1021 Os Conselheiros que estão contra. Os Conselheiros que se abstêm.

1022 **SR. ALEXANDRE VILELA** – Renato, o setor industrial se abstém, na verdade, só para
1023 justificar o voto, não há, como a votação é em bloco, e consta dos quatro Comitês, acho
1024 que Paranapanema, Verde Grande e São Francisco não há essa abstenção, mas como é
1025 em bloco, a questão da Grande a gente não se sente seguro no encaminhamento,
1026 portanto, registramos aqui abstenção do setor industrial.

1027 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Alexandre.
1028 Então com a abstenção do setor industrial, consideramos então aprovada a emenda
1029 proposta Conjur a Resolução 213. Então eu peço para a Secretaria-Executiva para a
1030 sequência dos trabalhos, nosso próximo ponto de pauta diz respeito à Resolução
1031 proposta no âmbito da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, que trata de uma moção
1032 a ser encaminhada ao Ministério da Economia, reiterando a importância de constar do
1033 anexo do projeto de lei orçamentária de 2021, ao recurso da cobrança como não passível

de contingenciamento. Isso é uma medida muito importante, especialmente no que diz respeito ao Inciso IV, que também há essa contribuição da SEFUR, que na verdade, se transforma em parte em cobrança de recursos hídricos a partir daquele movimento na época que o Vicente fez como Presidente da ANA. Então é muito importante isso, e então discutimos ainda com o Secretário Marcelo Borges, então essa moção que entra em discussão no momento, e que já foi devidamente debatida na SETOC, na SETAL e vem ao plenário. Com a orientação de que é uma moção importante no sentido de reafirmar esses compromissos. Para vocês terem uma ideia, no que diz respeito à mudança dessa, dos recursos da SEFUR propriamente dito, que parte se transforma com esse conceito de cobrança de recursos hídricos, é aproximadamente quase 90 milhões do Ministério de Minas e Energia, mais ou menos esse valor no Ministério de Ciência e Tecnologia, e uma parte semelhante no MDR. Que vem sendo contingenciada, então é um recurso importante que o Setor Elétrico também traz e apoia, como medida compensatória, mas que é uma receita mensal, de financeiro. Então esse vai ser o nosso argumento importante, com essa moção, no sentido de buscarmos e na reunião preparatória do governo, já com o Ministério da Economia presente, vermos como que se pode haver uma argumentação nesse sentido por parte do CNRH. Como é um movimento, vamos dizer assim, um movimento não, uma manifestação recorrente do CNRH todo ano, no sentido de aumentar ou de preservar, melhor dizendo, os recursos da cobrança, é isso que se propõe essa resolução. Eu gostaria de ver se o Humberto, você por parte da ANA, poderia expressar um pouco, porque a ANA teve o papel importante em relação a SETOC na discussão dessa matéria. Você está disponível, Humberto? Não? Também o Humberto, também registrou, ele está com algumas questões familiares no dia de hoje, também, mas eu não sei se ele conseguiu seguir aqui conosco.

SR. GERMANO – Renato?

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Sim, pois não.

SR. GERMANO – Germano, está escutando?

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Ah, Germano, você voltou. Sim, mas, bom, o que a gente faz agora, bom, o tema da resolução nós esperamos um bocado, fizemos um intervalo por conta da sua ausência na reunião, mas retornamos e você não tinha voltado. Mas a gente abre esse espaço para manifestação sua aí que consideramos importante, e depois retomamos a sequência de esclarecimentos sobre essa moção, sobre a cobrança de recursos hídricos. Pode falar, Germano.

SR. GERMANO (CBH Grande) – Bom, me desculpe aí estar atrapalhando o andamento da reunião, não sei o que é que houve aqui com meu equipamento. Mas eu estou agora pelo celular. Na realidade, a manifestação seria da seguinte forma: eu fico aqui me perguntando onde é que o Comitê do Grande errou. Porque em abril, a gente fez uma solicitação ao Conselho Nacional para saber se a gente poderia estar ampliando esse

1073 mandato em função da pandemia. Em junho, o CNRH ele se reúne e delibera, dando o
1074 prosseguimento dizendo que a gente poderia como todos os outros Comitês, a gente
1075 poderia estar seguindo, já que não teríamos condições de fazer as nossas reuniões
1076 presenciais. O nosso mandato, ele terminava no dia 09 de agosto, que é um domingo. O
1077 parecer do Conjur veio dia 07 de agosto, que é uma sexta-feira. Então eu fico aqui, o
1078 Comitê do Grande fica extremamente prejudicado, bastante prejudicado. Quer dizer, a
1079 gente tem uma responsabilidade enorme perante o Comitê, temos uma reunião sexta-
1080 feira agora, um problema do lago de Furnas, como é que nós vamos nos representar lá,
1081 se nós não somos nem membros mais? Eu fico aqui e a gente tem, eu realmente estou
1082 abismado. Quer dizer, a gente com uma responsabilidade enorme, e a gente, como eu
1083 disse de manhã, Comitê do Grande não quer nada ilegal, e não vai tomar nenhuma
1084 medida ilegal. Assim como o CNRH. Mas a gente se sentiu extremamente prejudicado,
1085 quer dizer, não tivemos tempo de pensar, dia 07 de agosto, e dia 09 acabou nosso
1086 mandato, que é num domingo e o parecer veio na sexta. Eu espero que a gente consiga
1087 recuperar essa, aquilo que nos tiraram, que é o direito de a gente prosseguir atuando pela
1088 bacia. Era essa a minha fala, obrigado, Renato.

1089 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Certo, obrigado,
1090 Germano, obrigado, Germano. Está registrado, e vamos tomar, dar sequência conforme
1091 combinado com a reunião interna no Ministério, para uma decisão conjunta. Para que com
1092 certeza vai ter que vir para a deliberação sequente da Plenária. Pois não, voltando para o
1093 ponto da pauta então, quanto à resolução de cobrança, eu vi que o Humberto, ah, ok,
1094 Humberto? Seria importante, não é Humberto, vocês têm o dia a dia desse tema da
1095 cobrança, na agência, acho importante, até porque nós temos vários Conselheiros novos
1096 também, importante explicar a importância desse tema. O microfone, por favor.

1097 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Mas enfim, comentar.

1098 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Microfone, Humberto.
1099 Humberto, microfone, por favor. E peço para os demais para fechar, por favor.

1100 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Bom, vamos lá. Essa
1101 questão do recurso do orçamento, todo ano é uma batalha diplomática e política dentro do
1102 Congresso Nacional, para garantir que os recursos da cobrança do Setor Elétrico, venha
1103 para uma parte, 075% do que cabe ao Governo Federal, vem para a ANA, para poder a
1104 ANA implementar o sistema. É o recurso que a ANA implementa o sistema, é o recurso
1105 que a ANA implementa para a gestão, para o Comitê, a rede hidrometereológica, enfim,
1106 todas as ações da ANA, vem desse recurso. E todo ano esse recurso tem risco de ser
1107 contingenciado, todo ano o Conselho Nacional de Recursos Hídricos encaminha uma
1108 moção pedindo que os congressistas não contingenciem e todo ano a ANA faz o corpo a
1109 corpo com as lideranças políticas para garantir que esse recurso não seja carimbado
1110 como recurso contingenciável, e tem dado certo. Eu me lembro que Dr. Vicente Andrew,
1111 então Presidente da ANA na época, conversando com o Ministro do Planejamento, de
1112 uma viagem, e ele fez esse comentário dizendo o seguinte: ah, mas esse recurso pode

1113 ser contingenciado. Eu falei assim, olha, se vocês contingenciarem esse recurso que é
1114 para implementação do sistema, que vem do Setor Elétrico, a título de compensação, a
1115 gente vai passar a emitir então o boleto de cobrança pelo uso da água do Setor Elétrico. É
1116 só vocês fazerem a conta. E rapidamente então passou a se liberar esse recurso e não
1117 serem contingenciados. Passou-se um tempo, começaram os processos de
1118 contingenciamento, então tem todo um trabalho que se é feito politicamente dentro do
1119 congresso, para garantir o não contingenciamento. E uma moção do Conselho Nacional
1120 de Recursos Hídricos é uma moção de peso que ajuda no processo de convencimento
1121 dos parlamentares de não contingenciar esses recursos. Então essa intenção aí dessa
1122 matéria em pauta.

1123 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Humberto.
1124 Algum pedido de esclarecimento ou manifestação dos Conselheiros sobre esse tema?
1125 Pois não, Wilson do setor. Pois não, Wilson, pode falar. Microfone, por favor, está
1126 desligado.

1127 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Obrigado,
1128 Renato. Só para um pequeno histórico, é que no início da implementação da política, lá
1129 pelos idos do início da cobrança, esses recursos, eles eram contingenciados. E foi um
1130 trabalho do Conselho Nacional de Recursos Hídricos junto ao Ministério do Planejamento
1131 na ocasião, Ministério da Fazenda, que conseguiu mudar a rubrica desse recurso para
1132 uma outra fonte não contingenciável. Então essa iniciativa, esse trabalho foi feito pelo
1133 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. De trabalho...

1134 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Por favor, peço para o
1135 pessoal desligar o microfone, para o Wilson, para escutar o Wilson.

1136 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – É, e a partir daí,
1137 esses recursos ficaram, vamos dizer assim, numa rubrica que não permitia o seu
1138 contingenciamento. Só que todo ano, com essas mudanças administrativas, realmente
1139 corre-se o risco de contingenciamento desses recursos, e aí vem esse trabalho que o
1140 Humberto falou que tem que ser feita essa articulação política, que tem que ser feito, ser
1141 realizada, para impedir que isso venha a acontecer. E cause uma descontinuidade aí na
1142 implementação da política. É só isso, eu só queria dar esse crédito para o Conselho
1143 Nacional de Recursos Hídricos, porque os novos aqui não estão sabendo que esse foi um
1144 trabalho realmente do conselho, foi um trabalho nosso, vamos dizer assim. Obrigado.

1145 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Wilson.
1146 Muito bom, sempre é bom o resgate histórico. Vamos em frente, muito bom. Então
1147 pergunto se algum Conselheiro mais tem alguma manifestação ou pedido de
1148 esclarecimento, para entrarmos em votação. Então em votação. Os Conselheiros que
1149 concordam com a moção apresentada, permaneçam como estão. Os Conselheiros que se
1150 manifestam contra à moção apresentada. Os Conselheiros que se abstêm. Então está
1151 aprovada a moção ao Ministério da Economia, solicitando que as peças orçamentárias

propostas no poder executivo federal e nas normas regulamentares se observe a inclusão das receitas da cobrança, uso de recursos hídricos a que se referem os Incisos I, III, IV e V da 9.433, dentre despesas que não são objetos de limitação de empenho, pois são nos termos legais obrigatórias para aplicação da política, para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Então essa moção será endereçada. Está certo, então vamos em frente para a próxima matéria, diz respeito a Câmara, a Comissão de Ética do Conselho. Então é a última instância que precisa ser preenchida, para que se conclua o arranjo institucional do conselho conforme programado, previsto no Decreto 10.000. A Câmara Técnica prevê a composição de três titulares e um suplente, exatamente para que se um dos titulares, em determinado momento, não possa estar presente, ter esse suplente. A Secretaria-Executiva fez um chamamento, um apelo para os Conselheiros comporem a Comissão de Ética. E é uma Comissão que eu quero até tranquilizar, que se espera que tenha muito pouco trabalho nesse nosso mandato, porque o que não se quer é situações desagradáveis, todos aqui por questão de bom acordo, do sentido claro, cada um defendendo o interesse do seu setor, da sua pauta, mas na medida da mediação, é esse o espírito que deve, vai nortear os nossos trabalhos, no sentido da mediação. Então toda manifestação é muito bem-vinda, mas dentro da urbanidade, dos cuidados com o outro, porque estamos, até porque estamos num momento muito delicado, todos, até do ponto de vista familiar, e essa é para ser uma reunião positiva, propositiva e de trabalho. Por interesse público, presente em primeiro lugar. Então nesse sentido, então passaria para a Roseli, vamos ver se está o seu microfone, funcionando bem, Roseli, como é que foi o processo para que a gente apresente então os nomes que foram, que se dispuseram para que a gente encaminhe então depois dos esclarecimentos, a votação da matéria para a composição da Câmara Técnica. Por favor, Roseli. Secretaria-Executiva.

SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) – Renato, então fizemos aí a solicitação de manifestação de interesse, recebemos três manifestações. Inicialmente o Conselheiro Jefferson Nascimento, aqui da ação das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa. Ele atende ao requisito, porque ele já foi Conselheiro em mandato anterior. Na sequência, Conselheiro Paulo Paim, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, também atende ao requisito, que foi Conselheiro. E o Conselheiro Vinicius Crespo que é do segmento pescadores e usuários de água, para o lazer e turismo, ele indicou a Confederação Nacional do Comércio, de bens de serviço e turismo. E a gente verificou, o Vinicius, realmente, ele não poderia ser da Comissão, porque é o primeiro mandato dele, mas o Conselheiro Mario Tadros que representa aí a CNC, ele possui os requisitos tendo sido Conselheiro em mandatos anteriores. Entramos em contato com ele, e ele confirmou aí a indicação, de interesse de se compor essa Comissão. Desta forma, Renato, então faltaria a indicação de mais um representante, e o segmento distinto desse que a gente já conseguiu.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Microfone, Roseli.

SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) – O segmento distinto desse, e também a gente conseguir eleger o Presidente.

1193 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Está certo. Então nós
1194 temos já a composição proposta, então eu pergunto, entre os que se dispuseram a
1195 compor, se há o interesse, se dispor a essa tarefa de presidir a Comissão, entre os três já
1196 propostos.

1197 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – A minha
1198 mão levantou aí, Renato? Eu não sei.

1199 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não, Jefferson,
1200 pode falar, acho que depois o Paim, eu acho que muito importante, e agradecendo desde
1201 já a disposição de vocês para compor essa Comissão. Pois não, Jefferson.

1202 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está me
1203 ouvindo, está me ouvindo bem?

1204 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Sim, sim.

1205 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está
1206 ótimo. Então, eu já tive na Comissão de Ética, no passado, eu achei muito boa as suas
1207 palavras, que realmente é uma Comissão que eu espero que trabalhe muito pouco. No
1208 passado também, você não estava junto conosco nessa época, mas nós tivemos alguns
1209 problemas, que foram solucionados e a Comissão teve que ser, infelizmente, teve que ser
1210 acionada. Mas é necessário que tenha a Comissão de Ética para evitar e para dirimir
1211 problemas. E nessa época também quando eu fui da Comissão de Ética, a primeira vez,
1212 acho que eu fui duas vezes na Comissão, na primeira vez eu não poderia ser, na segunda
1213 eu pude ser, eu estive brevemente na presidência aqui, depois foi tudo retirado, porque foi
1214 refeito o conselho. Então se o pessoal achar, se não tiver ninguém mais que queira, eu
1215 posso aceitar essa posição aí, voltar a presidente dessa Comissão de Ética, contanto que
1216 a gente não tenha nenhum problema grave, porque nessa situação de pandemia, que eu
1217 acho que vai ainda se prorrogar por um bom tempo, então que as pessoas tenham um
1218 pouco de bom senso. Se tiver bom senso, não tem nenhum problema, acho que todo
1219 mundo tem um cabedal muito sério aqui dentro desse conselho, e nas Câmaras Técnicas
1220 também. Está bom? Então coloco o meu nome aí, humildemente, se alguém também
1221 colocar, aí a gente vai compor isso aí. Está bom? Muito obrigado, um abraço.

1222 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Muito obrigado,
1223 Jefferson. Então passo a palavra para o Paim.

1224 **SR. PAULO RENATO PAIM (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Obrigado, Renato. Boa
1225 tarde a todos e todos os Conselheiros. Meu caro Jefferson...

1226 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Abra sua câmera,
1227 Paim, você é candidato, mostrar o rosto.

1228 **SR. PAULO RENATO PAIM (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Com toda essa
1229 inferência já da Comissão de Ética, e eu como jovenzito que está aprendendo um
1230 pouquinho, apoio a sua candidatura para ser o nosso presidente.

1231 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Certo. Obrigado,
1232 Paim. Pergunto para o Mario. Paim, o Mario está conosco?

1233 **SR. VINICIUS CRESPO** – Renato, quem está é o Vinicius. A gente é ligado direto a CNC,
1234 a gente também acompanha esse posicionamento, a indicação do Professor Jefferson, eu
1235 acho que essa presidência então por unanimidade, acho que vai estar muito bem
1236 representada. E acompanho o Professor Jefferson. Espero que seja uma Comissão que
1237 funcione como seguro, que exista, mas que nunca seja preciso acioná-la.

1238 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Concorde,
1239 e muito obrigado também pelo seu apoio, Vinicius, e pelas suas palavras. É isso, a
1240 Comissão de Ética ela está lá justamente como seguro, você colocou muito bem. É uma
1241 Comissão que vai balizar, mas que a gente não precisa realmente usar. Se todo mundo
1242 tiver o mínimo de bom senso, como eu falei, a gente vai realmente conseguir fazer um
1243 bom trabalho, sem trabalhar muito. Ok?

1244 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Jefferson.
1245 Roseli, eu pergunto: parece que o nosso amigo Igor do Ministério de Minas e Energia,
1246 tivesse sido exposto a compor a suplência?

1247 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não, Renato, na verdade, ele pediu para
1248 a gente verificar entre os demais Conselheiros que têm mandato, mais ele também se
1249 dispôs a ajudar. Mas acho que tem que fazer ainda essa verificação se tem algum
1250 Conselheiro que gostaria de compor a Comissão na qualidade de suplente, agora, não é?

1251 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Oh Renato, é
1252 o Ramon.

1253 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Certo. Pois não.

1254 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Não sei se
1255 porque também eu sou de Conselho Estadual, se já não está, que eu posso me oferecer a
1256 ser suplente, porque já tem o Paim como representante de Conselhos Estaduais de
1257 Recursos Hídricos. Pelo que eu vi tinha que ser de outro segmento, não sei se é isso que
1258 eu entendi. Senão eu ponho meu nome.

1259 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok Ramon, muito
1260 obrigado pela sua disposição, mas acabou por conta dessa resolução lá que é mais
1261 antiga, há no sentido de tornar mais representativo, foi proposto que fosse de outro setor.
1262 Mas obrigado por sua disposição. Pois não.

1263 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – No caso, Renato, a gente precisa de
1264 alguém do Governo Federal ou das organizações não governamentais, está bem?

1265 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Bom, se for
1266 suplência, aqui é Anivaldo pelos Comitês, enfim, se não tiver outro nome, eu me disponho
1267 e espero que a Comissão nunca reúna, e muito mais menos que precise de suplente. Mas
1268 eu não tenho nenhum desejo de me ocupar mais com isso, mas para não criar impasse,
1269 se não aparecer nenhum outro nome, com adequado, eu deixo aí o meu nome. Obrigado,
1270 é Anivaldo que está falando.

1271 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Muito bom, Anivaldo.

1272 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Uma dúvida, Anivaldo. É a primeira vez que
1273 você é Conselheiro do CNRH, desculpa? Alô?

1274 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Não, não sou,
1275 porque eu fui eleito na gestão passada. Embora ela tenha, aquela eleição depois foi
1276 suplantada após a mudança. Cheguei até a tomar posse, se não me engano.

1277 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Tentar ser segundo suplente, muito bom,
1278 valeu.

1279 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Renato e Roseli, se ainda faltar algum, eu me
1280 proponho também para ajudar, se faltar, se não faltar, já pode ficar o Anivaldo, mesmo.

1281 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bom, então já
1282 estamos com três suplentes, o Ramon, o Marco Antônio. Porque pessoal, é exatamente
1283 esse espírito de colaboração, eventualmente vai ser publicada essa portaria. Mas claro,
1284 mais para frente pode eventualmente ser algum ajuste, caso algum Conselheiro tenha
1285 alguma dificuldade. Mas é importante nesse momento a gente instalar a Comissão,
1286 porque ela é a última instância a ser composta nessa gestão aí do arranjo institucional.
1287 Estava inscrita a Cristiandrea, ou só levantou a mão? Microfone. Bom.

1288 **SRª. CRISTIANDREA CICILIATO** – Boa tarde, sou Cristiandrea Ciciliato.

1289 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Boa tarde. Fala um
1290 pouquinho mais alto, o microfone está baixo, por favor, Cristiandrea. Mais alto um
1291 pouquinho, não estamos escutando. Roseli, conseguiu escutar?

1292 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Parece que ela entende que é candidata,
1293 só que ela não é Conselheira, é o Clímaco, João Clímaco, ela não é Conselheira, ela não
1294 pode manifestar.

1295 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Certo. Obrigado, viu
1296 Cristiandrea, mas estamos aqui nessa seguindo o Regimento Interno, agradeço sua

manifestação. Mas vamos então conduzir para o encaminhamento da votação. Então a partir das manifestações dos presentes, e já agradecendo a disponibilidade do Jefferson, do Anivaldo, do Paim, só abaixa um pouquinho aqui, Roseli, por favor. E do Mario Tadros e também desde já agradecendo o Vinicius por tanto apoio que já tem dado na CTAL, tanto do ponto de vista jurídico também, então essa manifestação de vocês está presente conosco aí na Câmara Técnica, é muito importante. Então coloco em votação a composição da Câmara Técnica, da Câmara de Ética, Comissão de Ética do Conselho. Pergunto para os Conselheiros, quem concorda com a composição proposta, permaneça como está. Os Conselheiros, se há alguém contrário à composição. Alguém se abstém? Então está aprovada a Comissão de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, tendo na presidência o Conselheiro Jefferson Nascimento de Oliveira e como titulares: Paulo Renato Paim, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Mario Tadros, referente ao setor de pescadores e área de água, de turismo, e o Jefferson Nascimento, Organizações Técnicas. E como suplente Anivaldo Miranda, dos Comitês de Bacia Hidrográfica da União. Muito bem, obrigado a todos pela colaboração, e com isso estamos concluindo a nossa composição geral da estrutura do CNRH. Então dando sequência a nossa pauta, o próximo assunto programado diz respeito ao processo estabelecido na última Plenária do grupo de trabalho que foi estabelecido pela Plenária no sentido de apreciar esse assunto referente à prorrogação dos boletos de cobrança de recursos hídricos, por parte da agência e do custeio das entidades delegatárias. Foi um grupo que trabalhou muito bem, totalmente representativo, produziu um relatório muito bom, que está sendo encaminhado para a Conjur, e então eu pediria então que a Lilian Bose, a Dra. Lilian Bose foi a Coordenadora do grupo de trabalho, exponha, então tem 10 minutos para expor os trabalhos realizados por esse grupo que analisou esse tema conforme delegação da última Plenária. Após eu passaria a palavra para o Humberto da ANA, que também entidade que desenvolveu o tema, e é muito importante a manifestação da ANA. E também para os encaminhamentos. Se trata aqui de uma apresentação, essa matéria como já passamos, ela não é uma matéria que está, é um momento de apresentação. Então, por favor, a Dra. Lilian, por favor.

SRª. LILIAN BOSI – Olá Renato, boa tarde. Obrigada aí pelas primeiras apresentações. Cumprimento todos os Conselheiros presentes, alguns dos meus colegas do GT formado, que a gente teve aí essa grande incumbência delegada pelo CNRH, para debater esse tema tão polêmico, complexo e cheio de desdobramentos. Eu mandei uma apresentação para a Roseli, eu gostaria que ela colocasse se ela puder, por gentileza. Para poder, eu fiz um compilado aqui na apresentação, bem breve, porque o relatório é bem complexo. Então só para realmente situá-los, de todas as discussões foram muito amplas, mas vou tentar passar da melhor maneira possível, a maioria dos debates, os pontos cruciais em que o grupo se debruçou, e os nossos entraves e as propostas que aqui chegamos. Eu consigo passar aqui, não, não é Roseli, só você? Você pode passar, por favor? Isso. Então aqui eu coloquei uma breve introdução, que houve o encaminhamento pelo plenário do CNRH, vou passar a maior quantidade de informações possíveis para quem não acompanhou o tema, o desdobramento do tema. Então houve esse encaminhamento na Plenária do dia 29 de junho, o objetivo do grupo que veio designado era propor

alternativas para que as entidades delegatárias possam utilizar excepcionalmente este ano em razão da pandemia, parte dos recursos disponíveis em caixa, de custeio, para custeio administrativo. Então serão recursos de investimento para custeio administrativo. Para o alívio da cobrança aos usuários para que isso pudesse ser efetivado pela Agência Nacional de Águas. Houve o convite para formação do GT, que foi encaminhado pela Secretaria-Executiva no dia 09 de julho, com prazo de recebimento de indicações até 14/07. A formação do GT era limitada a 10 membros como prevê o Decreto 10.000, mas houve apenas a participação de nove, porque houve a vacância na indicação de um representante pelo Governo Federal. Então a composição eu coloquei para vocês, eram dois membros do Governo Federal, dois Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. O setor de usuários, o setor, a sociedade civil, é isso, sociedade civil, usuários e Conselhos Estaduais e Governo Federal. Pode passar, Roseli, por favor. Fizemos então algumas, o grupo realmente teve um tempo bem curto para se debruçar em cima de um assunto tão complexo. Fizemos o primeiro encontro no dia 21/07, onde surgiram as primeiras, os primeiros debates, as primeiras proposições. Um segundo encontro já desse primeiro encontro, a gente já visualizou a necessidade de ouvir, de termos aí a oitiva da delegatária, que era assim como o setor de usuários, que precisa de um alívio com relação à cobrança, em virtude da pandemia, as delegatárias sofreriam aí o principal impacto nos seus recursos, nas suas receitas, dependentes de arrecadação. Então julgamos necessária a oitiva, trazer para a nossa próxima reunião que foi dia 27/07, as delegatárias atualmente aí, no exercício das funções de agências de bacias dos recursos federais. E aí trouxemos, e trouxemos também a AGEVAP, convidamos a AGEVAP para que pudesse expor a experiência deles com essa questão de tendo em vista uma crise lá no Rio de Janeiro ocorrida em 2016, eles fizeram uma espécie de um mecanismo semelhante de adiantamento, a gente chamou de empréstimo, mas empréstimo não era bem o termo adequado, e aí seria uma espécie de adiantamento de recurso proveniente em caixa, disponível investimentos para custeio da AGEVAP naquela ocasião em 2016 deferida aí pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e nós pedimos para que a agência fizesse essa demonstração de como houve a operacionalização disso e dos desdobramentos posteriores. Então essa foi a reunião do dia 27/07, depois tivemos a partir desse dia 27/07, começamos a construir o nosso relatório preliminar já, com algumas proposições e ideias surgidas. O terceiro encontro no dia 12/08, tivemos, fizemos a análise e revisão do nosso relatório preliminar. E no dia 17/08 a conclusão dos trabalhos, mandamos para alguns membros, fizemos pequenos ajustes, mandamos para todos os membros, perdão, do nosso GT. Fizemos alguns ajustes pontuais, e dia 19 foi submetido para a Secretaria-Executiva do CNRH. Eu coloquei aqui a ressalva, que a ANA sempre participou de todos os encontros, como apoio técnico, inclusive na primeira reunião já fez a sua apresentação, com relação a temática da cobrança. A que está vinculada diretamente a essa questão do custeio das delegatárias. Pode passar, Roseli, por favor. Aqui um pequeno histórico da questão analisada pelo GT. Então o pedido original veio proveniente da carta da CNI, do dia 02/04, enviada ao MDR por meio da qual eles solicitaram a suspensão da emissão dos boletos de cobrança, pelo período de 120 dias, de forma que os valores fossem acrescidos às parcelas relativas a 2021. E

consequentemente a extensão da medida a todos os segmentos. Como solução para esta solicitação em demanda, houve uma demanda aí do MDR para a ANA, para que a ANA se posicionasse com relação a esse pleito. A ANA editou já em 15 de abril, com uma medida emergencial de enfrentamento aí dos efeitos causados pela pandemia, a Resolução 18/2020, deferindo essa suspensão por esse período de abril a junho, postergando o pagamento, entretanto, não para 2021, mas para os meses do segundo semestre de 2020. Entretanto, já preocupada com o cenário e com os impactos, ela prosseguiu com a realização de estudos técnicos adicionais, para estender essa possibilidade, para avaliar a possibilidade de atender integralmente ao pleito da CNI, postergando a cobrança, para o exercício de 2021, em socorro aos usuários, em virtude das dificuldades, fez estudos técnicos. A partir desse estudo técnico da ANA, já veio essa questão da problemática principal. A hipótese da suspensão da cobrança e postergação para 2021 acarretaria um prejuízo aos recursos que seriam arrecadados e repassados nesse exercício para os Comitês de bacias, e especialmente os destinados as entidades delegatárias. Limitada a 7,5% da arrecadação do exercício. Como solução, a ANA propôs no seu estudo técnico, a partir do seu estudo técnico, para que o CNRH no exercício das suas competências legais, pudesse avaliar essa possibilidade excepcional de em virtude dos problemas gerados pela pandemia, autorizar, emitir uma autorização para utilização dos recursos de investimentos existentes em caixa, para o custeio das entidades delegatárias. Essa autorização seria concedida aos Comitês. O fundamento legal é o Artigo 35, Inciso VI da Lei 9.433, por meio da qual compete ao CNRH estabelecer diretrizes complementares para implementação da política, aplicação dos seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Pode passar, Roseli. Então contextualizando, essa é a problemática que foi encaminhada para o nosso grupo. Aí a partir disso, os principais, aí a partir disso surgiram vários debates, como vocês podem imaginar, o assunto não é, não foi debatido de forma simples, não havia como dissociar e pensar somente no custeio das delegatárias, sem pensar nas questões relativas a cobrança, na questão da necessidade dos usuários, que alguns inclusive participaram do nosso grupo. Então esse entrave relativo à cobrança, tem vários desdobramentos. Coloquei aqui apenas alguns pontos, os pontos principais em que a gente debruçou, alguns a gente superou, e outros, não. Um deles, por exemplo, é: a suspensão da emissão dos boletos de cobrança do exercício de 2020, ocasiona um déficit, claro, obviamente, para os investimentos planejados pelos Comitês, além do custeio das entidades. Isso representa uma falta de cobrança, falta de arrecadação, e consequentemente seria uma renúncia de receita? Ou não? Ou apenas um adiamento da cobrança, ainda que haja mudança de exercício financeiro para uma posterior arrecadação. Várias discussões surgiram nesse sentido, não houve realmente uma unanimidade pelo grupo, mas a maioria entendeu que quanto à superação do tema, assim, apesar de não haver um consenso, uma unanimidade, mas a maioria entendeu superado como não sendo uma renúncia de receita. Então por que com relação a isso, também a gente ficaria, o grupo ficaria de mãos atadas, se é uma renúncia de receita, ninguém pode fazer mais nada a respeito. Debatermos bastante do ponto de vista jurídico, do conceito de renúncia de receita, sobre as questões da natureza jurídica da cobrança, e

1426 superamos essa questão. Outra questão em que o grupo se viu algumas limitações e
1427 essa é a questão, o entrave maior aí da nossa atuação. Com relação à legitimidade
1428 efetiva do CNRH em formular esse tipo de deliberação, estendendo a sua atuação aí,
1429 possivelmente ou não, além dos limites previstos no Artigo 35 no que tange ao conceito
1430 de diretrizes complementares. Essa extensão excepcional, essa autorização para
1431 utilização de recursos de investimento, para custeio das entidades delegatárias, teria
1432 realmente esse amparo legal no Artigo 35, o CNRH possui digamos assim, com toda
1433 certeza absoluta essa atribuição legal ou haveria aí um desvio ou uma extrapolação da
1434 sua atuação nesse sentido. Tendo em vista a limitação específica e as destinações já
1435 fixadas pela legislação, pela Lei 9.433 que todo mundo conhece. Então esse foi o
1436 principal entrave, esse foi um grande entrave do grupo, desde a primeira reunião, o grupo
1437 já visualizou isso como uma problemática necessária a ser resolvida, apesar de e com
1438 todo o respeito do grupo pelo parecer da ANA, que foi elaborado nesse sentido, o grupo
1439 julgou necessário ainda ter uma avaliação sobre, nesse sentido por parte da Conjur do
1440 MDR. Existem interpretações diferentes sobre o mesmo assunto, porque não é uma
1441 permissão clara na legislação, então existem vários desdobramentos e várias
1442 interpretações jurídicas com relação ao assunto. Mas tendo em vista que haveria demora
1443 na manifestação aí de uma possível consulta à Conjur, como até foi tema aqui já
1444 abordado aí pelo Renato, pela Maria Aparecida, com relação a essa demora, e o grupo
1445 precisaria resolver essa questão ou encontrar outras soluções, o grupo se colocou nessa
1446 posição de colaborar com o tema, colaborar aí com o conselho, dentro da delegação que
1447 lhe foi transmitida. O grupo continuou com a sua proposta de análise, mesmo pendente,
1448 eu vou passar mais para frente, vocês vão entender. Pendente essa validação, essa
1449 convalidação de jurídica e por parte do órgão responsável por essa manifestação. Pode
1450 passar, Roseli. Dando seguimento aos debates, o grupo se viu como responsável aí, na
1451 verdade, assim, no papel de encontrar até outras alternativas, caso realmente não haja,
1452 por exemplo, essa convalidação jurídica dessa atribuição do CNRH. Então tendo em vista
1453 as duas situações, o grupo se debruçou. Com relação ao custeio das delegatárias, uma
1454 alternativa que surgiu foi que a própria ANA pudesse assumir excepcionalmente nesse
1455 exercício de 2020, o custeio aí das delegatárias, promovendo repasses, utilizando
1456 recursos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para
1457 aproveitamento de potenciais hidrelétricos, ou outras fontes de receitas previstas também
1458 na 9.984, foi usado como exemplo, já ocorrido anteriormente com o CBH São Francisco e
1459 o CBH Paranaíba. Esse custeio seria um custeio, um repasse de valor, não contemplaria
1460 uma posterior devolução por parte aí das delegatárias. A segunda alternativa foi com
1461 relação a ANA manter a emissão dos boletos para cobrança nesse exercício, e caso fosse
1462 verificada uma situação de inadimplência por conta dos efeitos da pandemia, uma
1463 dificuldade de pagamento por parte dos usuários, a ANA subsidiaria com os seus
1464 recursos, esse desfalque no caixa aí, na falta de arrecadação, enfim, das delegatárias,
1465 numa modalidade de adiantamento. Prevista posteriormente à devolução pela delegatária,
1466 na medida que os pagamentos fossem regularizados, etc. E ainda foi proposto aqui no
1467 grupo, que a ANA pudesse desenvolver um programa de negociação de débitos para
1468 auxiliar os usuários no parcelamento caso haja realmente, seja evidenciada essa situação

de inadimplência que também foi pensada pelo grupo. Pode passar, Roseli. A alternativa 3, foi pela suspensão, a ANA no caso aí fazer, a ANA na verdade, vai fazer, propôs a mudança da operacionalização da forma de cobrança, para jogar os boletos para o próximo exercício, suspensão da emissão dos boletos de cobrança desse exercício pela ANA. Nessa proposta aqui, e nesse caso, como não haveria arrecadação, não haveria essa, a efetivação da cobrança, a ANA subsidiaria também, aí fazia o aporte ao adiantamento dos recursos com base nos valores provavelmente gastos pelas delegatárias do ano anterior, no ano de 2019, para que haja a manutenção do funcionamento das delegatárias e não haja prejuízo das suas atividades. E depois esse valor seria devolvido, compensado, etc., da forma a ser pactuada aí pelos envolvidos. Pode passar, Roseli. E por fim, a última alternativa, que é a alternativa 4, que é com relação a esse tema da cobrança e do custeio, nós pegando com referência originalmente a ideia da ANA contida na Nota Técnica para que o CNRH pudesse promover essa autorização excepcional aos Comitês de bacias, para utilizarem os recursos disponíveis em caixa de investimentos para custeio, colocamos aqui a nossa proposta, incrementamos com o modelo, o exemplo, paradigma já utilizado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para que haja esse adiantamento de recursos e posteriormente a devolução para o caixa original da conta de investimentos pela delegatária. Entretanto, como nós nos posicionamos desde o início, para que essa alternativa seja realmente utilizada pelo CNRH com toda segurança jurídica necessária, que nós vislumbramos, ela está condicionada realmente a um posicionamento prévio, porque não existe, ele tem que ter essa instância, aí enfim, sobre essa questão, manifestação dessa instância superior aí que é a Conjur do MDR, para que ele convalide o ato do órgão aí no caso do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pode passar, Roseli, por favor. Então esse foi o nosso, a nossa ressalva. Então as principais conclusões do grupo em relação a atual, a situação excepcional que estamos atravessando, as instituições devem fortalecer o seu compromisso com a implementação da política, deixando para um momento posterior os interesses corporativos, então realmente é uma situação atípica e nunca experimentada por nenhum de nós. A adoção de medidas para o alívio da cobrança pelo uso de recursos hídricos em 2020 em razão da pandemia, poderá sim impactar na execução das atividades e investimentos programados pelos Comitês de bacias hidrográficas e na capacidade de custeio das delegatárias, a pandemia de Covid é um problema conjuntural com efeitos complexos sobre todo o sistema, e diante da situação, nós entendemos também que caso o CNRH não se posicione, outras instâncias poderão aí utilizar dessa lacuna e poderão fazer dessa forma. Da forma que melhor lhe convierem. Encaminhamento do GT. Solicitação de um posicionamento da Conjur do MDR como foi falado, quanto à legitimidade do CNRH para deliberar sobre a utilização em caráter excepcional dos valores de investimento de custeio para o custeio das entidades delegatárias, em razão dos efeitos da pandemia, para subsidiar a proposta da resolução, que nós apresentamos agora, ficando ressalvadas, entretanto, outras resoluções que poderiam ser elaboradas, na hipótese de acatamento de alguma outra proposição alternativa apresentada pelo GT naquelas propostas que nós formulamos, que eu mostrei para vocês agora pouco sobre a cobrança. Basicamente todas elas dizem respeito aí a

1512 atuação da ANA no sistema. E também obviamente para que haja um posicionamento da
1513 própria Agência Nacional de Águas sobre as outras alternativas que foram propostas e
1514 surgiram nos debates do GT. Pode passar, Roseli, por favor. Aí foi feita uma minuta de
1515 proposta de resolução, elaborada de acordo com a alternativa desenvolvida pelo GT,
1516 considerando a sugestão apresentada originalmente na Nota Técnica da ANA, com as
1517 complementações provenientes dos debates realizados. Considerando além da questão
1518 de toda excepcionalidade da pandemia, decreto de calamidade pública, etc. e tal,
1519 colocamos como principais fundamentos a competência do CNRH para não somente
1520 formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, como também para expedir os atos
1521 normativos complementares e indispensáveis para garantia da operacionalização de
1522 sustentabilidade e funcionamento de todo o sistema. Na evidência de caso omissa e
1523 situação excepcional, decorrentes de pandemia, a obrigação do CNRH em zelar pelo
1524 equilíbrio do sistema, adotando uma solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e
1525 compatível com os interesses gerais no exercício da sua competência legal ante a
1526 situação excepcional evidenciada no momento. E a essencialidade e importância da
1527 continuidade dos trabalhos realizados pelas delegatárias para a execução das atividades
1528 definidas pelos Comitês de bacia. Por favor, Roseli. E aí a proposta da resolução, não sei
1529 se dá para visualizar, mas se for o caso, a Roseli também tem o arquivo lá, dá para ela
1530 projetar melhor, essa eu coloquei na apresentação. Então a resolução na verdade, é uma
1531 minuta, ela não está totalmente finalizada, dispõe sobre a autorização excepcional para
1532 utilização dos recursos de investimento existentes em caixa para custeio administrativo
1533 das entidades delegatárias no exercício de 2020, observados os limites de custeio
1534 vigentes, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid. O
1535 fundamento legal aqui, então com o Artigo 1º, considerado o estado de calamidade
1536 pública e a situação de excepcionalidade dos fatos ocorridos no exercício de 2020, em
1537 razão das consequências geradas no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de
1538 Recursos Hídricos. Autorizar que os Comitês de bacias hidrográficas possam emitir a
1539 deliberação, permitindo que sua entidade delegatária contratada para o exercício da
1540 função de agência de água, utilize de forma excepcional, como adiantamento temporário
1541 e emergencial, entre exercícios, recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e de
1542 suas aplicações financeiras que estejam depositadas suas contas bancárias para
1543 pagamento de despesas de custeio. Os recursos mencionados no caput do Artigo, são
1544 aqueles anteriormente destinados via deliberação do Comitê de bacia hidrográfica, para
1545 as ações e projetos de investimento na respectiva região hidrográfica. Os valores
1546 utilizados para cobertura das despesas de custeio autorizados por essa resolução,
1547 deverão sofrer ajuste de contas, quando da normatização do fluxo anual de arrecadação
1548 com a cobrança, e aí nesse caso, se for por conta de uma inadimplência, também pode
1549 ser utilizada essa minuta. Caso seja necessário, futuramente, não haja, haja manutenção
1550 da emissão dos boletos, mas haja uma verificação de uma inadimplência futura. E
1551 consequente devolução dos recursos recebido para a conta originária de investimentos,
1552 segundo as regras que foram estabelecidas, e aí nós deixamos em aberto em um prazo
1553 de até tantos anos, após a disponibilização, porque isso vai depender realmente dessa
1554 questão de manutenção da cobrança ou não, por parte da Agência Nacional de Águas. É

1555 isso, basicamente, o relatório é mais complexo, mas eu tentei pegar os principais pontos
1556 para apresentar para vocês. Agradeço já, aqui aproveito para agradecer ao meu grupo, o
1557 GT formado, que realmente num tempo bem escasso, além das reuniões, trabalhou extra
1558 reuniões, extraoficialmente para tentar diluir esse tema, da melhor maneira possível.
1559 Obrigada.

1560 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Lilian.
1561 Muito obrigado pelo trabalho realizado, a todos os membros do grupo. E a síntese que
1562 você trouxe aqui, traduz muito bem o trabalho realizado pelo grupo. E a proposta de
1563 moção, de resolução, trazendo esse termo do adiantamento, também é um elemento
1564 novo, que foi resultado do grupo, que foi muito interessante, que não se trata de um uso
1565 que não vai ser, vamos dizer assim, ressarcido, é um adiantamento, num conceito de
1566 adiantamento, isso é um elemento muito importante que foi trazido, novo, naquele
1567 conceito mesmo da emergência. Então eu quero dizer que, agradecer o trabalho
1568 realizado, e passar para alguns esclarecimentos ainda, e manifestações até de outros
1569 membros do grupo, em complemento, como também dos demais Conselheiros,
1570 entendendo que o encaminhamento proposto pelo grupo, prévio, como algo, vamos dizer
1571 assim, um pressuposto desse assunto, exatamente para dar segurança jurídica ao envio
1572 do relatório. Na sexta-feira passada, concluiu todas as assinaturas, as validações de
1573 todos os membros do grupo, então foi sexta-feira passada, a Secretaria-Executiva ontem
1574 já tomou as providências da Nota Técnica do despacho da Secretaria-Executiva,
1575 aguardamos aqui, como o plenário já ia ser hoje, para todos tomarem conhecimento, e
1576 amanhã a Secretaria-Executiva vai encaminhar para a Conjur do Ministério, não só uma
1577 Nota Técnica como antes tínhamos, hoje temos um relatório completo de um mês de
1578 trabalho, das várias instituições, onde foi permitido e uma transparência, uma
1579 compreensão dos processos de cobrança por todos, dos valores auferidos em cada
1580 Comitê, a diferença de cada Comitê em função do tipo de usuário e de pagamento, e da
1581 vocação de cada bacia. Foi um debate muito rico, eu tenho, também gostaria de
1582 parabenizar a todos que contribuíram para esse processo. Então é uma, exatamente uma
1583 rodada, de contribuições e manifestações sobre esse tema. Então peço que levante a
1584 mão. A Aparecida do Setor Elétrico, é a primeira inscrita. por favor, Aparecida.

1585 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Renato, questão
1586 de ordem, perdão.

1587 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Sim, pois não.

1588 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Nós não íamos
1589 ouvir a ANA antes?

1590 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ah, desculpa,
1591 desculpa, Humberto, exatamente, obrigado, Wanderley pela sua atenção.

1592 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – E mais uma
1593 coisa, Renato. Essa consultoria foi feita? Temos resultado dela ou não?

1594 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Não, o grupo de
1595 trabalho encerrou os trabalhos semana passada na sexta-feira. Esse grupo, esse
1596 documento está indo sendo encaminhado agora a partir da Plenária para a jurídica.

1597 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Ok, mas então
1598 questão de ordem, eu gostaria de ouvir a ANA.

1599 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito. Pois não,
1600 Humberto, desculpa.

1601 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Não, eu estava
1602 aguardando o comando aí para eu poder falar um pouco aí. Antes de mais nada, eu
1603 queria parabenizar aí o grupo de trabalho que fez um trabalho muito interessante, eu
1604 acompanhei algumas reuniões, bastante produtiva, discussões. O problema é complexo,
1605 o assunto é complexo, e parabenizar a relatoria desse grupo, a Lilian, que fez um trabalho
1606 muito bem feito, muito organizado e as conclusões e as recomendações estão muito
1607 alinhadas. Só para colocar a situação, recuperando um pouco o que a Lilian falou, a ANA
1608 recebeu uma demanda da CNI, foi a primeira demanda que chegou da CNI, como uma
1609 proposta, mandou para a ANA e mandou para o Ministro, com uma proposta de
1610 suspensão por um período esse ano da cobrança jogando para o ano seguinte, os valores
1611 da cobrança, não cobrando juros, nem correção monetária desse ano. E nós começamos
1612 a avaliar por orientação da nossa diretoria, começamos a avaliar qual seria o impacto
1613 para os usuários, pagadores pelo uso da água, e chegamos à conclusão que talvez
1614 complicaríamos um pouco mais a situação da situação econômica dos usuários, na
1615 medida que você estaria recebendo em 2021 os boletos de 2020, acrescidos dos boletos
1616 de 2021. Então no momento que nós achávamos que essa pandemia ia ser superada o
1617 mais rápido possível, a gente percebeu que talvez fosse um momento de recuperação
1618 econômica de um ano seguinte dos usuários, e teríamos, estaríamos penalizando com
1619 duas, dois boletos de cobrança. O relativo a 2020 e o relativo ao 2021. Então a gente
1620 começou a rapidamente tomamos uma providência, no sentido de que prorrogar, a
1621 primeira providência, prorrogar a emissão dos boletos ainda nesse exercício para o
1622 segundo semestre, de maneira que daríamos tempo ainda para recuperar a ação
1623 econômica na expectativa que essa pandemia seria facilmente controlada. E jogamos
1624 então os boletos para o mesmo exercício de 2020, só atrasando um pouco o início da
1625 cobrança a partir de agosto agora, que já começaram os boletos a serem, foram
1626 encaminhados para os usuários. Então seria agosto, setembro, outubro, novembro e
1627 dezembro. Mas fizemos a resolução, a diretoria aprovou imediatamente, dando uma
1628 resposta rápida ao sistema, no sentido de amenizar os impactos para o usuário. E na
1629 sequência, começamos, fomos demandados a começar, a continuar estudando qual
1630 seriam as medidas para minimizar mais ainda a situação, porque estava parecendo que a
1631 coisa ia complicar mais ainda economicamente. Aí fizemos a proposta de suspender a

emissão dos boletos, foi a primeira coisa que nos ocorreu, e jogando toda a cobrança de 2020 para início de 2021. E com isso, atenderia o interesse da ANA de cobrar efetivamente do usuário, aquela água que o usuário efetivamente cobrou. Hoje a cobrança que a ANA faz só para vocês entenderem, é uma estimativa de uso que a ANA faz, a ANA quando emite o boleto no ano, específico do ano de 2020, por exemplo, ela emite o boleto para os usuários com base numa estimativa de uso que ele pode usar, que é em função da cobrança, em função da outorga, em função do que ele declarou. Efetivamente nós não sabemos quanto que ele vai usar em 2020, nós mandamos os boletos. Em 2021, o usuário declara quanto que ele usou. Então a maioria das vezes, nós temos que refazer os boletos, cancelar boleto, emitir boleto novo, porque é o ajuste fino daquela água efetivamente utilizada pelo usuário. Ao passo se nós cobrássemos a partir do ano seguinte, a partir de 2021, a gente já poderia emitir o boleto efetivamente da água, efetivamente utilizada pelo usuário por conta da declaração que ele é obrigado a fazer todo ano, início de ano para a ANA. Então nós vimos olha, então qual é a ideia, pega os boletos desse ano, suspende a emissão dos boletos, e vamos emitir os boletos em 2021, com a precisão daquela água efetivamente medida pelo usuário, e informada para a ANA. Bom, ótimo, a solução seria muito boa, porque você garantiria os recursos de 2020, mas esbarramos numa grande dificuldade, 2020 não terá arrecadação e como que ficariam as entidades delegatárias com o seu custeio administrativo? Vocês sabem que o custeio administrativo das entidades delegatárias vem de um percentual de 7,5% dos valores arrecadados com a cobrança na bacia. E o restante, os 92,5, são recursos para investimento na bacia. Com essa prorrogação de emissão dos boletos para 2021, a entidade delegatária não ficaria com recurso arrecado no ano de 2020. E aí o que é que nós pensamos? Bom, vamos fazer uma consulta ao conselho, vamos fazer uma consulta ao conselho, primeiro consultamos as entidades delegatárias, há recursos disponíveis, sim, tem recursos disponíveis, os 92,5 que estão disponíveis nos cofres das entidades delegatárias, representam quanto? Representam cerca de R\$ 270 milhões que estão nos cofres das entidades delegatárias. Fizemos uma avaliação, quanto custaria para as entidades delegatárias, somando-se os valores de custeio, não chegaria a R\$ 7 milhões. Então eu acho que nós pensamos assim, bom, então poderíamos pegar uma parte desse recurso, desde que autorizado. Autorizados por quem? Autorizados pelo órgão máximo do sistema, que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Fizemos então, colocamos essa questão em discussão na última reunião do conselho, para refletirmos e vermos qual é a melhor saída. E aí a melhor saída foi criar um grupo de trabalho para refletir sobre essa questão. Eu só queria deixar claro que nós tomamos providências urgentes, achamos que precisaríamos dar uma resposta urgente para essa situação, achamos que o conselho seria, a contribuição do conselho seria essa de tentar dar uma resposta também na área de recursos hídricos para a questão da pandemia, e fizemos, participamos das discussões do grupo e tal. O que me deixa um pouco preocupado, mas isso é uma questão que a própria Lilian no relatório coloca, que vamos avaliar. A questão da Conjur, sim, temos que passar pela Conjur, desde o início a gente fala nisso, quer dizer, o conselho tem essa autoridade, essa autonomia para designar, autorizar que os Comitês possam utilizar recursos da cobrança, recursos do custeio, do investimento para

1675 custeio? Não sabemos, por isso a consulta à Conjur é muito importante, a gente vem
1676 falando isso desde o início. E outras questões que foram colocadas nas outras
1677 alternativas, a gente percebe que as alternativas são sempre não cobrar, inadimplência,
1678 adiamento. Quer dizer, tudo em cima é para a ANA resolver. Quer dizer, as alternativas
1679 são todas, o recurso da cobrança que a ANA resolva. Qual é o sacrifício do Comitê?
1680 Enxuga, a agência delegatária pode enxugar a sua equipe? A agência delegatária pode
1681 mudar de sede para diminuir o seu aluguel? Algumas coisas precisam ser feitas para
1682 enfrentar essa situação, a situação mais favorável que o Comitê, que o grupo de trabalho
1683 fez, foi jogar para a ANA a responsabilidade de cobrir as despesas da entidade
1684 delegatária. E o que é que o Comitê está fazendo nesse processo? Mas eu acho, foi
1685 muito bem colocada as colocações que a Lilian colocou, isso vai passar pela Conjur para
1686 resolver o assunto, primeiro, que é o assunto se é possível, resolve o problema, empresta
1687 e tal, enfim. E o outro problema é passar para a nota, a ANA se propõe a fazer a Nota
1688 Técnica explicando para subsidiar o conselho, as informações técnicas das viabilidades
1689 possíveis dentro dessa proposta aí que foi, as pessoas apresentadas das quais resultam
1690 basicamente da ANA fazer o custeio das entidades delegatárias nessa época de
1691 pandemia. Então essa que é a posição da ANA, estamos abertos a discutir, estamos
1692 abertos a passar informações, não escondemos nenhuma informação, sempre estivemos
1693 disponíveis para a discussão. Era essa a minha posição. Obrigado.

1694 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não. Então nós
1695 temos inscritos, obrigado, Humberto, acho que foi muito importante o esclarecimento, e
1696 evidentemente complementou a fala anterior da Coordenadora do grupo, da Dra. Lilian.
1697 Então pela sequência, está inscrito então Aparecida, representando o Setor Elétrico, o
1698 Anivaldo pelos Comitês, e depois o Wanderley. Essa é a sequência do setor de
1699 saneamento. Por favor. Aparecida, por favor.

1700 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1701 **CNRH)** – Bem, primeiro eu quero parabenizar a Lilian, porque ela conseguiu transcrever
1702 exatamente tudo que a gente discutiu e foi bastante discussão no grupo, está de
1703 parabéns com a apresentação que você fez, Lilian. Mas como o Renato iniciou o item,
1704 colocando que essa era uma apresentação, e essa foi uma discussão nossa no GT, que
1705 isso não daria para ser uma apresentação hoje devido a exiguidade de tempo que a gente
1706 tem, eu acho que a minha pergunta vai até mais para a ANA, Renato, do que para vocês.
1707 Humberto, a Resolução 18/2020 ela está valendo ainda até onde eu sei, já que não foi
1708 feita nenhuma outra resolução para revogar essa resolução ou tomar outra tomada de
1709 decisão. E por ela, a cobrança seria de agosto a dezembro de 2020, e a informação que a
1710 gente teve era que os boletos tinham sido emitidos. Então nós não estamos agindo no
1711 tempo hábil para dar uma resposta ao que a Ana tinha demandado. Já começa por aí.
1712 Nem a ANA e nem os usuários pagadores. Porque o boleto foi para a rua. Então a minha
1713 pergunta é: o boleto está de fato na rua? E se de fato está, com vencimento de agosto a
1714 dezembro, como é que fica o CNRH, como a posição que ele tinha que já ter tomado, nós
1715 estamos hoje no dia 25 de agosto, aí a reunião inicial seria lá no começo de agosto, e aí
1716 foi trocando datas para poder atender uma possível presença do Ministro na Plenária, que

1717 infelizmente, não pode acontecer nem depois de três trocas. Como é que ficam os
1718 usuários que estão recebendo esse boleto? Porque até agora nós não resolvemos
1719 problema nenhum.

1720 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Perfeito, Cida, você está
1721 corretíssima, uma questão que eu também me pergunto. Nós estamos trabalhando Cida,
1722 em times diferentes, esse é o problema. Você falou muito bem hoje no início, nós fizemos
1723 umas resoluções em agosto, em junho, 29 de junho, até hoje nós estamos discutindo ela.
1724 Não saiu uma resolução desse conselho, nem a delegação para a AGEVAP ser a
1725 entidade delegatária do Doce, saiu. E vai vencer o contrato do IBIO e nós vamos perder
1726 do lado da ANA, do Governo Federal, nós vamos perder R\$ 50 milhões do Comitê. E do
1727 lado de Minas Gerais, que está esperando a resolução da ANA e da AGEVAP para poder,
1728 a resolução do conselho da AGEVAP para poder fazer um contrato de gestão com a
1729 AGEVAP, são mais de R\$ 100 milhões.

1730 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1731 **CNRH)** – Espírito Santo está na mesma situação.

1732 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Na mesma, Espírito Santo
1733 não tem cobrança. Não tem cobrança.

1734 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1735 **CNRH)** – Não tem, mas ele quer instalar a cobrança, e está dependendo.

1736 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Os *times* são diferentes
1737 Cida, os *times* são diferentes. Essa que é a realidade, constrangedor eu lhe falar isso,
1738 mas é verdade, os *times* são diferentes. Nós propusemos isso, não queria falar, mas eu
1739 vou ter que falar, me desculpem, mas vou ter que falar. Nós propusemos a questão da
1740 prorrogação de mandato, conversamos com o Renato na época, em final de março, Dr.
1741 Anivaldo está aí, sabe disso, nós conversamos isso de prorrogação de mandato, ele me
1742 telefonou preocupado que estava fazendo ad referendum. E nós sugerimos que o Ministro
1743 fizesse um ad referendum, isso está sendo resolvido hoje, e dessa forma canhestra que
1744 está resolvida, deixando de fora Comitê. Sim, mas deixou de fora um Comitê,
1745 desmanchou um Comitê, que entrou com pedido correto na data certa, e este conselho
1746 aprovou na plenária como essa no dia 29 de junho, demorou-se esse tempo todo para
1747 dizer que o Comitê está desmanchado. Então os *times* são diferentes, nós que emitimos
1748 uma resolução, a ANA emitiu uma resolução para começar a partir de agosto, agora
1749 temos responsabilidade funcional, nós emitimos os boletos e está valendo.

1750 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1751 **CNRH)** – E você avisou? Você disse que os podia recuar com isso com uma
1752 manifestação no CNRH, eu lembro exatamente.

1753 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Tu sabe quando vai sair
1754 essa manifestação? Você sabe quando que a Conjur vai dar resposta para essa nossa
1755 demanda? Você tem ideia? Olha, vamos botar o pé no chão.

1756 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1757 **CNRH)** – Mas esse tem sido o meu questionamento, sabe?

1758 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Eu sei, Cida, eu estou
1759 solidário ao seu questionamento, eu não devia nem falar isso, mas eu sou solidário, eu
1760 me prometi que ia ficar em silêncio, isso foi uma promessa para mim mesmo. Mas a gente
1761 vive o sistema, e a gente não deve ver o sistema...

1762 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1763 **CNRH)** – O desmantelamento do sistema.

1764 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – É claro, e mais, e o
1765 desmantelamento desse conselho, o desmantelamento desse conselho.

1766 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1767 **CNRH)** – Lamentável isso.

1768 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – É lamentável isso, enfim,
1769 agora nós estamos, o governo, por exemplo, que é o que paga a maior fatura pelo uso da
1770 água para o Comitê do São Francisco, na ordem de R\$ 13 milhões por ano, já garantiu
1771 recurso, independente de qualquer tipo de coisa, vai entrar o dinheiro da cobrança do São
1772 Francisco, pela transposição, isso está garantido. Quer entrar no orçamento, tem o
1773 financeiro, vai ser pago. Nossa preocupação é com os outros setores, o setor de
1774 saneamento, ele joga isso na fatura, mas tem outros usuários, tem os irrigantes, tem uma
1775 série de outros usuários que vão estar com dificuldade, por isso a nossa preocupação, por
1776 isso a nossa preocupação. Então a gente precisa perceber que os *times* são diferentes,
1777 mas mais do que *times*, Cida, o que mais me preocupa é a legitimidade desse conselho.
1778 Me desculpe, me desculpem, eu falar desse jeito, mas a gente fica com isso no sangue e
1779 na pele, não é? Porque nós vivemos o sistema.

1780 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Não está em
1781 discussão, desculpa, Humberto, não está em discussão a legitimidade do conselho, todo
1782 processo está formatado, temos sim algumas adequações institucionais que estão sendo
1783 conduzidas. Acho que precisa entender toda a situação de excepcionalidade geral que
1784 estamos vivendo. E o esforço que está sendo feito para manter as coisas vivas. Na
1785 verdade, todo nosso movimento é para manter a institucionalidade viva, apesar de tudo.
1786 Então assim, em relação a esse tema, não havia acúmulo suficiente no CNRH para o
1787 encaminhamento à Conjur apenas de uma Nota Técnica. Tanto é que a Nota Técnica da
1788 agência serviu de base para o GT, que inclusive aperfeiçoou e trouxe vários elementos
1789 durante seu debate, e que vão servir de suporte para a melhor decisão da Conjur. Então o
1790 encaminhamento proposto do GT, ele dá duas linhas de trabalho, exatamente o

1791 encaminhamento para a Conjur, e o encaminhamento para a própria agência, isso que
1792 você já assumiu, que é a parte da agência vai fazer.

1793 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Perfeito, perfeito.

1794 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Eu estou assumindo
1795 que a nossa parte, vamos fazer. Eu entendo que é de interesse de todos. Só completar,
1796 só para completar minha fala. Então assim, este contexto que estamos vivendo em
1797 relação aos Comitês, e aí já peço o apoio do Humberto, eu acho que agora na chegada
1798 do novo Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário-Executivo deste conselho,
1799 para que se promova, já quero convidar a direção da ANA para fazermos uma reunião
1800 com o Ministro e com o novo Secretário Nacional de Recursos Hídricos. Para que a gente
1801 possa como Secretaria-Executiva do CNRH, e Secretaria-Executiva, e Agência Nacional
1802 de Águas levarmos o tema, apresentarmos o sistema para o novo secretário, e para o
1803 próprio gabinete do Ministro, para que a gente possa a partir daí essa pactuação que a
1804 gente está fazendo numa esfera de coordenadores gerais, de Secretaria-Executiva e do
1805 próprio interno no gabinete, para que isso suba para uma instância que pela
1806 complexidade do momento, pelas emergências, que estão surgindo, semana passada,
1807 sexta-feira surgiu a represa lá do São Francisco. Então assim, nem o despacho adequado
1808 para o secretário foi possível fazer, e tivemos daí essa decisão ontem à noite da
1809 substituição do Secretário Marcelo, que era uma pessoa que vinha, já estava apropriado
1810 do sistema. Então é um recomeço, amanhã é o recomeço de apresentação do CNRH, de
1811 apresentação das demandas e de apresentação de todas essas resoluções, inclusive com
1812 a Conjur. Por isso assim, sabendo de tudo, mas quero reiterar o compromisso e a
1813 responsabilidade da Secretaria-Executiva, no encaminhamento das demandas.

1814 **SR. HUMBERTO GONÇALVES (Superintendente da ANA)** – Ok. Eu só queria, Renato,
1815 eu não tenho dúvida disso, eu só queria, eu estava respondendo à Cida de que nós não
1816 temos o que fazer, os boletos foram emitidos e serão pagos, serão pagos, tenho certeza
1817 que serão pagos.

1818 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1819 **CNRH)** – Como assim que não podia estar discutindo isso aqui, não, gente, parou, nós
1820 vamos discutir então?

1821 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Presidente, mas vai ser feito debate agora ou é
1822 manifestação?

1823 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Manifestação, isso é
1824 manifestação. Só um pouquinho.

1825 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Tenha dó.

1826 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1827 **CNRH)** – O Renato pediu para concluir antes de eu retornar. Se serão pagos, não tem por

1828 que a gente estar discutindo isso aqui. Nós estamos gastando o nosso tempo à toa.
1829 Energia, tempo, uma porção de coisas. A outra questão é: na última reunião do GT, só se
1830 eu tiver totalmente equivocada, me corrijam quem for do GT, o que ficou muito claro era...

1831

1832 **Parte 2**

1833 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1834 **CNRH)** – Não poderia sair esse assunto na pauta da Plenária como informe, como
1835 apresentação, isso tinha, porque isso teria que ter uma deliberação. A Plenária tinha que
1836 deliberar hoje sobre essas quatro sugestões apresentadas pelo GT, justamente por causa
1837 dessa questão de exiguidade de tempo. Que aí quando for, a Conjur não tem que
1838 escolher qual é o melhor, a gente tem que encaminhar o que é que a gente acha para a
1839 Conjur, e ela tem que dizer se acata. Não cabe a Conjur dizer dentre quatro qual é a
1840 melhor. Isso não é papel da Conjur.

1841 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Entendi, entendi. Não,
1842 o encaminhamento aqui da Plenária, é no sentido de todas as conclusões do grupo terem
1843 encaminhamento, não é encaminhar para a Conjur uma especificamente para a Conjur
1844 decidir. O que vai para a Conjur, tanto é que já houve entendimento que a ANA, o que
1845 está endereçado a ANA, já é um encaminhamento do grupo, do grupo, o
1846 encaminhamento do grupo que está sendo acatado aqui pela Plenária e pela Secretaria-
1847 Executiva, no que diz respeito ao endereçamento da ANA.

1848 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Renato,
1849 desculpa, Renato, está fazendo um debate, me perdoa, respeito as pessoas, deixa as
1850 pessoas terminarem os três minutos. Nós estamos há 20 minutos aqui batendo boca.
1851 Desculpa, se é para isso aí, eu não estou disposto a participar mais. Porque tenha santa
1852 paciência, ninguém respeita os três minutos e você quer responder. Termina Cida, pelo
1853 amor de Deus, Cida. Poxa, vamos ter ordem na casa, pô.

1854 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1855 **CNRH)** – Então está bom, a minha pergunta é...

1856 **SR. WANDERLEY PAGANINI (MEMBRO TITULAR DO CNRH)** – Termina Cida, por
1857 favor.

1858 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1859 **CNRH)** – Nós vamos deliberar ou não dentre as quatro propostas, ou nós não estamos
1860 hoje aqui admitindo que todo esse trabalho foi em vão. Porque o boleto foi emitido e o
1861 vencimento é agora final de agosto. E como disse o Humberto, vai ser pago.

1862 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Deixa os outros
1863 falarem também, pô.

1864 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1865 **CNRH)** – Não, você não pediu para eu concluir a minha pergunta, a minha pergunta é
1866 essa.

1867 **SR. WANDERLEY PAGANINI (MEMBRO TITULAR DO CNRH)** – Está perfeito, eu tenho
1868 a mesma visão sua, mas deixa os outros também falarem, eu tenho a mesma visão sua.

1869 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
1870 **CNRH)** – Concluí.

1871 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não, então
1872 próximo inscrito, Anivaldo.

1873 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Bem, eu vou ser
1874 bastante rápido. De fato, os boletos já foram emitidos, e mesmo que nós não façamos
1875 deliberação hoje, eu sou contrário, visto a complexidade. Porque o que nós vamos fazer
1876 com a Conjur, não é pedir qual é a decisão da Conjur, não, nós vamos submeter a Conjur
1877 é dar suporte jurídico das alternativas que foram encaminhadas, então é mais uma
1878 consulta a Conjur do que propriamente é algum pedido de decisão, porque não vamos ter
1879 tempo de submeter a SETAL que era o mais adequado. Agora o fato é que o que é mais
1880 claro hoje, é que os boletos foram emitidos, já estão sendo pagos, e o mais realista hoje,
1881 até por que alguns usuários até preferem pagar agora, é o seguinte, é verificar no fim do
1882 ano qual é o nível de adimplência e como já foi sugerido aqui, até pelo Wilson se eu não
1883 me engano, do setor de turismo, eu também me incluí como partidário disso, é que
1884 verificada a inadimplência, haja uma negociação com os inadimplentes. Transferindo para
1885 o exercício de 2021 e 2022, o parcelamento para o que não ficou pago esse ano, porque
1886 a Receita faz isso, o INSS faz isso, então não é nenhum fim de mundo, não. Se não pode
1887 pagar em função da pandemia, nós vamos facilitar o pagamento do que não foi pago em
1888 2020, parcelando isso para ser absolvido em 21, 22, até 23, até quando que se regularize
1889 tudo, solução tem. A solução mais racional teria sido ter acatado a proposta original da
1890 indústria. Que era suspender até agosto, encaminhando esses 120 dias para o próximo
1891 ano, e cobrar a outra metade, agosto, setembro e outubro ainda esse ano. Foi essa a
1892 demanda original, agora fugiram da demanda original, com boa fé, até acredito, achava
1893 que ia ter uma recuperação rápida, mas eu acho que a solução não foi a melhor, porque
1894 você concentrou tudo de agosto até dezembro, mas foi feito assim e tal. Agora o que nós
1895 queremos dizer, duas coisas: é que quanto, uma coisa é a cobrança, nós continuamos a
1896 dizer que não cobrar nenhum boleto em 2020, é lesão ao Tesouro, entendeu, é renúncia
1897 fiscal, porque você encaminharia para as calendas gregas, os valores de 2020, que
1898 jamais retornariam, porque é um adiamento, mas não tem prazo para você, visto que não
1899 foi pago este ano. Bom, tudo bem, isso é uma discussão. A outra discussão, é para ser
1900 rápido, é a questão das delegatárias. aí eu concordo com algumas ansiedades do
1901 Humberto, são minhas também, são de todos e tal, mas eu discordo quando ele cobra
1902 dos Comitês, Humberto os Comitês nunca se colocaram, primeiro, não são contrários a
1903 aliviar os custos dos usuários, podemos fazer isso mediante negociação de dívidas,

1904 podemos fazer isso de diversas formas, a única que a gente não concorda é você
1905 simplesmente deletar o ano de 2020. Parcelar a partir disso, como a indústria queria, para
1906 21, 22 e 23, estamos de acordo. Segundo lugar é os Comitês não se recusariam a tirar de
1907 investimento para colocar em custeio, mas se não tiver uma fórmula jurídica que nos dê
1908 segurança, evidentemente que nós não vamos fazer isso, porque pode caracterizar uma
1909 lesão clara da responsabilidade fiscal, os Comitês não vão meter o dedão nisso aí, a não
1910 ser que haja uma fórmula juridicamente aprovada pelos órgãos controladores, aprovada
1911 como autorização do CNRH, e os Comitês vão fazer. Outra fórmula que é mais fácil é a
1912 ANA tirar dos seus recursos, por quê? Porque é um dinheiro que vai e volta. A ANA
1913 precisa entender que os Comitês já fizeram as economias que são necessárias, o Comitê
1914 do São Francisco já entregou salas e já admitiu o custo o pessoal de uma equipe que está
1915 reduzidíssima na sua entidade delegatária e não tem mais onde cortar, ô Humberto, só se
1916 a gente for trabalhar debaixo da ponte. Então não existe essa possibilidade, vontade de
1917 resolver a questão nós temos, entretanto, o que falta é a indicação desse caminho. A ANA
1918 precisa entender que ela é parte do contrato, ela é quem cobra, portanto, é um dinheiro
1919 que a ANA vai atentar, mas ela como cobradora tem toda condição de rever esse dinheiro
1920 já a partir do próximo ano.

1921 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Concluindo Anivaldo,
1922 por favor.

1923 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Mas ela não vai
1924 bancar tudo, já que os boletos foram emitidos, ela vai bancar apenas a diferença entre o
1925 que foi arrecadado desse ano e o que faltou para os 7,5.

1926 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Secretário, questão de ordem, não é uma
1927 palestra. Tenha santa paciência.

1928 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Eu acho que a
1929 fórmula.

1930 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Por favor, Anivaldo,
1931 concluir, por favor.

1932 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Esse adiantamento,
1933 ela é, pode ser feita porque a ANA vai receber esse dinheiro agora. E estou de acordo a
1934 essas alternativas para a Conjur. E finalmente dizer que os Comitês têm todo interesse
1935 em resolver a inadimplência que eu acho que essa é a questão mais realista, porque não
1936 vai criar um outro problema jurídico, ter a expectativa.

1937 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Entendido.

1938 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Até novembro e
1939 parcelar esse valor. É isso, nós estamos dispostos a isso, até por que no final, no final de
1940 tudo os Comitês é que vão autorizar essa operação, ainda tem isso aí. Então é um

1941 imbróglio jurídico que não adianta querer resolver aqui, às pressas, porque não vai ter
1942 como resolver. Então já que criou-se.

1943 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Anivaldo.

1944 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Na
1945 institucionalidade vamos encaminhar isso da melhor forma possível.

1946 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado. Próximo.
1947 Obrigado, Anivaldo. Qual o outro Conselheiro inscrito aqui com a mão levantada?

1948 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Sou eu.

1949 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pois não, Wanderley.

1950 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Olha, primeiro eu
1951 queria registrar o meu desapontamento com os colegas que passam de 30, nós já
1952 estamos há três horas e meia aqui ouvindo palestra. Nós temos três minutos e eu vou
1953 fazer um acordo de cavalheiros contigo, Renato, corte meu microfone ao final dos três
1954 minutos. Que senão não é possível cada um, o Anivaldo pega a palavra, é 20 minutos, é
1955 30 minutos, poxa. Tem que respeitar os colegas. Eu já gastei 30 segundos dos meus três
1956 minutos. Olha, eu acho que eu vou começar de trás para frente. Concordo com o que o
1957 Anivaldo na parte de risco jurídico, concordo com a Cida em gênero, número, grau e cor,
1958 com o que ela está falando. Mas eu acho que a ANA não deveria pagar, ela não deveria
1959 adiantar esse processo, só queria dizer o seguinte, só existe um equívoco, Humberto,
1960 quando você fala que o saneamento joga na fatura e o usuário que se dane. Nessa
1961 pandemia aqui, Dr. Humberto, nós não estamos cobrando as contas, as tarifas sociais. E
1962 não estamos fazendo corte, porque pelo Ministério Público somos impedidos, mesmo sem
1963 pagamento, de fazer corte. Então do couro sai a correia, tudo isso quem paga são os
1964 usuários, o Setor Elétrico, e aí tem que considerar que nós também estamos fazendo a
1965 nossa parte e estamos sim perdendo receita de maneira significativa. Não é assim tão
1966 simples, põe lá a tarifa, tem a CESP, tem companhias, não é bem assim, não é essa
1967 bagunça que você imagina, não. Então eu queria aqui dizer que a ANA não tem que
1968 pagar, mesmo, e eu não sei por que é que os Comitês não podem fazer um sacrifício de
1969 postergar investimento, em prol da sociedade, não é em prol de quem está pagando. E aí
1970 vem dizer para mim que depois renegocia a inadimplência. Então olha, para terminar a
1971 minha fala, ver se eu respeito os três minutos, acho um absurdo que nós estamos
1972 fazendo no CNRH. Queria aqui Lilian, antes de acabar, te dar os parabéns pelo seu poder
1973 de síntese, Lilian, e pela sua inteligência na apresentação. Eu queria dizer que é uma
1974 pena que nós estamos discutindo e a ANA emitiu os boletos. Então se eu não pago, tem
1975 juro e correção, ninguém pode abrir mão, que aí sim, é abrir mão de arrecadação. Aí sim,
1976 é você não cobrar alguma coisa. Aí sim, é problema. Agora eu sinceramente, eu acho que
1977 nós perdemos o bonde, aí eu estou com a Cida, perdemos o bonde, estamos fazendo um
1978 papel ridículo aqui, não passou, não passou lá na assessoria jurídica, nós não sabemos

1979 se somos competentes e legítimos, para tomar essa decisão, que é que nós estamos
1980 fazendo. E aí me assusta, Renato, com todo respeito, salvo melhor juízo, você entrar no
1981 assunto e dizer que é um informe. Quer dizer, doutor, as companhias de saneamento não
1982 estão arrecadando e vão ter que pagar, está certo. Então não tem problema nenhum, eu
1983 só acho que a gente tem que gastar o nosso tempo, a sociedade espera de nós gastar o
1984 tempo naquilo que realmente nós vamos trazer benefício para a dona Maria, e não ficar
1985 aqui cada um olhando para o teu umbigo, a ANA paga, eu não quero pagar, eu não quero
1986 fazer investimento. Eu acho um absurdo, e mesmo por que nós não podemos decidir
1987 nada, sem assessoria jurídica dizer se nós temos competência ou não para isso. Então
1988 acho nós podemos parar a discussão por aqui, vai virar só desavença entre nós aqui. O
1989 Humberto já se alterou, eu estou me alterando aqui, peço desculpas aos colegas,
1990 desculpa, mesmo, de coração. Eu sou caipira, mas eu acabo me traindo pelo meu sangue
1991 quente italiano, aí, e eu peço desculpas aos colegas aí. Mas de qualquer forma eu acho
1992 que nós não podemos decidir nada sem que a gente tenha legitimidade dada pelas
1993 instâncias que nos vão legitimar ou não. E eu acho também para finalizar, Renato, que
1994 não deveríamos mandar as quatro alternativas, minha opinião é que a ANA não deveria
1995 adiantar isso, que a gente deveria nesse momento abrir mão de postergar um pouco de
1996 investimento, olha que absurdo, não quer postergar um pouco de investimento e depois
1997 vem aqui, negocia sua inadimplência. Do que nós estamos falando? Do couro sai a
1998 correia, quem põe dinheiro no sistema somos nós, quem põe dinheiro no sistema é o
1999 governo com a reversão do São Francisco, poxa, então não é assim, não é? Então acho
2000 que tem sim uma demonstração um esfarelamento das intenções aqui. Me desculpa, é
2001 uma constatação, e eu acho que nós não temos que decidir nada, a não ser dentre as
2002 quatro alternativas, qual que nós vamos mandar para a assessoria jurídica. Mas aí já
2003 perdemos o bonde, porque ela não tem só isso para resolver, e aí já venceu a primeira, já
2004 venceu a segunda, já venceu a terceira. E quem pagou, vai ficar em desvantagem, de
2005 quem não pagou, porque o próprio Anivaldo vem falar depois e renegociar lá para as
2006 calendas. O que é isso? Então quem paga é penalizado, porque se pagou para não ter
2007 juro e correção, tem problema. Então nós estamos decidindo que nós não podemos
2008 decidir. De novo aos colegas peço mil desculpas se me exaltei em algum momento. Lilian,
2009 mais uma vez aqui, minhas homenagens ao seu poder de síntese. Muito obrigado. Cida,
2010 estou contigo e não abro, você sabe disso.

2011 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bom, obrigado
2012 Wanderley. Marco Antônio, Marco Antônio da ANA?

2013 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Sim, Renato, sou
2014 eu. Se puder me conceder a palavra como apoio técnico, eu gostaria de me manifestar.
2015 Pode ser?

2016 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pode falar. Pode ser,
2017 Marco.

SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH) – Antes de iniciar, eu vou fazer coro a todos que elogiaram a Lilian, pelo próprio debate que a gente está tendo aqui hoje, a gente vê como ela foi valente ao conduzir esse grupo, que realmente o tema, ele é inovador, como toda situação excepcional, ele demanda soluções que às vezes você tem um debate jurídico acalorado e parabéns a ela pela condução dos trabalhos e eu concordo com a Cida, que ela conseguiu consolidar no relatório aquilo que foi debatido no grupo. Esclarecendo o Anivaldo, o processo de renegociação com usuários inadimplentes ela não faz desde 2004, ou seja, desde quando começou a cobrança de recursos hídricos no país, a ANA tem normativos próprios, dos quais usuários eles quando não pagam e desejam fazer renegociação, tem todo normativo já preestabelecido para que o usuário renegocie a sua dívida com a ANA. Então isso não será novidade para o sistema. A questão do risco jurídico, quando a ANA apresentou a proposta para o CNRH, ela não fez assim sem um estudo aprofundado. A gente consultou aqui duas áreas importantes, que é a procuradoria federal junto à ANA que é vinculada a AGU, e auditoria que é vinculada a CGU. Inclusive a procuradoria geral junto a ANA, atestou juridicidade da matéria que a gente estava apresentando ao CNRH. Entretanto, a proposta da ANA não foi acatada, a nossa proposta é a gente conseguir o Ministro do ano dar aquele alívio, da metade da solicitação que a CNI fez, de não enviar os boletos, os primeiros quatro meses, isso a gente não fez, e assumiu esse compromisso e não fez. Só que a gente não conseguia jogar esses boletos para o exercício seguinte, dada a dificuldade que as EDs teriam. E como o Humberto falou, de fato, os boletos foram emitidos pela nossa responsabilidade funcional, a norma estava dita ali. Então o crédito público o Paganini tem razão, já foi gerado, quem não pagar, infelizmente vai estar inadimplente, porque o crédito público já está gerado. Então a Cida tem razão, de fato o pleito dos usuários que era atender aquela outra metade, a velocidade de tratativa do tema no CNRH não foi a contento, não se consegue mais atender aquele pleito de usuários. E o grupo passou agora a atender a questões de inadimplência que pode vir acontecer, com prejuízos para a agência. Então o foco que era dar alívio aos usuários, virou agora o custeio das EDs. Infelizmente, porque a gente gostaria que o CNRH tivesse iniciativas para evitar, por exemplo, tramitação de projetos como o PL 861, o projeto 861 de 2020 que está no Congresso Nacional, ele fala em moratória em três situações: pandemias, guerras e calamidades públicas. Ou seja, não seria uma simples suspensão, seria uma moratória, o que será muito ruim para o sistema. E o conselho se tivesse atuado em tempo, poderia demover o Congresso de que há um órgão vigilante do sistema para fazer frente as iniciativas de atendimento aos pleitos por outro sistema. Infelizmente, o tempo passou, os boletos foram emitidos, porque eles vencem agora dia 31 de agosto, e teriam que ser encaminhados com antecedência, então os usuários estão recebendo esses boletos. Eu acho pouco provável que a gente reverta essa situação, porque a gente encaminhou o carnezinho com os boletos que vencem de agosto a dezembro. Obrigado.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Alexandre Almeida.

SR. ALEXANDRE VILELA (MEMBRO 1ª SUPLENTE) – Não, só para tentar também contribuir um pouco, eu quero também me somar aí aos que me antecederam, de fato, o

que existe hoje, aí falando um pouco em nome dos usuários pagadores aqui, hoje o que eu tenho na mão da indústria é um boleto que vence dia 31/08 nos Comitês federais. A questão prática é essa. E aí tem centenas de usuários assistindo essa reunião, esperando a decisão do conselho, o que eu faço com esse boleto. Eu busco um financiamento para pagamento, eu postergo, eu não pago para tentar renegociar, então essa falta de previsibilidade, ela é terrível para qualquer usuário, para qualquer usuário pagador, para qualquer cidadão pagador, eu acho que é isso que o conselho tentou e de fato o *time* não aconteceu. Porque nós não estamos falando de falta de recurso, ou seja, o próprio Dr. Humberto disse: nós temos 270 milhões no caixa hoje para poder, e o próprio desembolso está muito lento, porque as prefeituras estão com dificuldade de fazer licitação, tirando uma exceção ou outra, uma bacia ou outra que está com uma velocidade maior de desembolso, há muito recurso disponível no sistema. A questão de fato é jurídica, agora vejam, volto à questão do fluxograma decisório do conselho, acho que norteou um pouco aí a reunião de hoje. O fato disso para a Conjur, depois cada Comitê deliberar, isso vamos ser bem otimistas, vai, isso em menos de 60 dias, não quero dizer de prazos, mas dificilmente isso ocorrerá. E inclusive fica até difícil de uma proposta alternativa no sentido olha, se houvesse esse cenário mais claro, então que a ANA, por exemplo, postergasse por mais 60 dias, por mais 30 dias, esse boleto com uma solução intermediária para que o conselho pudesse dar uma resposta à sociedade, daquilo que foi sua intenção e daquilo que veio para a sua deliberação. Mas fica muito difícil qualquer solução intermediária diante dessa incerteza de fluxograma, de mudança de equipe, de mudança de secretário, e tantas outras relações com a Conjur. Então eu só quero lembrar muito claro e somar aos que me antecederam, e dizer isso, o caso concreto que nós temos um boleto para pagar dia 31/08, e se não pagar, é mais do que inadimplência. E aí olhando um pouco para a indústria, claro que os outros também têm suas peculiaridades, tem questões relacionadas a compliance de pagamento, tem questões relacionadas a se eu ficar inadimplente, eu não consigo acessar crédito, inclusive para aliviar a própria pandemia em linha do Governo Federal. Então gerou-se um imbróglio do ponto de vista financeiro e de segurança jurídica, que de fato eu vejo com muitas dificuldades, inclusive essa solução intermediária de se postergar por mais 30, 60, para que o relatório do GT como todos parabenizaram a amiga Lilian e todos os membros do GT, possa ter algum encaminhamento do que simplesmente haver uma resposta da Conjur em novembro e em dezembro os Comitês decidiram para uma cobrança que está no último mês fiscal do ano. Não tem o menor sentido, então também acho que essa questão de haver uma postergação adicional, é uma coisa que se coloca na mesa, mas com um cenário bastante pessimista, que isso vá gerar algum tipo de encaminhamento, porque não há a menor perspectiva de tempo para isso nesse sentido. Então eu só queria reforçar a palavra dos que antecederam, e colocar essa insegurança que o usuário que está com o boleto na mão, em tese, não que não saiba o que fazer, porque a obrigação é pagar, mas muitos com todos os problemas para que isso aconteça.

SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Obrigado, Alexandre. Tinha alguém inscrito aqui. Bom, então assim, efetivamente, essa, a intenção aqui era exatamente trazer os resultados para o grupo, os resultados do grupo. Pelas

2103 manifestações colocadas aqui, eu pergunto se da nossa parte, a Plenária é soberana,
2104 houve a proposta, duas propostas que eu entendi. Que a gente aprovar, deliberar-se
2105 sobre o encaminhamento das quatro propostas, no final do relatório, ou se deliberasse
2106 especificamente sobre o encaminhamento a Conjur. Na condução dos trabalhos, eu
2107 pergunto se quanto à deliberação, primeiro ponto, eu acho que a Aparecida trouxe o
2108 ponto, então assim, pergunta em termos da Plenária, da aprovação dos resultados do
2109 grupo e dos encaminhamentos do grupo, acho que é importante que a Plenária, concorda,
2110 recuperando, como a Plenária produziu o grupo, constituiu o grupo, o grupo encerrou os
2111 seus trabalhos, e apresentou estes encaminhamentos. Então como aprovação do trabalho
2112 do grupo, depois se entra no assunto específico dos encaminhamentos especialmente
2113 dos quatro encaminhamentos, para ficar exatamente deliberado pela Plenária os
2114 encaminhamentos. Formalizados. Quanto a esse encaminhamento, acordo, Wanderley,
2115 você quer manifestar? Tem que abrir o microfone, por favor.

2116 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Me perdoa,
2117 desculpa. É só para o entendimento. Eu acho que perdemos o bonde, efetivamente
2118 perdemos o bonde dos fatos e da cobrança, mesmo.

2119 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Não, esse assunto
2120 não.

2121 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Só terminar. Só
2122 entender o que você está propondo. Nós vamos votar se aprova ou não o trabalho da
2123 Comissão, mas eu acho que hoje deveríamos buscar entre as quatro alternativas, uma
2124 delas, e se vai encaminhar a Conjur, tem que encaminhar uma alternativa, porque se a
2125 gente mandar as quatro, ela vai ter que devolver dizendo o seguinte: senhor, você deveria
2126 decidir aí meu amigo, eu só vejo se está certo ou errado. Então como questão de ordem,
2127 eu imagino, se você quer aprovar o resultado do grupo, ok, tem as quatro alternativas,
2128 mas eu colocaria hoje a decisão de uma alternativa, para encaminhar a Conjur uma
2129 alternativa, mesmo tendo perdido o bonde. Bom, obrigado.

2130 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Bom, então é nesse
2131 sentido que nós vamos conduzir, porque é muito importante que se valorize o trabalho do
2132 grupo. Então nesse sentido eu encaminho em votação, ainda tem alguém que quer se
2133 manifestar antes da votação sobre a aprovação do trabalho do grupo? Wilson, por favor.

2134 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Desculpe,
2135 Renato, mas o grupo apresentou o trabalho, ele não precisa de aprovação, aprovar o
2136 quê? O subsídio que o grupo trouxe para o conselho, eu não estou entendendo isso, eu
2137 entendo que tal, o resultado está aí, é esse o resultado. Por que para aprovar ou não
2138 aprovar? Eu não estou entendendo, desculpe, pode ser até ignorância minha, mas eu não
2139 vejo como motivo de objeto de aprovação.

2140 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
 2141 **CNRH)** – Eu acho que talvez colocar em votação, Renato.

2142 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok, só um pouquinho,
 2143 Aparecida, por favor, a Mônica está... Mônica. E depois você pode.

2144 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Eu tenho a mesma dúvida,
 2145 Mônica representante das concessionárias de geração. Eu tenho a mesma dúvida que o
 2146 Wilson, a gente vai deliberar sobre a proposta do grupo, na verdade, nós estamos
 2147 conhecendo o material agora, assim, eu entendo que a gente tem que deliberar por um
 2148 encaminhamento, mas aprovar propriamente acho que não seria o caminho.

2149 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Certo, Mônica. Pois
 2150 não, Aparecida, por favor.

2151 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
 2152 **CNRH)** – Eu acho que o encaminhamento seria: nós votamos hoje pela, por escolher uma
 2153 das quatro ou não votamos. E aí se ganhar a opção de escolher uma das quatro, a gente
 2154 passa para o segundo, para a segunda votação.

2155 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok. Pois não.

2156 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Eu quero chamar a
 2157 atenção pelo seguinte, primeiro o grupo fez um trabalho árduo, complexo. Não era só por
 2158 que tinha que achar uma solução qualquer, as alternativas foram feitas, inclusive para
 2159 facilitar o encontro de alguma que tivesse suporte jurídico. Se você vota uma coisa que
 2160 unilateralmente manda, e se chegar lá, não tiver digamos assim, sustentação jurídica,
 2161 você inviabiliza todo o trabalho. Então no mínimo, eu sou contra, mas se votar aqui que
 2162 vai escolher uma das quatro que foram, foi um trabalho digamos assim, que demandou
 2163 três reuniões para você abrir todas as possibilidades, mas se isto for feito, eu proponho
 2164 que pode-se indicar uma como prioritária, mas que se dê conhecimento aos órgãos de
 2165 controle de todo o trabalho do grupo, porque senão isso aí é desqualificar uma coisa que
 2166 as pessoas gastaram tempo e energia, para chegar, e os assuntos são de fato complexo,
 2167 ninguém está disponível enquanto uma solução, volto a dizer que os Comitês estão
 2168 absolutamente interessados em encontrar uma solução, e compartilho evidentemente da
 2169 necessidade de aliviar os custos dos usuários, a questão é saber qual é o caminho
 2170 efetivamente, digamos assim, juridicamente seguro para fazer isso.

2171 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado Anivaldo.

2172 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Já que não é
 2173 possível você negociar, é sim, se negocia tudo, a receita negocia, o INSS negocia, e
 2174 nesse caso também podem encontrar caminhos para aliviar, se não tiver evidentemente
 2175 retorno, a questão do pagamento.

2176 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Anivaldo.

2177 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Vamos trabalhar
2178 essa possibilidade.

2179 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Já entendi,
2180 entendemos. Eu gostaria, Lilian, como Coordenadora do grupo, para mim ficou claro na
2181 verdade que ali tem as quatro propostas, mas efetivamente a pergunta principal
2182 encaminhada ao grupo é exatamente da competência do CNRH em expedir a resolução,
2183 na verdade, especificamente para a Conjur, é essa pergunta endereçada, com esse
2184 acúmulo todo feito pelo grupo. Eu estou correto?

2185 **SR^a. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Renato, então, sob a ótica
2186 de todos os debates do grupo, as questões relativas à cobrança, elas vieram porque não
2187 tinha como dissociar uma coisa da outra. Concordo com todos os colegas aí com relação
2188 à questão do *time*, porque a ideia é realmente resolver essa questão, antes da remessa
2189 dos boletos, da emissão aí dos boletos de cobrança, para que a gente tivesse já esse
2190 apoio jurídico, para que a gente agora, por exemplo, poderia apresentar já uma resolução
2191 no sentido de permissão de uso dos valores de investimento para custeio, caso isso
2192 realmente, essa fosse a proposta que nos foi delegada pelo CNRH. Na verdade, o CNRH
2193 pediu para que o grupo trabalhasse no sentido de propor alternativas, para que houvesse
2194 essa viabilidade jurídica, obviamente por uma questão de interpretação, por ser um
2195 assunto polêmico, para não estar claro na legislação, essa atribuição, isso realmente é
2196 demanda de uma consultoria especializada e o apoio do próprio órgão. Como o Marco
2197 disse, teve o apoio na verdade, teve a prévia análise disso pela ANA. Entretanto, não
2198 houve pelo próprio Conjur, e também não passou pela SETAL o assunto, que seria,
2199 digamos assim, a Câmara Técnica mais, com mais atribuição, na verdade, técnica, para
2200 discorrer sobre esse assunto ou emitir um possível parecer. No meu entendimento, o
2201 grupo, as questões relativas à necessidade de consulta da Conjur, é com relação à
2202 resolução, é assim, pode, poderia usar dessa atribuição e emitir aquela, deliberar no
2203 sentido da resolução proposta, ponto. Com relação as outras questões da ANA, custear
2204 com recurso da compensação de uso elétrico e hidrelétrico, total, ou de outras fontes de
2205 recurso, emprestar dinheiro para as delegatárias e depois devolver, emitir ou não emitir
2206 cobrança, que nem nesse caso já foi até emitido o boleto, não sei se caberia e realmente
2207 uma prorrogação da suspensão como o Alexandre disse, por parte da Ana, tendo em vista
2208 e para aguardar efetivamente uma posição do conselho, com relação ao assunto, mas
2209 assim, com relação à consulta jurídica, eu acho que a consulta jurídica cabe somente com
2210 relação ao tema, a convalidação da atribuição e legitimidade do CNRH em usar do Artigo
2211 35 da 9.433 para resolver a questão do custeio das delegatárias. O custeio das
2212 delegatárias subsidiaria a suspensão dos boletos pela ANA, essa é a questão. A questão
2213 aqui, para ter uma vez garantida a sustentabilidade do sistema, pelo menos com relação
2214 ao custeio das delegatárias, a ANA precisaria ter uma certeza, o apoio aí do conselho,
2215 para que pudesse ser prorrogada a emissão aí, a cobrança dos boletos. Então para que a
2216 ANA se manifeste, não é necessário o posicionamento da Conjur, essa separação precisa

2217 ser feita. O que aconteceu é que o grupo pensou em outros possíveis fontes de recursos
2218 para as delegatárias, caso realmente haja uma inadimplência, não vou falar nem em
2219 suspensão da cobrança, porque a cobrança já foi emitida. Eu acredito que nesse sentido
2220 a ANA não vá trabalhar numa suspensão sem um aporte de uma garantia de
2221 sustentabilidade pelo CNRH. Eu acho que talvez, esclareceu?

2222 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Exatamente uma
2223 manifestação da Conjur com base no relatório, em relação à minuta apresentada pelo
2224 grupo de trabalho, que o grupo de trabalho agora temos, agora temos uma proposta
2225 consensuada por todos os setores que compuseram o grupo, uma proposta consensuada
2226 de minuta de resolução para apreciação da Conjur do Ministério. Então é esse
2227 entendimento. Os outros assuntos endereçados à agência, é esse sentido, vão ser
2228 endereçados à agência pela Secretaria-Executiva. Se entendermos que não é o caso de
2229 aprovar o relatório do grupo, que eu acho que seria importante para dar até o
2230 reconhecimento do trabalho realizado, o grupo já endereçou. Então a Conjur vai a minuta
2231 de resolução, subsidiada pelo relatório, que teve um processo, foi decorrente de um
2232 processo, isso subsidia e instrumenta o processo. E as outras alternativas encaminhadas
2233 para a agência. Sabendo que, é isso que eu quero trazer, no sentido de que nada disso
2234 foi tempo perdido, não se sabe os efeitos ainda para frente, este ano e no próximo, então
2235 nós estamos nos preparando inclusive para que essa medida talvez ocorra o ano que vem
2236 também. Então esse é olhar que todos nós estamos em função da emergência e de tudo
2237 que foi colocado. Tudo isso tem ainda talvez necessidade e reflexos para o próximo ano.
2238 Então mesmo que agora, um mês ou dois, ainda se tenha para uma tomada de decisão,
2239 ele é uma medida positiva no sentido de uma solução mais permanente até caso essa
2240 situação se perdure no tempo. Então acho que é esse espírito que deve nos nortear.
2241 Então está inscrito aqui o Marco novamente, mas deixa eu priorizar, Marco, o pessoal, os
2242 Conselheiros.

2243 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Ô Renato, esse
2244 Marco sou eu, o Marco Antônio aqui do PCJ, não é o Marco da ANA. É que é parecido.
2245 Então assim.

2246 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Eu proponho, até
2247 desculpe assim, pelo adiantado da hora, assim, para a gente já ir para o
2248 encaminhamento. Então eu proponho que as falas agora nos auxiliem no
2249 encaminhamento. A partir da fala da Lilian. Desculpa, Marco, mas está inscrito então
2250 primeiro, a Mônica pediu de novo? É isso? Ou não? E a Aparecida também pediu de
2251 novo, não é? E o Marco. É isso?

2252 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – E Wanderley
2253 também.

2254 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Está bem, Marco e
2255 Wanderley. Então vamos pela ordem aqui. Então Aparecida, Mônica, Marco, Wanderley e

2256 Wilson. Pois não. Pedindo para todos serem o mais objetivo possível para a gente ir para
2257 o encaminhamento e concluir a reunião, por favor.

2258 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2259 **CNRH)** – Eu mantenho a minha proposta de encaminhamento que eu tinha feito, de a
2260 gente votar nas quatro, dentre as quatro propostas encaminhadas para que a gente tenha
2261 uma. Primeiro que deixar simplesmente sinalizar para a ANA que a gente tem uma
2262 proposta, a ANA não pode agir em cima de conjectura, gente. Se não tiver uma resolução
2263 do CNRH, a ANA não vai poder tomar decisão, não é porque o CNRH acha que vai
2264 decidir que a ANA vai poder tomar uma decisão em cima dos boletos que ela emitiu. Ela
2265 só vai poder tomar alguma decisão a hora que ela tiver uma resolução publicada do
2266 CNRH. Nem a nossa decisão hoje aqui vai resolver o problema da ANA. Então eu
2267 mantenho, para a gente tentar correr atrás do prejuízo, como o Renato mesmo disse, isso
2268 não é uma questão só para agora, que a gente sabe que ainda pode perdurar e a gente
2269 tem que pensar no ano que vem, como isso vai ser. A minha sugestão, eu continuo com a
2270 minha proposta de encaminhamento, a gente coloca as quatro propostas na tela, e a
2271 gente vota qual seria dentre as quatro, qual que a gente acha melhor a gente encaminhar.
2272 E só para fechar, sobre a questão de insegurança jurídica, não pode deixar de perder de
2273 vista o que nós chamamos a AGEVAP para fazer uma apresentação, eu preferia até que
2274 não fosse eu como Presidente do CERHI, por ser membro do grupo, fiz questão de
2275 chamar a AGEVAP que foi a delegatária que passou por isso no estado do Rio de
2276 Janeiro, a gente já tem isso já posto, o adiantamento já existe no Rio de Janeiro, já
2277 passou por procuradoria, não é agora só desse ano por questão da pandemia, a
2278 pandemia aproveitou uma resolução do CERHI. Lá atrás por conta daquele arresto que
2279 teve lá três anos atrás, quer dizer, isso já teve auditoria, já foi para Tribunal de Contas do
2280 Estado.

2281 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado.

2282 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2283 **CNRH)** – Quer dizer, a gente já tem referência sobre a questão de legalidade ou não.

2284 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Aparecida.
2285 Então próximo, Mônica, por favor.

2286 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Eu tenho ainda uma
2287 dúvida com relação ao trabalho do grupo, se a Lilian puder esclarecer. O recomendado
2288 pelo grupo seria a alternativa nº 4, por isso da composição dessa resolução da minuta de
2289 resolução? Porque se a gente levar a votação as quatro, a minha dúvida é o que o grupo
2290 recomendou. Por ter feito essa minuta de resolução, queria um esclarecimento. Seria só
2291 isso.

2292 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pode esclarecer já
2293 Lilian? Isso vai ajudando. Pois não.

2294 **SRª. LILIAN BOSE** – Mônica, Mônica, na verdade, o grupo se debruçou em várias
2295 propostas, que são as quatro propostas mesmo apresentadas. O grupo teve uma
2296 composição bem eclética de vários segmentos e vários interesses jurídicos aí, então por
2297 isso que houve esse desdobramento, na verdade, da preocupação em garantir a
2298 cobrança, desculpa, perdão, dos dois temas, tanto com relação à cobrança, de suspender
2299 ou não, se era legal, se não era, se é viável, se não era, ou, e como a sustentabilidade,
2300 garantir a sustentabilidade do custeio das delegatárias. Que foi na verdade, a proposta
2301 inicial que nos foi enviada, então dentro da delegação, então o que é que a gente seguiu,
2302 a gente seguiu na verdade, a Nota Técnica da ANA originalmente, ela propôs como o
2303 Humberto disse, tinha a questão da mudança, da operacionalização da cobrança para
2304 que não houvesse a cobrança conjunta ou de 2020 com 2021, mas para que isso
2305 acontecesse, essa mudança operacional, precisaria ser garantido o recurso das
2306 delegatárias. E aí a proposta desenvolvida pela ANA foi no sentido do CNRH fazer e a
2307 autorização excepcional. Por isso que o grupo se debruçou em cima do modelo já
2308 existente no Rio de Janeiro, para trazer essa ideia do adiantamento do recurso. Essas
2309 outras propostas, na verdade, o grupo então não posso dizer para você que é só a
2310 proposta 4, existe também a proposta 3 e a proposta 2. Por que se a ANA subsidiar as
2311 delegatárias, eu não preciso abrir para o CNRH fazer isso por meio de uma resolução,
2312 entende? Então no caso, se a ANA falasse, não, nós vamos dar o aporte financeiro
2313 necessário para cada delegatária sei lá, que precisar de recursos. Não há por que o
2314 CNRH dispor isso, abrir essa exceção de uso de recurso de investimento para custeio,
2315 desculpa, conceder essa autorização para o seu Comitê fazer esse remanejamento de
2316 receita. Então é isso, Mônica, esclareceu?

2317 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigada, esclareceu, sim.

2318 **SRª. LILIAN BOSE** – Imagina.

2319 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok. Bom, então
2320 assim, eu peço a Roseli se puder colocar essas propostas finais do grupo, porque daí fica
2321 na tela e fica presente do que é que a gente está tratando, se puder recuperar.

2322 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Renato, na questão
2323 até de ordem aí. Não adianta jogar no colo dos Comitês solitariamente.

2324 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Sim, Anivaldo,
2325 desculpe lhe intervir, não estava inscrito.

2326 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – O assunto é
2327 jurídico. Os órgãos de controle, porque os Comitês têm recursos e querem de fato fazer
2328 essa operação. O conselho autorize, que para isso é necessário que haja também,
2329 porque ninguém vai aqui nesse Comitê... A Lei 9.433, nem aos dispositivos da
2330 responsabilidade fiscal dessa forma, não, não é só assim, não, o Comitê resolva para lá.
2331 Não foram os Comitês que ganharam esse imbróglio. Colocar no colo dos Comitês, os

2332 Comitês querem de fato autorizar isso, mas desde que os órgãos de controle, a Secretaria
2333 do Conselho Nacional e a ANA, e os órgãos de controle se pronunciem concretamente.
2334 Que os Comitês isoladamente, solitariamente, evidentemente não vão agir nesse contexto
2335 excepcional.

2336 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Por favor, a palavra
2337 agora, a palavra agora vai estar com o Marco Antônio que solicitou a palavra, por favor.

2338 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Bom, boa noite.
2339 Obrigado, Renato, pela ordem agora aqui, porque temos que ter disciplina na condução
2340 dos negócios aí, e não intervir da forma que foi intervindo aí, sem ser a vez. Eu fui
2341 interpelado e esperei, então agora aguardo que ele espere também. É o seguinte, eu
2342 quero corroborar com o que a Lilian disse, eu acho importante fazer a aprovação do
2343 relatório, Renato, como você mesmo disse, porque na aprovação do relatório, ela já indica
2344 o que tem que ser feito, então a gente aprovando o relatório, e se a gente aprova, fala o
2345 que é que tem que fazer? Aprova o relatório, aprovando o relatório, vai encaminhar para a
2346 Conjur, e a Conjur vai definir o que vai acontecer, porque nós não somos especialistas
2347 nesse assunto, especialista é o Conjur, e o que eles falarem, a gente vai trabalhar em
2348 cima daquilo. Por que das propostas que foram colocadas, três é responsabilidade da
2349 ANA, a ANA com certeza vai se manifestar contrário, porque tudo é para a ANA. E uma
2350 só que sobraria para verificar a legalidade do assunto. Então eu proponho o que o próprio
2351 relatório disse, e que você disse no começo, vamos votar, vamos aprovar o relatório e
2352 encaminhar para a Conjur, simples assim, bem rápido.

2353 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Está bom, obrigado,
2354 Marco. Wilson, depois Wanderley.

2355 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Era eu, Wilson
2356 depois de mim.

2357 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – É você, desculpa ô
2358 Wanderley, é que está bom, pois não.

2359 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Primeiro é pedir
2360 que os colegas não interrompessem, porque eu acho que é uma falta de respeito nos
2361 obrigar ouvir uma coisa que não é hora ainda, não é? Mas eu, Marco, se você me
2362 permite, eu vou mais ou menos na sua linha, mas queria misturar, vou fazer um
2363 encaminhamento, eu queria misturar a sua fala com a fala da Cida, eu acho que a gente
2364 deveria ter coragem, o CNRH deveria ter coragem e decidir por uma alternativa, em
2365 decidindo por uma alternativa, Marco, nós estamos aprovando o relatório. E mais,
2366 independente de nós sermos legítimos decisores disso ou não, essa seria a nossa
2367 opinião. E ela pode valer para o mês de setembro, se isso daí for aprovado, fica para o
2368 mês de setembro, aí posterga os pagamentos de setembro, outubro e novembro e
2369 dezembro. Foi outubro, paga um, paga dois e depois vê. Então acho Marco que nós

2370 estamos na mesma linha, eu, você e a Cida, estou imaginando isso. Que a gente em
2371 optando por uma alternativa, primeiro, estamos tendo um ato de coragem, independente,
2372 pode ser a 1, a 2, a 3 ou a 4, é um ato de coragem. Estamos aprovando o relatório do
2373 grupo, está aprovado, e além disso, nós estamos optando por uma alternativa, que se
2374 mandar a gente conhecendo o jurídico, mandar quatro alternativas, ele vai dizer para mim:
2375 diz o que você quer que eu vou decidir em cima do que você quer. Então eu juntaria
2376 nossa fala se me permite, como encaminhamento, de a gente automaticamente, escolher
2377 uma entre as quatro, e automaticamente estar aprovando o relatório do grupo de trabalho.
2378 E a gente mandaria para a Conjur, olha, é isso que nós imaginamos, e se isso vingar, que
2379 fique para setembro, que fique para outubro, depois a gente, ou para o ano que vem,
2380 porque nós não sabemos quando termina essa pandemia. Mas aí também o CNRH vai
2381 estar tendo a coragem de decidir por uma alternativa, doa a quem doer.

2382 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Muito bem.

2383 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Era essa minha
2384 opinião.

2385 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado Wanderley.

2386 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2387 **CNRH)** – Retiro o meu acompanhamento e acompanho o do Wanderley.

2388 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ótimo. Wilson então
2389 para nós encaminharmos a matéria, por favor.

2390 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Renato, eu já fui
2391 contemplado, eu acompanho os encaminhamentos anteriores.

2392 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Ok. Então eu gostaria
2393 de trazer então que das alternativas, então Cida, então se encaminharia no sentido de
2394 uma só das propostas, não é? Como complemento, o entendimento da legitimidade da
2395 importância do relatório. Mas encaminharíamos uma das alternativas.

2396 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2397 **CNRH)** – A gente escolhe uma das alternativas, e isso significaria estar aprovando o
2398 relatório, que é a importância da aprovação do relatório.

2399 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – É isso aí.

2400 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito. Então assim,
2401 mas voltando a manifestação da Lilian. A primeira alternativa, ela tem o endereço para a
2402 ANA, para avaliação da ANA. A segunda alternativa também é para uma avaliação da
2403 ANA, como proposta. Por favor, pode passar o slide. A terceira alternativa também tem
2404 endereçamento à Agência Nacional de Águas. Somente a quarta alternativa que é o

2405 encaminhamento da minuta de resolução para a Conjur. Então nesse aspecto, pela fala
2406 mesmo do Wanderley, e da Lilian, e que esse é o ponto que vem, que é o condicionante
2407 para a decisão geral, então a alternativa 4 é a que está encaminhada pelo grupo para a
2408 consultoria jurídica. Então é isso que eu pergunto. Qual é o entendimento para a gente
2409 encaminhar à votação. Votamos cada uma das alternativas, uma por uma, pode ser uma
2410 alternativa, ou o encaminhamento de que a quarta já é a alternativa de consenso?

2411 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2412 **CNRH)** – Eu só discordo, Renato, de que a alternativa 1, é competência da ANA, não
2413 esqueça que a compensação financeira é o CNRH que aprova as linhas de como a ANA
2414 aplicar.

2415 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – É isso aí, Cida, é isso aí.

2416 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Certo.

2417 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2418 **CNRH)** – Desculpa aí Humberto, mas afinal de contas essa aí é a nossa garantia de que
2419 isso é cobrança pelo uso da água. Por isso que eu tenho que deixar isso claro. As
2420 pessoas esquecem que o setor hidrelétrico paga 075% da compensação financeira como
2421 cobrança.

2422 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito. Mas então
2423 como proposta de encaminhamento para votação. Vamos votar então por alternativas,
2424 para ver qual que se encaminha para a Conjur, a gente está discutindo agora o
2425 encaminhamento para a Conjur, qual é a pergunta que vai se fazer para a Conjur. É essa
2426 a questão. Então por votação. É isso, vamos... Pois não, ah, Wilson, desculpa.

2427 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Membro 1º Suplente do CNRH)** – O assunto é
2428 polêmico, e é difícil até para conduzir o encaminhamento, eu entendo isso. Eu acho o
2429 seguinte, que a alternativa de ouvir a Conjur, é por que o conselho não se sente seguro
2430 em tomar essa decisão, acha que isso pode não vir a ser legal. Então essa não tem nem
2431 que entrar na votação, porque se nós não, a menos que os Conselheiros resolvam dizer;
2432 não, vamos assumir essa responsabilidade e vamos decidir pela utilização dos 92,5 para
2433 custeio esse ano. Bom, aí tudo bem, agora se depende de um parecer, nós vamos votar o
2434 que nessa, para mim essa fica fora. Assim que eu estou entendendo, não sei se eu estou
2435 equivocado.

2436 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2437 **CNRH)** – Wilson, me desculpa, a Conjur dá parecer em toda resolução. Simplesmente vai
2438 estar dando parecer numa decisão.

2439 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Eu acho que é importante, porque a gente já
2440 está atrasado com o assunto, acho que é importante sim passar, e o grupo, desculpa, os
2441 Conselheiros, a Plenária, decidir sim pela utilização ou não desse mecanismo, caso haja

2442 essa convalidação, já fica aprovado pelo conselho. Se por ventura, a Conjur disser que
2443 não, obviamente não vai ser usado como a Cida falou, eles vão ter que avaliar a
2444 legalidade de qualquer forma.

2445 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2446 **CNRH)** – Nós não temos que virar para a Conjur e perguntar: o que é que vocês acham,
2447 podemos fazer isso? Nós temos que virar para a Conjur e é: tomamos essa decisão, e a
2448 Conjur vai analisar se ela é legal ou não é legal, ela responde.

2449 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Por isso, bom, vamos
2450 tentar encaminhar. Na verdade, para a Conjur, o que nós temos endereçado é essa
2451 minuta de resolução, que caso se consiga esse entendimento usando a referência
2452 inclusive do Rio de Janeiro e tudo mais, é o que resolve o problema. Se não, se for
2453 identificado que não compete, não é nem ao CNRH, é o instrumento, não compete a uma
2454 resolução, alterar a 9.433, porque é esse o ponto, não pode ser por uma resolução,
2455 precisaria um projeto de lei ou alguma medida provisória, neste caso, buscar outras
2456 alternativas. E talvez até por que não, uma medida provisória.

2457 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2458 **CNRH)** – Renato, adiantamento não é alterar a 9.433, Renato, o recurso vai voltar
2459 direitinho para a conta normal lá depois.

2460 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Por isso que a gente pensou no
2461 adiantamento.

2462 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Por isso a figura do
2463 adiantamento. Então, gente, voltando para o ponto, então isso que eu estou perguntando
2464 para a gente encaminhar em conjunto. A proposta de encaminhamento de votação, a
2465 alternativa por alternativa ou concentramos no entendimento que a alternativa 4 é a que
2466 consolida o questionamento principal a Conjur. No meu entendimento, esse seria o que
2467 mais concentra todo o nosso questionamento do grupo. Por isso que o grupo se debruçou
2468 na proposta de resolução, inclusive muito mais evoluído que assim iniciado esse debate.
2469 Então tem que a Conjur apreciar essa minuta de resolução, minha gente, não tem outro
2470 aspecto. Pois não, vamos para ajudar o encaminhamento.

2471 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – É nesse sentido, claro. Não, o que o Wilson
2472 colocou é importante, porque uma coisa é mandar para a Conjur, para ver um parecer
2473 para subsidiar uma decisão do conselho que ele vai tomar. A outra coisa é a gente decidir
2474 e a Conjur dizer se é juridicamente viável ou não é, e aí que acontece como aconteceu a
2475 resolução aí das prorrogações do mandato. Então acho que o Wilson foi muito feliz nessa
2476 fala. E eu estou entendendo que há um consenso no sentido de deliberar por um ponto. E
2477 aí esse ponto, e no encaminhamento da minha proposta, é que você coloque em votação
2478 então a 4, e aí se houver divergência, a gente volta no um por um. Mas não estou
2479 entendendo que ninguém tenha se posicionado em relação aos anteriores além do 4,

2480 nesse sentido. E aí se a Conjur devolver dizendo que não é viável, que né possível, aí o
2481 conselho vai ter que resolver o que fazer em relação a isso. Mas acho que não dá para
2482 mandar o relatório e dizer olha Conjur, preciso de um parecer sobre todas essas
2483 hipóteses, para subsidiar a decisão do conselho. Porque gente, vamos lá, o boleto vence
2484 dia 31, até isso voltar para o conselho, não sei mais quantos dias, depois o Comitê vai ter
2485 que deliberar. Ou seja, 2020 o espírito dessa história, acabou.

2486 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) – Ok.**

2487 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO –** Ô Renato, então vamos encaminhar, vamos
2488 votar a 4.

2489 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Vamos encaminhar
2490 dessa forma, agora eu vou ter que tomar essa decisão aqui. Então vamos encaminhar
2491 desta forma. De encaminhamento da quarta alternativa referente à minuta de resolução
2492 que foi o produto principal do grupo de trabalho. Então os Conselheiros que concordam
2493 com o encaminhamento da quarta alternativa para manifestação da Conjur, se
2494 permaneçam como estão. Os Conselheiros que são contra o encaminhamento a Conjur
2495 da minuta de resolução, que foi o produto do grupo de trabalho, quem é contrário. Quem
2496 se abstém?

2497 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** Representação dos
2498 Comitês se abstém, por considerar que esse encaminhamento não é um
2499 encaminhamento que amadureceu de fato a questão. Então eu quero fazer essa
2500 declaração de voto, que no meu entender, deveria se encaminhar o relatório, entendeu, a
2501 partir do relatório, visto que isso é mais uma consulta do que de fato o pedido de alguma,
2502 digamos assim, de alguma homologação de que nós estamos fazendo, isso poderia ser
2503 feito e ad referendum ainda em tempo hábil, isso poderia ser de fato encaminhado. Da
2504 forma como isso está sendo aprovado aqui, eu acho confuso, confuso, e evidentemente
2505 essa pressa e essa confusão não ajudam. Mas eu participo com a maioria, farei só uma
2506 solicitação de que mesmo que uma das alternativas adotadas, que o teor inteiro do
2507 trabalho do grupo de trabalho seja encaminhado. E nos sentimos prejudicados, porque as
2508 alternativas de fato eram diferenciadas, e todas elas.

2509 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO –** Isso é declaração de voto.

2510 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR) –** Só um pouquinho,
2511 pessoal.

2512 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO –** Não é para dar declaração aqui, não, está todo
2513 mundo 6h da tarde.

2514 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** É direito dar
2515 declaração de voto, sim, você pode votar por abstenção, porque eu tenho
2516 responsabilidade com quem eu represento.

2517 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Nós não temos, Anivaldo.

2518 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Cada um sabe onde
2519 o calo aperta, eu tenho deveres para com os meus pares que eu represento aqui.
2520 Legítimo aqui, totalmente legítimo, me desculpe.

2521 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Ô secretário,
2522 vamos prosseguir com a reunião e encerrar também, faz favor, vá.

2523 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Renato, o seu microfone está desligado.
2524 Renato, seu microfone está desligado.

2525 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Desculpem. O
2526 plenário decidiu para o encaminhamento da quarta alternativa. Conforme as falas
2527 anteriores, nada obsta de se encaminhar o relatório como subsídio para entender a
2528 Conjur que isso foi resultado de um trabalho coletivo intersetorial. Então já fica este
2529 entendimento, porque isso foi entendimento da construção toda, não está se excluindo o
2530 relatório. Então o relatório ele vai como subsídio e o produto a ser analisado pela Conjur,
2531 aprovado aqui, é a alternativa 4, a resolução que foi o produto principal aprovado pelo
2532 grupo. Sendo assim, agradecemos a todos. Pois não. Quem é ainda?

2533 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Essa votação, desculpa, eu não entendi.
2534 Porque votou para o encaminhamento da Conjur, então não decidimos nada, quem vai
2535 decidir é a Conjur.

2536 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Pela, sim,
2537 exatamente, esse é o ponto.

2538 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2539 **CNRH)** – Não, gente, votou pela alternativa 4, a resolução vai para a Conjur como vai
2540 toda resolução. Só que ela vai acompanhada de um relatório mostrando por que é que se
2541 chegou a isso.

2542 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Isso.

2543 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Mas aí nós não decidimos nada aqui então.

2544 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2545 **CNRH)** – Decidimos pela quarta.

2546 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Nós estamos passando a nossa competência
2547 de decisão para a Conjur, é isso que eu entendi. Desculpa. Decidimos e estamos
2548 consultando à Conjur.

2549 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Ô Renato, rapidamente. Eu quero rever meu
2550 voto, só para ficar registrado, porque eu entendi errado também, eu entendi errado.

2551 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Também entendi errado.

2552 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Então meu voto é contra, só isso, só registra,
2553 não vai alterar o encaminhamento, eu só quero que registra que o voto do PCJ é contra,
2554 só isso.

2555 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Está certo.

2556 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Obrigado.

2557 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Então assim, vamos
2558 pôr por encerrado esse assunto. Desculpa, desculpe a todos, já estamos todos no final da
2559 tarde, esse é o resultado do grupo, e essa alternativa 4 de encaminhamento a Conjur, é o
2560 que vai dar suporte e segurança jurídica para tomada de todos os trabalhos. Então é isso
2561 que já foi acordado pelo grupo, e isso vai dar segurança, porque se não nós estamos
2562 caindo na mesma situação dos Comitês. Então é para ganhar tempo que nós vamos ter
2563 essa medida e vamos tomar todas as medidas enquanto Secretaria-Executiva, para que
2564 mais rápido possível a Conjur se manifeste sobre esta minuta de resolução que foi muito
2565 bem aperfeiçoada a partir da experiência do Rio de Janeiro. Então isso vai fazer parte da
2566 reunião amanhã com o novo secretário, desse conjunto de assuntos, a Plenária registrou
2567 e essa reunião é pública, e tudo aqui está gravado, e se for necessário disponibilizar para
2568 o novo secretário, para ele ter noção da situação que nós estamos e da necessidade de
2569 uma definição mais adequada dos prazos e processos dos fluxos dentro do Ministério,
2570 dos encaminhamentos do conselho. Então isso é um compromisso que nós assumimos
2571 aqui, e mais uma vez parabenizar os trabalhos realizados pelo grupo.

2572 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Agora viu Renato, desculpe, mas para a Conjur
2573 não vai uma minuta de deliberação, vai uma deliberação do plenário, não tem minuta na
2574 história, não é?

2575 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – É isso aí.

2576 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Sim, a proposta é a
2577 proposta de minuta do grupo de trabalho, essa é o que se aprovou.

2578 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2579 **CNRH)** – Já virou deliberação.

2580 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Já virou deliberação, não é mais minuta.

2581 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Isso. Para apreciação.
2582 É isso.

2583 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Ministro, pode assinar essa deliberação, ou
2584 não, Ministro, esse assunto tem segurança, tem que devolver para o conselho. Mas não é
2585 minuta de deliberação, já é uma decisão.

2586 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2587 **CNRH)** – Já é a resolução, já aprovou a resolução.

2588 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Perfeito. Há o
2589 entendimento comum nesse ponto? É isso?

2590 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2591 **CNRH)** – Já foi votado.

2592 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – É bom que fique claro
2593 para todos, mas gente, então assim olha, eu quero, então assim, agradecer a todos, e
2594 também já quero dizer para todos que nós vamos buscar uma plataforma mais adequada,
2595 que já tivemos reunião com a Secretaria-Executiva do Ministério, tivemos reunião com a
2596 ANA, para se buscar uma plataforma mais adequada e mais segura, que garanta pela
2597 coordenação dos trabalhos, a garantia do tempo, dos tempos devidos e tudo mais. Esse
2598 tipo de plataforma que estamos usando, ela é muito frágil, felizmente no nosso conselho
2599 aqui, só tivemos um pouco de exacerbação de tempos, mas tudo na defesa da
2600 construção, mas tem outros colegiados que tem tido invasões e temas totalmente
2601 descabidos, até de agentes externos. Então eu quero dizer que já fizemos reunião com a
2602 nossa Secretaria-Executiva, essa semana passada, pedindo auxílio, no sentido de
2603 encontrarmos uma plataforma adequada. Provavelmente vai se usar a mesma plataforma
2604 de webnário, de forma que a cada palavra concedida, é dado o tempo, ajustado o tempo,
2605 para que a gente possa cumprir todos os nossos trabalhos da melhor forma possível, e
2606 todos podermos se manifestar. Então com essa fala, que também estamos buscando o
2607 aperfeiçoamento, valorizando o trabalho de todos, e a liberdade de manifestação. Mas
2608 dentro das regras definidas no regimento. E em relação ao ponto de pauta próximo, é
2609 esse desafio que eu queria trazer para todas as entidades que compõem o conselho, já
2610 tivemos a possibilidade de diálogo com alguns setores. E é esse desafio que nós
2611 queremos trazer de pautas estratégicas para o próximo período. Então nós solicitamos
2612 que todas as instituições agora durante o mês de setembro, se debruce na proposta de
2613 pauta estratégica, pensando esse horizonte de 2030 e 2040, que são os dois marcos no
2614 Plano Nacional de Recursos Hídricos, que estamos construindo. Esse plano é para que a
2615 gente até conversando com o Setor Elétrico, ele tem que conversar com os vários planos
2616 setoriais, já tivemos um bom debate no Setor Elétrico, já fizemos a disposição do Plano
2617 Nacional de Recursos Hídricos, com o Plano Nacional de Saneamento, já tivemos a
2618 reunião com o Plano de Defesa Civil, tivemos um debate com o Ministério da Agricultura e
2619 com os setores de irrigação sobre a interrelação do Plano de Recursos Hídricos com o
2620 tema da irrigação no país, que é 70% do uso da água, como é que entra medidas de
2621 eficiência hídrica, ou se esse debate estratégico em que o nosso plano efetivamente seja
2622 um plano que conversa com o futuro, assim alicerçado no debate da mudança do clima,

2623 tivemos a palestra do Professor Carlos Nóbrega, para toda Secretaria Nacional de
2624 Segurança Hídrica, mostrando todos os cenários que se apresentam no Brasil para o
2625 próximo período, de escassez hídrica, de rotação de culturas, de mudanças de usos da
2626 água, territórios que pelo cenário se apresenta como territórios quase que vão ter que ser
2627 esvaziados por conta da seca e da aridez. Então é um debate muito profundo, está aqui a
2628 Adriana Lustosa que é a Coordenadora do Plano, que junto com a Sinara da BRH vem
2629 conduzindo esse processo junto com o Sérgio de Moraes da ANA, um trabalho
2630 importantíssimo para que a gente fale no atacado. Então qual é o projeto do Setor Elétrico
2631 para os próximos 20 anos? Qual é o projeto de saneamento do Brasil para os 20 anos?
2632 Tem água ou não tem água para atender as próximas hidrelétricas, as grandes cidades?
2633 Como é que o Plano Nacional de Recursos Hídricos conversa com o futuro? Mas com os
2634 dados científicos, não adianta ficar em ver as ações, nós precisamos ter o dado científico,
2635 é importante para os setores saberem, como estava falando, não adianta dizer, autoriza
2636 ou não autoriza? Não autoriza, por quê? Porque não tem, então para o setor entrar, outro
2637 tem que sair, ou como é que vai compatibilizar os usos, a bacia é limitada. O recurso
2638 hídrico daquela bacia é limitado, como é que se compatibiliza os usos. E os planos não
2639 podem mais ser planos de intenção, eles têm que ser um grande pacto, o grande pacto
2640 nacional entre os setores. E não disputa de setores no momento da outorga, no momento
2641 do licenciamento. É um plano, é possível quantas, como se disse, é possível quantas
2642 pequenas centrais hidrelétricas no rio Cuiabá, por exemplo? É um plano de zoneamento,
2643 é estratégico, o setor tem que saber onde é possível investir, não a cada projeto, ficar
2644 tendo que disputar se pode ou não. É um planejamento estratégico, é esse chamamento
2645 que nós estamos fazendo aqui para todos os setores, e é importantíssimo que a gente
2646 faça esse diálogo, no nível que esse debate merece. Nós temos uma responsabilidade
2647 muito grande, nesse conselho, hoje mesmo ao falar com a equipe do novo secretário,
2648 neste conselho aqui, eu posso afirmar com certeza, é o conselho mais representativo do
2649 Brasil hoje funcionando. Nós temos todas as grandes entidades organizadas do Brasil
2650 aqui presente, nós temos todos os ministérios ligados ao tema, nós temos os 27 estados
2651 aqui presentes, qual conselho hoje está funcionando como o CNRH está funcionando?
2652 Então o chamamento de valorização desse colegiado que estamos trabalhando em
2653 conjunto, com democracia, com participação, e garantindo a todos a livre manifestação.
2654 Então é essa afirmação coletiva que eu gostaria ao encerrar essa reunião, pedir da
2655 internalização desse debate, nas suas instituições, levar esse debate do Plano Nacional e
2656 desses normativos, que esse é o ponto que a gente está trazendo. Não é só lá no final de
2657 2021, daí ter a lista de normativos necessários para um futuro. É agora, é nesse ano.
2658 Então para a próxima reunião, de outubro, temos uma pauta extensa, de discussão, de
2659 pautas estratégicas de outubro desse ano a outubro do ano que vem, paralelo, junto ao
2660 processo do plano. Resolução 05, estruturas de Comitês, a 109, todas essas resoluções
2661 que precisam ser revistas, aperfeiçoadas e novas, que sejam necessárias. Na ideia que
2662 revertendo esse ponto que também sofremos aqui, de ponta, pautas antigas ou pautas
2663 que vieram das Câmaras Técnicas por conta desse atropelo, e que a Plenária teve de
2664 tratar de uma forma de urgência, ou até sem apropriação devida. Quem vai pautar as
2665 Câmaras Técnicas é a Plenária. É isso, a instância máxima do conselho é a Plenária,

2666 então vamos listar os pontos e as pautas estratégicas e a partir de outubro, as Câmaras
2667 Técnicas vão se debruçar a partir destas pautas acordadas pela Plenária. Se tiver uma
2668 ideia boa, nova na Câmara, não tem problema, traga para a Plenária, traga para a
2669 Plenária, a Plenária acha estratégica, vamos seguir para frente. Tem perna para fazer, só
2670 tem três grupos de trabalho, dá conta do que, não adianta também fazer, querer fazer
2671 tudo, nós vamos ter que priorizar a partir das pautas estratégicas. Então é levantamento
2672 de pautas estratégicas, uma discussão do que é prioritário dentro da hierarquização que
2673 isso vai fazer. Esse apelo e não só apelo, acho que é a mesma proposta e é função desse
2674 conselho discutir de forma estratégica o tema principal. Nós estamos aqui para cumprir o
2675 objetivo primeiro da lei, é garantir água em qualidade e quantidade para atuais e futuras
2676 gerações, dos usos múltiplos. Esse é o objetivo, nunca percamos a função desse
2677 conselho, e o grande desafio que ele tem como instância máxima da Política Nacional de
2678 Recursos Hídricos. Então feita essa fala, agradecer... Pois não.

2679 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**
2680 **CNRH)** – Até acompanhando um pouco do que o Wanderley falou, apesar de a gente às
2681 vezes de exaltar um pouco, eu acho que eu vou falar, e acredito que eu falo em nome de
2682 todo, duvido que algum membro do conselho pense diferente de mim, eu só gostaria de
2683 me solidarizar e parabenizar, sabe, a equipe, você e a equipe que você coordena, que a
2684 gente sabe das dificuldades internas que vocês vêm enfrentando com troca de Ministro,
2685 troca de Secretário, a gente sabe que isso não é fácil, vocês não têm deixado a peteca do
2686 CNRH cair, de forma alguma com isso acontecendo. A gente se exalta com o andamento,
2687 com o processo, faz parte, mas a gente não pode deixar também de reconhecer esse
2688 trabalho que vocês têm feito e não tem deixado a nossa, o nossos CNRH, que ele poderia
2689 estar inclusive até parado, esperando isso tudo se organizar e você não tem deixado isso
2690 acontecer. Então fica o meu agradecimento, sabe, a gente parabenizando você por tudo
2691 isso, e a gente sabe que tem uma equipe por trás que te ajuda e que complementa tudo
2692 isso e não deixa isso deixar de acontecer, e a gente não pode deixar de reconhecer isso
2693 também, não.

2694 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado, Aparecida.
2695 Então meus amigos, boa noite, agradecer... Pois não.

2696 **SRª. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (Membro Titular do CNRH)** – Renato. Marília
2697 Melo, do Conselho de Minas. Eu queria também fazer coro à Aparecida, e te parabenizar
2698 pela condução dessa reunião, não foi uma reunião fácil, considerando os temas em pauta,
2699 os momentos que o Ministério tem vivido, das trocas de Ministro, como a Aparecida
2700 acabou de mencionar. E você com a sua liderança, com a sua altivez, tem conduzido
2701 esse conselho com maestria. Então em nome do Conselho Estadual de Minas, também
2702 queria te parabenizar e agradecer a condução de mais essa reunião.

2703 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado. Eu também
2704 agradeço, e agradeço em nome da equipe, vocês sabem que efetivamente somos poucas
2705 pessoas, e temos pessoas realmente guerreiras na equipe, e que se dedicam, e acho que

2706 a pessoa que nós temos que homenagear muito também aqui, que sempre digo que é a
2707 âncora do nosso conselho, é a Roseli. Então para terminar bem, uma salva de palmas
2708 para a Roseli que vem mantendo também o dia a dia do nosso conselho.

2709 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Falou tudo, Renato.

2710 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Pressão durante muito tempo, os
2711 questionamentos que foram feitos aqui, o questionamento direto a esse conselho que foi
2712 feito aqui, todo mundo ouviu, a gente tem que ver que no momento de anomalia, a gente
2713 não pode ter a mesma condição, eu acho que você manteve muito bem a calma nesse
2714 momento, isso aí está gravado como todo mundo sabe. Porque a gente tem que construir
2715 um futuro melhor, realmente não temos muito tempo, o tempo está urgindo, as demandas
2716 são imediatas, mas também como frisou a Aparecida, houve uma troca de poder nessa
2717 situação toda. Você entrou com o Ministro, agora já é outro Ministro, um secretário, já é
2718 outro secretário, então tudo isso pesa, esperamos que realmente dê continuidade ao
2719 trabalho que está sendo feito, é um trabalho sério, eu tenho acompanhado isso *pari*
2720 *passu*, sei que é um trabalho sério. Então agradeço aí todos os colegas e mantenhamos a
2721 calma, ninguém quer ter problema na Comissão de Ética, por favor, entendeu?

2722 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Um abraço.

2723 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – É Anivaldo aqui, em
2724 nome dos Comitês, eu quero corroborar, quero dizer que a veemência e na defesa de
2725 coisas legítimas, é perfeitamente digamos assim, condizente, Jefferson. Você pode ser
2726 veemente sem ultrapassar os limites nem da urbanidade, nem da cortesia. Mas declarar
2727 voto, ser veemente, defender as suas posições, é correto, corretíssimo. Porque senão
2728 seríamos um local onde se exercita a Pax Romana, e não é isso que nós queremos. Eu
2729 quero corroborar com o trabalho dessa equipe do CNRH, dizer que acima de tudo, apesar
2730 de todas as divergências que é preciso também saber conviver com elas, nós acatamos
2731 integralmente as decisões da maioria. E acatamos também e apoiamos a
2732 institucionalidade, acima de tudo, manter o conselho, manter o sistema, porque fora desse
2733 sistema, dessa legislação, de toda essa conquista de quase 50 anos já, nós não temos
2734 outra alternativa. Então esse é um empenho dos Comitês. Agora evidente que
2735 contradições vamos ter, acaloramento vamos ter, mas terminada a votação, o que
2736 equivale é aquilo que a maioria definiu. É isso que eu queria declarar. Obrigado a todos.

2737 **SR. RENATO SARAIVA (MEMBRO TITULAR DO CNRH - MDR)** – Obrigado a todos.
2738 Então assim, já adiantar, agradecendo também a todos, encerramos então a nossa
2739 reunião. Um abraço a todos e boa noite. Despedida de todos e fim da reunião.